



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

JULIANO MOTA CAMPOS

ENTRE TINTEIROS E PALANQUES:

**A trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de
Santana-BA (1909-1930)**

**FEIRA DE SANTANA - BA
2016**

JULIANO MOTA CAMPOS

ENTRE TINTEIROS E PALANQUES:
A trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de
Santana-BA (1909-1930)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Aldo José Morais Silva.

FEIRA DE SANTANA - BA
2016

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado

C213e Campos, Juliano Mota
Entre tinteiros e palanques: a trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva em Feira de Santana - BA (1909- 1930) / Juliano Mota Campos. - 2016.
154 f.: il.

Orientador: Aldo José Morais Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, 2016.

1. Silva, Arnold Ferreira da - Biografia. 2. Políticos - Feira de Santana (BA) - Biografia. 3. Feira de Santana (BA) - História. I. Silva, Aldo José Morais, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 929:32(814.22)

TERMO DE APROVAÇÃO

A banca examinadora considera esta dissertação adequada como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Feira de Santana, 05 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Aldo José Morais Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof. Dr. Rinaldo César Nascimento Leite
Universidade Estadual de Feira de Santana

Profa. Dra. Lina Brandão Aras
Universidade Federal da Bahia

Tempo Perdido

Todos os dias quando acordo
Não tenho mais o tempo que passou
Mas tenho muito tempo
Temos todo o tempo do mundo

Todos os dias antes de dormir
Lembro e esqueço como foi o dia
Sempre em frente
Não temos tempo a perder

Nosso suor sagrado
É bem mais belo que esse sangue amargo
E tão sério e selvagem
Selvagem, selvagem

Legião Urbana

Às minhas três mães: Rosa, Rita e Sônia

AGRADECIMENTOS

Início estes agradecimentos para fazer menção àquele que é o autor da vida, arquiteto do universo e que me deu força nos momentos mais difíceis desta árdua jornada: Deus. A minha família também foi importante nesse processo, seja com as lições nossas de cada dia ou com a pedagogia do exemplo, seja na luta e persistência pela vida, como é o caso de minha vó Rosa, referência de ser humano e uma educadora sem diploma na mais bela acepção que o ato de ensinar possa ter. A Rita, minha mãe, e a Sônia, minha tia, pelo apoio incondicional nessa caminhada. A minha afilhada Clarinha, a minha irmã Taiane e aos meus irmãos Tico e Marcos, por acreditarem no meu potencial. A tia Val, por sempre ter grande cuidado e carinho comigo. A meus primos Rafa e Sheila, pelos momentos de alegria e de grande parceria. E aos meus sobrinhos Analú, João Vítor, Sophia e Álvaro, por me amarem e, sempre com sua inocência, tornarem um dia cinzento uma verdadeira aquarela.

No espaço acadêmico, devo meu sincero “muito obrigado” à professora Ione Sousa, pelas palavras de incentivo em vários momentos, inclusive nos gastronômicos – lá no restaurante “A casinha”. À professora Ana Maria Carvalho, pela rica experiência com o tirocínio e os socorros em alguns momentos da pesquisa. A Cristiana Serra, conhecedora da história de Feira de Santana e guardiã da rica documentação da Casa do Sertão e a todos os funcionários dos arquivos que utilizei, pela pronta e solícita disponibilização dos documentos. Aos docentes Rinaldo Leite e Alexandre Avellar, pelas importantes contribuições na qualificação. À professora Adriana Barreto (UFRRJ), pela leitura atenta e cuidadosa de parte de meu texto e pelas várias indicações de leitura. A Julival, meu “vereador”, funcionário sempre disposto a ajudar nos trâmites burocráticos do mestrado.

A experiência de partilhar conjuntamente disciplinas em um programa de pós-graduação é muito prazerosa, principalmente quando sabemos aproveitar o convívio com diferentes experiências e olhares sobre o mundo, por isso sou grato aos bons momentos vividos, especialmente com Lina, Fábio e Cláudia, sendo que, com esta, dividi muitas alegrias, tristezas, expectativas e sonhos. Muito obrigado, menina de Baixa Grande! Aos amigos que construí antes dessa nova experiência acadêmica: Nem, Aleide, Lucas, Emily, Melira, Tatau, Stela, Alanne, Keilane, Márcia, Riso, Bruno, Emanuella, Cássia e Michael, sendo que a este, meu nobre palmeirense e futuro Doutor, dou uma saudação por ter me dado importantes conselhos nessa espinhosa tarefa de ser pesquisador.

Devo também registrar meu agradecimento à CAPES por ter financiado esta pesquisa, à família Silva por ter cedido alguns valiosos documentos para este trabalho, ao Pe. Hipólito

Gramosa, ao Prof. Hamilton e à Profa. Sara, pela paciência e flexibilidade que tiveram nessa reta final de escrita. A galera do grupo “Na Carona”, representado nas figuras de Chacauana e Saulo, pelas experiências primorosas que vivi e por terem me ajudaram bastante a crescer enquanto historiador. Estendo o sentimento de gratidão à família Públio, que me acolheu de forma tão aconchegante em momentos muito difíceis e aos professores Diego Côrrea, Mayara Plácido e Márcia Barreiros, que me deram grande apoio antes e durante o processo de seleção do Mestrado, sendo fundamentais para meu êxito no ingresso à pós-graduação.

Desejo, nestas últimas linhas que teceram uma rede de gratidão, lembrar-me daqueles que, por motivos óbvios, estiveram mais próximos das minhas fraquezas e virtudes nessa complexa trama que é o fazer historiográfico. A meu orientador prof. Aldo José Morais, o meu “Muito obrigado!”, pelas vezes que foi duro, incisivo e repetitivo nos passos desta pesquisa – a sua honestidade, lealdade e compromisso com esta dissertação demonstram que fiz a escolha certa. Agradeço a Carlos Mello, um curioso sobre a história de Feira de Santana que alimentou em mim através de inúmeros documentos e conversas na *Folha do Norte* uma paixão cada vez maior por essa princesa, seus personagens, lugares e fatos, sendo um responsável direto por essa inquietação historiográfica. A Carlos Alberto Lima, amigo de infância, sócio no presente e irmão para toda vida, um incentivador nato dos meus sonhos, minha sincera gratidão pelas horas difíceis em que você nunca se atrasou. Por fim, à minha companheira Fabiana, que me abraçou quando caí no ostracismo da preocupação, que me trouxe à realidade quando o texto parecia algo abstrato e inatingível, quando exercitou o amor na sua mais pura forma, gratuito e sincero.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi discutir, pelo viés da biografia histórica, a relação que as produções intelectuais de Arnold Silva possuíam com o projeto político de poder/progresso do grupo(s) dominante(s) em Feira de Santana – BA, do período de 1909-1930. Buscamos identificar os elementos que o caracterizariam enquanto membro da intelectualidade local, bem como os fatores que o inseriram em uma oligarquia político-econômica. Nossa intenção foi compreender que reflexos diretos o seu discurso intelectual e suas práticas políticas tiveram no quadro político-cultural da sociedade feirense. Privilegiamos, como balizas temporais, os anos de 1909 a 1930. Percorremos uma trajetória que analisou as suas relações familiares, a formação escolar e profissional, sua produção de crônicas, colunas e discursos, articuladas a uma atuação no campo da filantropia, artes e direito, como rábula, e reverberada em medidas enquanto intendente e membro do conselho municipal, sem, contudo, desprezar sua atuação nas instituições econômicas da urbe e as querelas contra um periódico de Salvador.

Palavras-chave: Arnold Silva. Biografia. Progresso. Feira de Santana.

ABSTRACT

The objective of this research was to discuss the perspective of historical biography which respect the intellectual productions of Arnold Silva had with the political project of power / group progress (s) dominant in Feira de Santana Ba the 1909-1930 period. We seek to identify the elements that characterize as initially member of the local intelligentsia and then the factors that inserted into an oligarchy political / economic. Our intention was to understand what direct impact your intellectual discourse and its political practices had on the cultural framework / politician Feirense society. The emphasis was as temporal beacon studies landmarks limits of year 1909, being the first time we find intellectual records of Arnold Silva authored in North Folha and 1930, which represented the final year of political activity in city before becoming deputy. We have come a trajectory that analyzed their family relationships, school and vocational training, production of chronic, columns and speeches, linked to a performance in the field of philanthropy, arts and law as a shyster and reverberated in action as mayor and member of city council, without despising its activities in the economic institutions of the metropolis and quarrels against a journal Salvador.

Keywords: Arnold Silva. Biography. Progress. Feira de Santana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A LITURGIA DAS LETRAS: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE ARNOLD SILVA ATRAVÉS DO JORNAL <i>FOLHA DO NORTE</i>	22
1.1 ARNOLD SILVA: NOTAS BIOGRÁFICAS DE UM POLÍTICO INTELECTUAL	22
1.2 <i>FOLHA DO NORTE</i> : ATELIÊ DA POLÍTICA E INTELECTUALIDADE FEIRENSE	28
1.3 FAMÍLIA SILVA: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E PROGRESSO	35
1.4 OS TINTEIROS DA FEIRA: NOTAS SOBRE INTELECTUAIS EM FEIRA DE SANTANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	39
1.5 ARISTEU NEMÉSIO E GIL MONCÔRVO: PSEUDÔNIMOS PARA O PROGRESSO	46
1.6 EDITORIAIS DA <i>FOLHA DO NORTE</i> : NOTAS DE UMA ÉPOCA	54
1.7 EXTRA! EXTRA! CONFLITOS ENTRE <i>O IMPARCIAL</i> E <i>FOLHA DO NORTE</i> NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	58
2. DA <i>FOLHA DO NORTE</i> AO PAÇO MUNICIPAL: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ARNOLD SILVA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	63
2.1 POLÍTICA BAIANA EM UM BREVE PANORAMA	64
2.2 GRUPOS POLÍTICOS DE FEIRA DE SANTANA DO INÍCIO DO SÉCULO XX	67
2.3 BERNARDINO BAHIA E AGOSTINHO FRÓES DA MOTTA: A PROPEDEÚTICA PARA O PROGRESSO	69
2.4 ARNOLD FERREIRA DA SILVA: DOS TINTEIROS DA FOLHA AO PAÇO MUNICIPAL	73
2.5 ARNOLD O BUSINESS MAN DO SERTÃO	86
3. O ÓPIO DO PODER: AS RELAÇÕES DE ARNOLD SILVA COM A ARTE, A FILANTROPIA E GRUPOS SOCIAIS DE FEIRA DE SANTANA	94
3.1 “A PEDAGOGIA DA ARTE”: A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ARNOLD SILVA NOS GRUPOS LÍTERO-DRAMÁTICOS	94
3.2 “A FANFARRA DO PODER”: AS FILARMÔNICAS FEIRENSES COMO LUGARES DE CONSTRUÇÃO E REPRODUÇÃO DO PODER POLÍTICO	101
3.3 QUEM DÁ AOS POBRES... O MONTEPIÓ DOS ARTISTAS FEIRENSES E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FEIRA DE SANTANA: TERMÔMETROS DO PRESTÍGIO DE ARNOLD SILVA.....	107
3.4 UM HOMEM DE LEITE, RÁBULA DOS POBRES?	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
FONTES	131
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

O que é, o que é?

[...] E a vida? E a vida o que é, diga lá, meu irmão?
 Ela é a batida de um coração?
 Ela é uma doce ilusão?
 Mas e a vida? Ela é maravilha ou é sofrimento?
 Ela é alegria ou lamento?
 O que é? O que é, meu irmão?
 Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo,
 É uma gota, é um tempo
 Que nem dá um segundo,
 Há quem fale que é um divino mistério profundo,
 É o sopro do criador numa atitude repleta de amor [...].

Gonzaguinha

Cantada, versada e proseada por Gonzaguinha e tantos outros artistas, a vida de ilustres e anônimos, homens, mulheres, civis e militares é um objeto que apresenta um exercício desafiador para os historiadores. Precisar o impreciso, transformar em permanente o que é perene, montar um quebra-cabeça repleto de paradoxos em que a linha de encaixe entre coletividade e individualidade é tênue. Assim, o indivíduo encontrava a história e esta, a partir do olhar singular mas, também, plural da biografia, formava um mosaico de conhecimentos sobre as realizações humanas, refletindo as mais diversas tensões, contradições e correntes de pensamento.

Antes de apresentarmos o objeto, as fontes, os referenciais metodológicos e os principais conceitos que norteiam esta pesquisa, é importante situarmos a relação entre biografia e história através de alguns estudos que nos ajudam a compreender os limites e as possibilidades que, nas últimas décadas, apresentaram-se à historiografia. Enfatizamos, nessa breve apresentação, que as obras/autores escolhidos fazem parte de um reconhecido acervo de produções em torno da biografia histórica e que essa, no decorrer do tempo, construiu um importante diálogo, principalmente com a literatura e as ciências sociais (SCHMIDT, 2000).

Os estudos biográficos no final dos anos 1980 recuperaram um lugar de prestígio na produção dos historiadores, estimulados pela descrença nos modelos totais e globais de explicação histórica e pela retomada das reflexões sobre a ação individual na história. A partir do final dos anos 1960, diversas críticas a esta ambição totalizadora tinham como intuito recuperar a feição humana dos processos históricos. Com a Nova História, a biografia foi retomada a partir da perspectiva de história-problema, em um momento do retorno da narrativa, superando abordagens tradicionais, promovendo inovações no tocante às

experimentações historiográficas e reapropriando-se de velhos gêneros a partir de uma problemática revigorada.

Um dos exemplos de reapropriação é a reutilização das biografias como fontes históricas, o que, segundo Levillain (1996), emanou das relações entre a História e as ciências sociais e naturais no século XX, em especial, a Biologia, a Sociologia, a Psicologia e a Psicanálise. As derradeiras, particularmente, cooperaram para “renovação do individualismo”, a qual, segundo este pesquisador, “pressupõe um enfoque voltado para o indivíduo no que diz respeito ao reconhecimento da liberdade de escolha do homem, bem como o confronto entre ele e a sociedade no tocante à fixação de valores”. (LEVILLAIN, 1996, 167-168)

Apesar da “renovação do individualismo” frisado por Levillain, a biografia veio em defesa da história plural, haja vista que a procura por outras visões e perspectivas, para além da história econômica ou política, fez com que os historiadores se motivassem a buscar acessos para entender a ação e a presença de diversos setores da sociedade, como os excluídos da história, buscando outros aspectos para serem abordados que não aparecem nas fontes oficiais ou nos grandes monumentos. Desta forma, a busca pelo indivíduo fez-se necessária no âmbito dos novos projetos de história que foram nascendo, um fazer histórico que contemplasse o cotidiano, ressignificasse a experiência vivida.

No processo de construção biográfica, o historiador pode cometer o equívoco de formatar seu personagem e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências (SCHMIDT, 2004). Bourdieu, ao tratar da ilusão biográfica, destaca o fato de que mesmo as biografias construídas no seio da historiografia profissional contam a vida individual ainda de modo excessivamente linear, como um simplificado caminho teleológico que comporta “um começo (uma estreia na vida), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade”. (BOURDIEU, 2006, p.183)

Ao estudar sobre uma vida, os perigos de sacralizar ou demonizar o objeto da pesquisa, de realizar a totalização de uma vida em um texto, de apresentar uma vida linear com identidade e representação única, bem como de não saber lidar com as lacunas documentais são armadilhas de um gênero (para muitos, híbrido), que passa distante de ser científico.

Um dos primeiros passos para lidar com tais perigos, segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 248), é quando o historiador “não aponta caminhos únicos, mas descobre

bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades”. Barros nos possibilita avançar um pouco mais quando nos afirma que:

Quando se estuda o indivíduo, estuda-se a sua comunidade, a sua localidade, a sua configuração social – mesmo que se tenha escolhido o caminho metodológico de acompanhar uma trajetória individual, neste caso necessariamente imbricada e inter-relacionada com outras trajetórias. [...] Ela é o meio escolhido pelo historiador para compreender uma determinada configuração social. Um caminho para fora, e não para dentro da vida do indivíduo (BARROS, 2004, p.192-193).

O caminho para fora, citado por Barros (2004), potencializa os olhares do biógrafo (ORIEUX, [s.d.]) para inúmeros aspectos, como estruturas, mecanismos e instituições – e multiplica a probabilidade de analisar a heterogeneidade e a diversidade social dispostas através das lentes da biografia histórica:

O biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas. (AVELAR¹, 2010, p.169).

O historiador italiano Ginzburg (1989) propõe apropriar-se da biografia como o fio condutor de uma nova abordagem social e de uma nova modalidade de reconstrução do vivido. O individual não é visto em oposição ao sistema social. Este, por sua vez, é entendido como o resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos. Ao invés de partir de noções generalizantes como classe ou organização profissional, o historiador deveria enfatizar as trajetórias individuais para, por intermédio delas, “percorrer em múltiplos espaços e tempos as relações nas quais elas se inscreviam. A inversão da estratégia analítica, construída agora a partir de dados fornecidos pelos arquivos, alterou significativamente a visão dos fatos” (SOUZA, 2007, p. 29-30).

O Pequeno x: da biografia à história, escrito por Loriga (1998), busca imergir na historiografia do século XIX e trazer à tona a importância das individualidades de uma época em que o sujeito era um figurante excluído das narrativas e a história total aparecia enquanto protagonista. Quando esta autora traz, novamente, a partir de uma perspectiva hermenêutica, intelectuais como Burckhardt, Dilthey e Tolstoi, ela acredita que tais trabalhos seriam ainda importantes aos estudiosos da história e movimenta o debate em torno do lugar dado ao

¹ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Dimensões*, v. 24, 2010, p. 157-172. apud SCHMIDT (2009).

indivíduo no Século da História, tentando retomar a dimensão individual que a modernidade eliminou.

Na obra em questão, ela faz críticas aos relativismos da pós-modernidade, enaltece a biografia a partir de sua relevância como alternativa para dar outro sentido à experiência histórica em um contexto de uma história científica que emudece as individualidades no fazer historiográfico. A autora de *O Pequeno X* provoca o debate em torno do suposto predomínio dos esclarecimentos que excluía as atuações individualizadas dos sujeitos no século XIX e nos leva a analisar a confecção e o enaltecimento de uma memória científica da História que representa um modelo objetivo e estável para a História, segregando todas as outras formas de narrativas antônimas a este padrão.

Dosse (2009) construiu uma obra que traça a história do gênero biográfico, *O Desafio Biográfico – Escrever uma Vida*. O centro de sua análise é a relação biografia-história ou indivíduo-coletivo, em que propõe, através de um percurso desde a Grécia antiga até a atualidade, problematizar teoricamente o exercício de escrita de uma vida, questionando sobre a identidade ficcional ou puramente científica da biografia, sendo a memória, para o biógrafo, um recurso que lhe propicia lembrar e fazer recordar uma vida.

O historiador francês, nessa obra, apresenta três tipologias que nos ajudam a localizar no tempo os distintos gêneros de narrativas biográficas: os modelos heroico, modal e hermenêutico. No primeiro, a biografia transmitiria modelos, valores para as novas gerações, a referência seria a vida dos heróis, aqueles repletos de virtudes, como os gregos por exemplo. Sobre a biografia modal, Dosse (2009, p. 195) afirma que "consiste em descentralizar o interesse pela singularidade do percurso recuperado a fim de visualizá-lo como representativo de uma perspectiva mais ampla [...] O indivíduo, então, só tem valor na medida em que ilustra o coletivo". E, por fim, a idade hermenêutica, na qual o objetivo seria capturar "a unidade pelo singular" (PRIORE, 2009, p. 09), lócus de experimentação para o historiador, aberto a várias influências disciplinares.

Familiar ao tempo presente, a biografia, segundo Dosse (2009), permite-nos, ao observar o passado, trazer várias imagens de um mesmo sujeito, compor toda a sua complexidade e as múltiplas interpretações que permeiam uma vida. Nessa perspectiva, Dosse (2009) abre espaço para um diálogo com Loriga e Levi na crítica a Bordieu, que apenas enxerga a viabilidade de compreender a trajetória individual ligada ao percurso dos outros agentes, que participaram de fatos parecidos, nos mesmos espaços de sociabilidade. Revelar o humano em meio às inúmeras diversidades e manter o sujeito histórico em evidência, mas não acima dos demais, é o que estes historiadores citados defendem e, com isso, auxiliam Dosse

(2009) em um discurso de defesa da maturidade e de avanços no tocante à abordagem do gênero biográfico na idade hermenêutica.

Estes progressos da biografia estão atrelados intimamente ao olhar ou a novos e diversos olhares investidos sobre o ser humano, na tarefa biográfica exercitada nas lacunas documentais de fazer e desfazer uma vida de um sujeito que é entendido como alguém plural que mantém vínculos diversos (GUIMARÃES, 2008). Na parte final de *O Desafio Biográfico – Escrever uma Vida*, o historiador francês propõe uma reflexão sobre o papel do biógrafo perante os intelectuais, a “biografia intelectual”. Ele sinaliza os desafios no trato desta categoria, bem como entende que descrever um intelectual não seria apenas falar de sua obra e que aspectos de sua vida cotidiana são relevantes e necessários para compreendê-lo e tudo que o cerca.

Nas trilhas da biografia de um intelectual, colocaremos as luzes da pesquisa histórica sobre um dos principais nomes da intelectualidade e da política de Feira de Santana – Bahia: Arnold Ferreira da Silva. Buscaremos acompanhar o fazer-se deste indivíduo ao longo de parte da sua vida intelectual e política (1909-1930), levando em consideração os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas também “suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso” (SCHMIDT, 2003).

Neste trabalho, discutiremos a relação que as produções intelectuais de Arnold Silva possuíam com o projeto político de poder/progresso do(s) grupo(s) dominante(s) na referida urbe do período de 1909-1930. O que o caracteriza enquanto inicialmente membro da intelectualidade local e, depois, o que o insere em uma oligarquia político-econômica? Quais reflexos diretos o seu discurso intelectual e suas práticas políticas tiveram no quadro político-cultural da sociedade feirense? Privilegiaram-se, como balizas temporais, o ano de 1909, por ser o primeiro momento em que encontramos registros intelectuais de autoria de Arnold Silva no jornal *Folha do Norte*, e o ano de 1930, que representa o último ano de atuação política deste na cidade, antes de tornar-se deputado.

A trajetória desta pesquisa iniciou-se com uma visita aos exemplares digitalizados do jornal *Folha do Norte*, no acervo do Museu Casa do Sertão, este que também abriga o Centro de Estudos Feirenses sob a tutela da Universidade Estadual de Feira de Santana. Este veículo de comunicação foi o único que possuía uma regularidade na circulação desde 1909 e me permitiu uma série de possibilidades para estudar a história da cidade, no que se refere aos sujeitos, aos acontecimentos, às instituições e à vida cotidiana. Depois acabamos tendo contato com outros jornais também em versão digital pelo mesmo centro, como o jornal

Folha da Feira, O Município, O Progresso, também sediados na cidade de Feira de Santana, porém em quantidade menor e com duração efêmera.

Em todos estes materiais foi possível recolher algum tipo de reportagem que permitisse estudar inicialmente a imprensa. A priori, eu via o *Folha do Norte* como inédito objeto de estudos, uma vez que esse era apenas utilizado como fonte, mas até então não havia nenhuma pesquisa que tratasse do jornal; no máximo, algumas dissertações, em alguns capítulos, para caracterizar a imprensa feirense, falavam do *Folha do Norte*. Ao ter contato com o jornal, deparei-me com a constância do nome Arnold Silva na equipe do periódico. Com isso, lembrei-me da infância/adolescência em que frequentava a biblioteca com esse nome, o bairro em que jogava futebol também levava seu nome e o meu primeiro trabalho foi em uma loja de confecções situada em uma galeria que levava seu nome.

Ao analisar estas fontes, percebi que este sujeito tinha uma atuação muito intensa em diversos segmentos da sociedade e que este pertencia inicialmente a uma intelectualidade local e depois ocupou vários cargos políticos. Procurei então um memorialista, Carlos Mello, guardião não apenas do acervo físico do jornal, mas de boa parte de uma história que as pesquisas ainda não deram conta. Este me relatou fatos sobre uma Feira pouco conhecida e parte da trajetória de um indivíduo, muito mais conhecido enquanto político do que como intelectual.

Interessar-nos-á, também, entender o que se passava socialmente no lugar por excelência – “onde as coisas acontecem” (PESAVENTO, 2002, p. 08), a urbe feirense, o palco de sua produção intelectual. Utilizamo-nos da noção de História Cultural do Urbano discutido a partir de Pesavento (2002), em que os discursos, especialmente aqueles veiculados pela imprensa, as imagens e as práticas sociais que representam uma cidade ou são formas de se estar nela, são elementos problematizadores para se pensar a história de uma determinada realidade. Assim, é necessário que tracemos, de forma panorâmica, alguns aspectos sobre a cidade de Feira de Santana.

A produção historiográfica sobre as origens de Feira de Santana indica que, do século XVII ao século XVIII, a região de Feira de Santana foi povoada e colonizada pela família Peixoto Viegas, dona da sesmaria de Tocós, e que, do seu desdobramento, surgiria a fazenda Santana dos Olhos D'Água. Esta possuía uma capela em louvor a São Domingos e Sant'Anna; no entorno da qual se estabeleceu uma feira de gado no primeiro quartel do século XVIII que cresceu significativamente no decorrer do século XIX, propiciando uma feira livre

com comércio de diversos gêneros, principalmente devido ao declínio da feira de Capuame uma das maiores do país.

Outro fator que impulsionou economicamente esta cidade, segunda maior da Bahia, foi o fato de ela apresentar-se como principal via de passagem do interior para a capital e ser o principal entroncamento rodoviário do norte-nordeste do país. A cidade do agreste baiano, além de ser conhecida por sua intensa pecuária, ficou famosa em todo o Império pelo clima agradável, atraindo, para estas terras, pessoas de vários lugares e ganhando a alcunha de terra de sã natureza, consagrada em seu hino. Assim como outras cidades brasileiras na transição do século XIX para o XX, a Princesa altaneira² também passou por transformações que transcenderam o âmbito político-econômico.

Às cidades brasileiras foram impostas mudanças e melhoramentos nas suas estruturas físicas, com o intuito de tornar o ambiente urbano aprazível, bonito e funcional, um tripé de objetivos de uma *belle époque* desejada tanto nas capitais como no interior. Um exemplo dos grandes centros é a São Paulo dos anos 1920 relatada por Sevckenko (1992) na obra *Orfeu extático na metrópole*. O historiador, pelo viés da história social, narra as transformações não apenas físicas e materiais, mas também as de sociabilidade, em um ambiente cercado de relações contraditórias, de uma identidade a ser construída. A urbanização acelerada e a velocidade tecnológica conflitavam com símbolos regressivos e arcaicos presentes em vários aspectos da cidade, frutos dos acontecimentos e da estrutura econômica do início do século XX.

Para o historiador Lima, Feira de Santana passou por surtos modernizantes e sobre eles afirma que:

Sobre a urbe levam-nos a crer na existência de duas fases distintas e complementares do surto modernizante, pelo menos quando analisamos as seis primeiras décadas do século XX. Assim, reafirmamos a existência de uma primeira fase, compreendendo dos finais do século XIX até aproximadamente meados da década de 1930. Momento este que se destaca pelas primeiras medidas de civilidade e progresso, materializado em construções de imagens que objetivavam tornar a antiga vila num ambiente verdadeiramente urbano. (LIMA, 2014, p.40).

O primeiro conceito vital para esse estudo é a noção de trajetória. A história do ser humano não é homogênea, retilínea e ordenada por uma perfeita harmonia, mas é constituída

² Termo utilizado no hino da cidade de Feira de Santana.

de acontecimentos sucessivos sem uma conexão com um todo social. Por mais particularidades que pareçam existir na vida de um indivíduo, segundo Bourdieu, “este é caracterizado por trajetórias, por constantes metamorfoses e alterações que, por sua vez, estão envolvidas num contexto, do qual não pode ser desvinculado” (BOURDIEU 2006, p. 189). Tal como afirma Levi,

qualquer que seja a sua originalidade aparente, uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios e singularidades, mas, ao contrário, mostrando que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica. (LEVI, 2006, p. 176).

O segundo conceito importante nessa pesquisa histórica é o de intelectual. Utilizamos como base teórica o pensamento de Said (2005), pois interessa compreender o intelectual “[...] enquanto figura representativa – alguém que visivelmente representa certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras” (SAID, 2005, p. 27). E ele define intelectuais enquanto “indivíduos cuja capacidade de pensamento e discernimento os torna adequados para representar o melhor pensamento – a própria cultura, fazendo-o prevalecer” (SAID, 2005, p. 41). Os intelectuais, nesta concepção teórica, são atores, artífices e intérpretes da política e da cultura, sendo isto propagado na produção e veiculação das suas ideias.

No tocante ao conceito de modernização, pensamos que ele está ligado às mudanças físicas, arquitetônicas, industriais, tecnológicas, atreladas ao campo do visível e do moderno; as quais buscam dar ao espaço público uma feição de novo. Já a modernidade tem referência direta com o campo dos valores, dos sentimentos e das mentalidades. Ela rompe com aquilo que é tido como tradicional ou reapropria-se do tradicional, sai do campo natural e vai para o racional para a lógica e as explicações. No tocante ao conceito de moderno, comungamos com o pensamento de Rezende:

Ganha, então, mais claramente, o termo moderno o significado de novo³, recente, de algo que não tem ligações aparentes com o passado, criando uma efetiva oposição entre o moderno e o antigo, entre o novo e o velho, que iria marcar uma concepção de mundo instituída com o advento da sociedade capitalista, alicerçada na ideia de progresso. (REZENDE, 1997, p. 107-108).

³ No tocante a essa questão, são válidos os ensaios de Goff (1984).

Para Levi (2006), o estudo biográfico, ressaltado enquanto método “*biografiae contexto*”, deve levar em consideração o contexto social, pois só através deste é possível compreender as “singularidades das trajetórias”; ou seja, a investigação dos comportamentos individuais, integrando-os ao meio social do qual fazem parte e são típicos. Essa metodologia auxiliaria a compreensão sobre certa época ou um povo, bem como deixaria visualizar como ordinárias certas vivências particulares, portanto, conforme Levi (2006, p. 176), “não se trata de reduzir as condutas a comportamentos-tipos, mas de interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo, normais”.

A intelectualidade de nosso objeto, expressa inicialmente pelos seus escritos no jornal *Folha do Norte*, possibilita a este trabalho inferir sobre as estruturas e os contextos – sociais, culturais, econômicos e políticos; bem como sobre o imaginário e as apropriações de grupos políticos no espaço e nas temporalidades abordados. Luca (2005) pondera que jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos que agregam pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita. Assim, é também instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social.

Deduz-se que, de uma forma geral, para a triagem do que seria divulgado na *Folha do Norte*, levavam-se em consideração as relações profissionais e particulares e as afinidades político-ideológicas entre colaboradores e diretores. As decisões a propósito do que publicar, da natureza dos conteúdos e da ordem a ser estabelecida na disposição das notícias no papel passavam sempre pelo crivo das ideias políticas comungadas pelo grupo que produzia o hebdomadário. Toda organização gráfica e a linguagem utilizada estavam relacionadas à linha ideológica praticada pelo jornal. Tudo isso era pensado, inclusive, supondo-se o público possível a ser atingido.

A imprensa escrita tem lugar de destaque na presente pesquisa, pois, ao utilizarmos jornais da época, pretendemos analisar a trajetória intelectual e parte da política de Arnold Silva através dos seus escritos e atos políticos, tendo como pano de fundo o cotidiano feirense, além de ser possível, por meio destes veículos, identificar os valores morais, éticos e ideológicos da sociedade, bem como analisar os discursos dos agentes envolvidos e os múltiplos aspectos da vida social e política.

O primeiro periódico é o jornal *Folha do Norte* (1909/1930), digitalizado no Museu Casa do Sertão, o único a ter exemplares seriados desde 1909, período de sua fundação e, por

pertencer ao grupo familiar/político do nosso personagem estudado, é o lócus por excelência dos registros intelectuais (principalmente as crônicas e os editoriais) sobre quem nos debruçamos. Estes registros são importantes porque apresentam a percepção de Arnold Silva sobre as mudanças sociais ocorridas no espaço em questão, bem como podem evidenciar interesses, negociações, relações de força, motivações pessoais ou coletivas na construção dos diversos segmentos da política, da cultura, da arte e da filantropia da cidade de Feira de Santana.

Além do periódico já citado, o *Tribuna Popular*, organizado por Hugo Navarro, sobrinho de Arnold, reproduziu noticiários de jornais do início do século, o que nos auxiliou a compor parte do cenário de escolarização do nosso personagem. Outros semanários, como *A Ordem*, *A Tarde*, *O Imparcial*, *O Correio de São Félix*, *A Capital*, por serem de outros municípios, fazem o contraponto e o complemento necessário para ampliarmos os nossos olhares sobre o cotidiano e o nosso problema. A *Carta de Monsenhor Renato Andrade Galvão*, importante memorialista da cidade, e o *Discurso de Joselito Amorim na Câmara Municipal de Feira de Santana*, ex-secretário de governo de Arnold, auxiliaram-nos a preencher algumas lacunas no tocante a informações sobre a família Silva. Além disso, acessamos o *Processo Cível Inventário* da avó de Arnold, que nos trouxe indícios do patrimônio da família materna.

As fontes produzidas pelo Legislativo foram fundamentais para análise dos acordos políticos e também para perceber o cenário político de Feira de Santana no período. O *Livro de Ofícios Expedidos pelo Conselho Municipal* nos permite conhecer muitas decisões do Legislativo em uma maior aproximação deste cenário de busca pelo progresso e pelo desenvolvimento. O *Discurso proferido por Arnold Ferreira da Silva em ocasião da posse do seu segundo mandato enquanto Intendente de Feira de Santana, em 1º de janeiro de 1926* apresenta-nos um balanço da gestão feito pelo próprio Arnold e sua relação com o Legislativo. O *Livro de décimas urbanas* nos concede uma amostra do patrimônio construído por Arnold dentro da baliza temporal proposta.

Analizamos a ação e a atuação desses sujeitos não só no âmbito político como principalmente social e cultural (as suas relações com instituições tais como filarmônicas, Santa Casa de Misericórdia e Montepio). Os Estatutos nos propiciaram compreender como tais instituições estavam organizadas, as funções e os objetivos de cada organização, por isso consultamos o *Estatuto da Sociedade 25 de Março e da Sociedade Montepio de Artistas Feirenses* e *Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana*. No tocante ao cotidiano interno da instituição, suas deliberações, seus problemas, seus projetos e suas

relações entre os membros, acessamos o livro *Ata da sessão do Conselho Administrativo da Sociedade Filarmônica 25 de Março* e o livro *Ata do Conselho Administrativo da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses (1911/1935)*. Por fim, no *Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (1928)*, constam as ações do provedor, bem como demandas e deliberações do conselho administrativo.

No tocante à revisão bibliográfica,⁴ podemos destacar quatro importantes produções. A primeira é a de Mônica Santos (2011), em sua tese de doutorado, denominada *As trincheiras do major Cosme de Farias (1875-1972) A interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (Ba) no alvorecer da República*. Ela busca, pelo viés da biografia histórica de Cosme de Farias, compreender com organizavam-se as redes sociais, as formas de ascensão social de mestiços e pobres, de práticas filantrópicas, articulações políticas e atividades da imprensa na Salvador da primeira República. A partir da atuação nos campos político, jornalístico, da assistência social e do direito enquanto rábula por parte do biografado e de uma investigação que articulou o uso de documentos judiciais, médicos, cartas, fontes orais e jornais com análise do conteúdo e análise do discurso, a historiadora concluiu que Cosme obteve condições para a mobilidade social, mas manteve-se nos grupos sociais inferiores, auxiliando na modernização das práticas sociais e políticas em Salvador, de modo particular, por meio tanto da imprensa quanto da beneficência e da associação destas.

A segunda é a obra do historiador Wagner Reis (2012), *Agostinho Fróes da Motta: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em feira de Santana (1856-1922)*, onde ele busca, a partir de uma pesquisa biográfica, percorrer os passos do Coronel Agostinho Fróes da Motta enquanto personagem ilustre no cenário político-econômico (assim como Arnold) de Feira de Santana, destacando, em seu estudo, o fato de ele ser mestiço em uma sociedade que ainda propagava certa resistência a indivíduos “de cor”. Este estudo serve como referencial metodológico de pesquisa, haja vista que o objeto de estudo de Reis foi também a vida de um coronel, servindo como mote para a análise da própria realidade na qual ele está inserido, efetuando um diálogo no qual os dois interlocutores (sujeito e contexto histórico) se auxiliasse reciprocamente a fim de permitir um maior conhecimento tanto desse importante político e comerciante como da Feira de Sant’ Anna de seu tempo.

Pensando ainda na perspectiva de uma história que tem como campo principal de observação o político, a segunda produção é de Nayara Cunha (2013), *Os coronéis e os outros: Sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927)*, esta

⁴ Para a participação política de Arnold Silva durante a era Vargas ver Silva (2012). E, no tocante à atuação de Arnold na UDN e às disputas eleitorais do ano de 1958, ver Lins (2014).

que nos auxilia na compreensão das práticas e das articulações que dominaram a política feirense nas primeiras décadas do século XX. Através de um desenho do cenário eleitoral que se compôs nesse período, o entendimento da relação entre os eleitores, os políticos e os demais sujeitos envolvidos através de jornais, memórias e documentos do poder político, é um dos objetivos deste trabalho. Tal produção nos auxilia na análise do quadro político da princesa do sertão a partir do coronelismo e seus legados em um momento de lentas e ainda tímidas transformações na urbe.

Por fim, a pesquisadora Aline Santos (2012), em *Diversões e civilidade na “princesa do sertão” (1919-1946)*, remete-nos a um olhar para Feira de Santana no tocante às diversões e às formas de sociabilidade no período de 1919 a 1946, em suas relações com os discursos de progresso e da civilidade proposta para a cidade, chamando atenção para o papel desempenhado pelo Cineteatro Santana. Ao observarmos as diversas experiências e práticas sociais, culturais e políticas desenvolvidas em torno deste espaço, temos aí o lócus de atuação de intelectuais/ políticos como era o caso de Arnold Silva. Quando a autora desta obra procura analisar estes meios de entretenimento, em especial as filarmônicas e os grêmios lítero-dramáticos, além de toda a rede de solidariedade entre as agremiações culturais e instituições assistencialistas, fornece-nos subsídio para compreender como eram compostas estas entidades e as relações que se pode estabelecer entre as transformações urbanas vividas na *terra de Santana* e a trajetória intelectual e política do ilustre escritor estudado.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No Capítulo 1, denominado *A liturgia das letras: a trajetória intelectual de Arnold Silva através do jornal Folha do Norte*. Nesse capítulo o foco é compreender parte da trajetória intelectual de Arnold Silva enquanto redator, colunista e proprietário do jornal Folha do Norte em Feira de Santana – Bahia; a produção intelectual deste sujeito e sua relação com o projeto de poder/progresso do(s) grupo(s) dominante(s) na referida cidade, o que o credenciava enquanto membro da intelectualidade local, bem como os reflexos diretos que os seus escritos alcançaram no quadro político-cultural da sociedade feirense. Para a discussão proposta, buscaremos identificar as influências que a família Silva exerceu sobre a formação intelectual de Arnold (o caçula da família), o ambiente intelectual local e os embates entre os seus pares, travados principalmente nas linhas dos hebdomadários.

No segundo capítulo, *Da Folha do Norte ao Paço Municipal: a trajetória política de Arnold Silva na Primeira República*. Discutiremos, a partir da trajetória política deste coronel/intelectual, as transformações socioculturais ocorridas na urbe sertaneja no período proposto, como também as “fraturas políticas e ideológicas” ocorridas no interior da elite

pensante no decorrer dos 21 anos de estudo. Nesse intuito, será fundamental identificar as origens políticas de Arnold, bem como sua atuação político/parlamentar no contexto intelectual/governamental que o Brasil viveu, principalmente na transição da primeira para a segunda república. Atentaremos para a atuação paralela deste sujeito no campo dos negócios, bem como no tocante à fundação da Caixa Rural e do Banco de Crédito Popular.

Com o terceiro capítulo, *O ópio do poder: as relações de Arnold Silva com a arte, filantropia e grupos sociais de Feira de Santana*, trataremos da presença e as relações de poder de Arnold Silva estabelecidas no campo da arte através dos grupos de teatro Lítero-Dramático, com suas conferências e atuação à frente da filarmônica²⁵ de Março enquanto tesoureiro e presidente. Já no tocante aos grupos sociais, destacaremos o diálogo deste homem das letras com segmentos mais populares da sociedade, por meio dos cargos ocupados à frente da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, como presidente, da Santa Casa de Misericórdia, enquanto provedor, e da atuação enquanto rábula, defendendo pobres no tribunal do júri da Comarca de Feira de Santana.

1 A LITURGIA DAS LETRAS: A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE ARNOLD SILVA ATRAVÉS DO JORNAL FOLHA DO NORTE

Apesar de Arnold Silva não ter produzido nenhum livro, esse sujeito confeccionou crônicas, editoriais e colunas no jornal *Folha do Norte*, o que o tornou um dos principais articuladores do referido periódico nas duas primeiras décadas de sua existência. No entanto, para que possamos compreender os objetivos e o efeito que tais escritos tiveram sobre a sociedade local, é necessário conhecermos algumas notas sobre sua trajetória, bem como informações sobre o veículo de comunicação citado, espaço principal de sua produção intelectual escrita.

1.1 ARNOLD SILVA: NOTAS BIOGRÁFICAS DE UM POLÍTICO INTELECTUAL

Com nome de rua, bairro (atual Feira V), biblioteca municipal, prêmio para jornalismo e de galeria de lojas situada no centro da cidade de Feira de Santana, Arnold Silva permanece presente na história local. Esse sujeito teve atuação intensa na imprensa, na política, na filantropia e nas artes locais no período de 1909 até 1962. Para uns, homem de elite que visava manter-se no poder e, para tanto, utilizava o jornal *Folha do Norte* como principal arma; para outros, defensor dos pobres, da cultura e da memória feirense, bem como político progressista. Apresentaremos um esboço biográfico de um indivíduo que transitou, tanto no campo intelectual, quanto no campo político, entre diferentes períodos da história republicana.

No final do século XIX, mais especificamente no ano de 1894, nasceu, em Feira de Santana, Arnold Ferreira da Silva. “Ele recebeu este nome em homenagem a um tio que se chamava Ambrósio Arnold.” (MUSEU CASA DO SERTÃO, [1980?], p. 1). O filho caçula do capitão da guarda nacional, Amâncio Ferreira da Silva e de Vicência de Lima e Silva, tinha, em seu seio familiar, os seus irmãos Raul Silva e Dálvaro Silva e a sua irmã Lindaura Silva. Os dois primeiros irmãos construíram suas trajetórias a partir do trabalho administrativo e jornalístico nas tipografias, no envolvimento com as artes e com a política⁵; já a irmã manteve-se vinculada aos afazeres do lar.

⁵ No decorrer do capítulo 1, trataremos, com maiores detalhes, das trajetórias de Raul, Dálvaro e Lindaura Silva.

O genitor de Arnold era um comerciante influente na cidade e região e estabeleceu uma relação de proximidade política com pessoas importantes da sociedade, entre elas o ex-intendente (1904-1906) Tito Ruy Bacellar⁶. Esta aproximação provavelmente era facilitada por ser Vicência de Lima e Silva, irmã do major Juvêncio Erudilho⁷, figura de destaque no meio social feirense e aliado de Tito Ruy Bacellar. Tais tipos de relações interpessoais frequentemente levavam ao compadrio político neste período, e, neste caso, Bacellar, que não tinha filhos, viu em Arnold alguém em quem poderia apostar política e socialmente.

Alguns elementos nos levam a pensar em tal proximidade. O primeiro foi a oportunidade de trabalhar como secretário do jornal *Folha do Norte* logo nos seus primórdios, dada pelo coronel ao mais jovem da família Silva (até então sem experiência). Depois, o discurso enaltecedor feito por Arnold para Tito, no contexto da morte deste, colocando-o como um dos seus mestres e iniciadores no campo do jornalismo, conforme fragmento a seguir:

Pisando nos espinhos do ostracismo eu, menino ainda, me encontrei com ele e, discípulo do jornalismo, do seu desprendimento de homem que morre pobre, da sua coragem de lutador que nunca recuou, da serenidade augusta com que recebi o ódio dos detratores, as injustiças, os insultos e as asperezas dos que não o compreendiam, das suas virtudes cívicas, do seu amor à legalidade e ao direito, aprendi, hauri, fundi, ganhei a couraça moral intransponível que me protege e resguarda nas agitações da vida e o melhor do aparelhamento com que para a vida me adestrei (SILVA, 1922, p. 2).

Por fim, pelo fato de o caçula dos Silva ter herdado do ex-intendente a sua biblioteca com livros de diversas áreas do conhecimento – desde autores alemães e italianos das modernas (para a época) doutrinas da prova penal, como Malatesta e Mitermayer; a filósofos iluministas franceses, como Montesquieu e Rousseau; até clássicos da literatura nacional. Segundo Galvão, “Arnold possuía uma vasta biblioteca, lia muito e com grande rapidez, Rui, Machado, Eça, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Afrânio Peixoto, Gilberto Freire, Joaquim Nabuco. Sendo que alguns de Rui, Machado e Eça eram lidos e relidos.” (apud MUSEU..., [1980?], p. 1)

⁶ Natural de Feira de Santana, nasceu em 12 de fevereiro de 1850. Foi político desde o Império, sendo membro do conselho municipal e delegado de polícia. Pecuarista, redator dos jornais *O Motor*, *Folha da Feira* e *O Propulsor*, além de dono do jornal *O Progresso* e, depois, do periódico *Folha do Norte* do qual também foi fundador. Criou o 1º grupo de teatro da cidade, denominado *Taborda*, bem como a primeira liga de futebol. Elegeu-se deputado estadual para a gestão 1906-1907 e faleceu em 1922. (OLIVEIRA, 2013).

⁷ Nasceu na Vila do Cumbe/BA, em 20 de agosto de 1850, vindo, com 4 anos de idade, para Feira de Santana. Foi comerciante; delegado de polícia; fundador da Filarmônica 25 de Março, sendo presidente desta por mais de 20 anos; membro do conselho administrativo da Santa Casa de Misericórdia da cidade e da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses; e conselheiro municipal por diversas vezes. Faleceu em 1918. (OLIVEIRA, 2013).

No tocante à inserção de Arnold na vida política, essa deveu-se, em primeiro plano, à visibilidade e ao prestígio alcançados por ele como jornalista e membro da diretoria do jornal *Folha do Norte*. Em segundo plano, aos casamentos contraídos por ele com as duas filhas do coronel Bernardino Bahia⁸, intendente em Feira entre 1912-1915 e 1920-1923. Este também era grande fazendeiro na região e representante, na cidade, da Empresa Amado Bahia, que comprava gado para abastecer o mercado da capital. E foi nesta condição que “o Coronel convidou Arnold para fazer a contabilidade da firma” (MUSEU..., 2005, p. 2). A atuação como contador na firma de Bernardino facilitou a (ou foi motivada pela) aproximação com sua família e Arnold veio a casar-se com uma de suas filhas, Amanda de Barros Bahia⁹, esta que veio a falecer algum tempo depois. Já na família, Arnold contraiu núpcias com a segunda filha de Bernardino Bahia, Maria Bereniza Barros Bahia¹⁰, com quem teve uma filha, Maria Luiza.

Mas, a trajetória profissional de Arnold começou antes, “aos 13 anos, como aprendiz de ourives, pois, na época, Feira despontava como um grande polo joalheiro. Mais tarde tornou-se escrevente de cartório, ingressando em seguida na área contábil.” (MUSEU..., 2005, p. 1). Na realidade, segundo Galvão (*apud* MUSEU..., 2005, p. 2), “ele desejava seguir direito”. Como defensor dativo (nomeado para réus pobres) “defendeu e conseguiu absolver alguns, gente humilde sem condições para pagar um advogado” (MUSEU..., 2005, p. 2). O jornal *Folha do Norte* relata, constantemente, em uma coluna denominada ora como *Tribunal do Pequeno Jury*, ora como *Tribunal do Grande Jury*, a atuação de Arnold como defensor de casos de pessoas pobres, frequentemente de forma exitosa. Nesse periódico, Arnold escreveu uma coluna intitulada *Vida forense* (1929-1934)¹¹, que tratava de problemas e questões envolvendo o poder judiciário na cidade. A sua atuação enquanto rábula e colunista deu-se provavelmente a partir do conhecimento adquirido enquanto escrevente de cartório, o que o levou a entender a dinâmica do judiciário, na teoria e na prática.

Antes de atuar como rábula, Arnold já ganhava notoriedade no campo do jornalismo. Durante sua juventude, ele manteve contato com a aristocracia feirense que se reunia em torno das praças para as leituras de jornais, como *O progresso*, *O feirense* e a *Folha do Norte*. Frequentava também a sede deste último periódico para discutir política e assuntos diversos do cotidiano. Foi nessa sociedade, com uma população na maioria analfabeta e uma minoria que sabia ler (bacharéis, profissionais liberais), que Arnold vivia, em meio sempre às letras. O

⁸ No segundo capítulo, traremos maiores detalhes sobre este coronel e as relações estabelecidas com Arnold.

⁹ Casamento ocorrido em 1921 (CONSÓRCIO..., 1921, p. 1).

¹⁰ Enlace matrimonial celebrado em 1930 (CONSÓRCIO..., 1930, p.1).

¹¹ As datas citadas correspondem apenas ao período de publicação da coluna.

seu trânsito pelo judiciário provavelmente aprofundou o conhecimento sobre arquivos, documentações e as mais diversas informações que o auxiliaram na sua trajetória de jornalista.

Ingressou como secretário do Jornal *Folha do Norte* em 1909 e, nos anos seguintes, tornou-se um dos seus diretores. Em 1922, comprou o jornal com os seus irmãos. Assinou crônicas, colunas e editoriais com o pseudônimo de Aristeu Nemésio e, depois, como Gil Moncôrvo. Com o primeiro codinome, escreveu seis crônicas no ano de 1909 no *Folha do Norte*, denominadas *Chronicando*. Nelas, o jornalista tratou de temas diversos, como a pena de morte e a condição de atraso da indústria nacional. Com o segundo pseudônimo, no ano de 1912, as quatro crônicas nominadas de *Effigies* apresentavam-se enquanto indicativos do interesse do autor pelos assuntos do campo político.

Ainda sobre suas publicações, outra coluna foi a *Bric-á-Brac*. Publicada em 05 edições em 1914, a política local, nacional e internacional, fatos no campo da cultura e religião foram temas desta coluna. Continuou com o pseudônimo Gil Moncôrvo para registrar, em forma de diário, o cotidiano feirense, a partir de uma cronologia diária, conforme o dia de publicação do jornal, ano após ano. Esta produção chamou-se inicialmente de *Crônica feirense*, depois, passou a ser chamada de *Coluna da vida feirense*.

O envolvimento de Arnold em outros segmentos artístico-culturais evidenciou-se muito antes do seu ingresso na vida política, principalmente através de Grupos Lítero-Dramáticos, na atuação como ator no grupo Taborda e comopalestrante (detemas como história da cidade e imprensa) no Grêmio Rio Branco. Arnold Silva também se envolveu com a musicalidade local já que exerceu as funções de presidente de duas filarmônicas – a Euterpe Feirense e a 25 de Março; além de ter sido tesoureiro, 1º secretário e orador oficial desta, mesmo sem ser músico, o que demonstrava o prestígio que o mesmo alcançou pelo seu conhecimento adquirido. Arnold teve participação na maioria das instituições sociais da cidade, seja como benfeitor, seja na direção, a exemplo do Montepio dos Artistas Feirenses e provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Na condição de político, foi intendente da cidade, de 1924 a 1925, reelegendo-se para o período de 1925 a 1926, pois os mandatos eram de 02 (dois) anos. Ele deu continuidade ao projeto político gerido pelo seu sogro, em parceria com Agostinho Fróes da Motta (1916-1919), comungando com as mudanças e as ideais de modernidade vividas pelo Brasil e, também, por Feira de Santana, representado por uma série de obras de infraestrutura – como a implantação de luz elétrica na zona urbana; a inauguração, em parceria com o governo estadual, da Escola Normal; a aquisição de uma balança para pesagem de gado vivo; e o

marco de sua gestão – a inauguração do prédio do Paço Municipal, em 1926, cuja construção fora iniciada no governo Bernardino Bahia.

Arnold participou da diretoria da Caixa Rural de Feira de Santana em 1925 e, em 1927, fundou o Banco de Crédito Agrícola Popular em parceria com representantes das famílias Bahia e Motta. Mesmo sem ter adquirido a patente de coronel, Arnold era tratado como tal pela comunidade por seu poder e influência político-econômica. Além de vereador e presidente do conselho municipal (1928 a 1930), Arnold atuou também como deputado constituinte (1934-1937).

Um importante aliado de Arnold Silva durante a Primeira República fora Eduardo Fróes da Motta. No entanto, estes se apresentaram em lados opostos após o golpe do Estado Novo. Segmentos políticos em Feira de Santana dividiram-se entre os que apoiavam Vargas, sob a liderança de Eduardo Fróes da Motta, e os que foram contra Getúlio Vargas, sob a liderança de Arnold Silva. Este, que era deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) na época do golpe, perdeu seu mandato (1937) e ficou sem ocupar um cargo político, sem, contudo, deixar a política partidária.

Em 1941, ele mudou-se para Salvador, para administrar a Empresa de Carnes Verdes da Bahia, que sucedeu a Empresa Amado Bahia S.A. Juntamente com Arnold Silva, estiveram João Martins da Silva e João Marinho Falcão, todos na posição de sócios-gerentes:

O empreendimento de porte estadual tinha sede em Salvador e vasto patrimônio, chegando a contar com cerca de 200 açougues e muitas fazendas na zona sertaneja e outras regiões por onde passavam e descansavam as boiadas gordas, que vinham para o abate na capital. Além do corte do bovino, a Cia de Carnes Verdes explorava diversos subprodutos, beneficiados ou não, do gado: couro, banha, sebo, farinha de carne, uma verdadeira indústria do boi. (LINS, 2014, p. 45).

Mesmo à distância, Arnold Silva continuou no jogo político de Feira de Santana. Marcou suas posições ideológicas e escreveu sobre o cotidiano, a história e a memória da cidade através da *Folha do Norte*, caracterizando, desta forma, uma segunda fase de sua intelectualidade, a serviço da política partidária, antivarguista e udenista. Com o fim do Estado Novo (e de sua censura), o advento de novas eleições presidenciais suscitavam grandes expectativas sobre o futuro da política municipal e os rearranjos de poder em torno da sucessão municipal eram cada vez mais intensos. Isso propiciou atos públicos nos quais novas lideranças emergiam e antigas (opositoras a Vargas) reapareciam no cenário político, dentre estas a liderança do próprio Arnold.

Em 1945, a pedido do coronel Juracy Magalhães, Arnold retornou à vida política partidária pela União Democrática Nacional (UDN) em sua campanha para deputado federal e a favor da candidatura de Eduardo Gomes para Presidente da República, fazendo parte do comitê instalado para esse fim, em Feira de Santana. Tal projeto eleitoral não teve êxito, mas, nesse momento, organizava-se o quadro político que iria configurar as eleições municipais de 1958. De um lado, a UDN, representada pela figura de Arnold Silva e, do outro, o Partido Social Democrático (PSD), representado pela figura de Eduardo Fróes da Motta. Ao redor destes sujeitos, estruturaram-se os diretórios locais dos partidos políticos e definiram-se as primeiras alianças políticas municipais e as primeiras estratégias eleitorais.

Para Lins (2014, p. 57), uma das estratégias eleitorais nesse momento foi a utilização do jornal *Folha do Norte* como um

veículo propagandeador da UDN, depreciando adversários (a exemplo de Almáchio Boaventura, então prefeito) e enaltecendo o seu grupo político através de uma pauta intensa e absolutamente contrária ao Estado Novo, além de um discurso em defesa da ordem social, da moralidade política e da luta contra a corrupção.

Contudo, para Lins (2014, p. 117), a partir dos discursos e das entrevistas concedidos por Arnold a meios de comunicação locais, apesar de o

velho senhor Silva admitir o povo como principal sujeito político da democracia, não seria qualquer povo a comandar tal regime. Não aparenta que Silva desejasse a multidão como protagonista político, mas os homens de belas e boas letras, uma elite intelectual que compunha o beletismo udenista.

Em 1958, após uma campanha em que a imagem de Arnold seria supostamente a da continuidade do governo de João Marinho, Arnold Silva saiu vitorioso do pleito eleitoral. O último governo do senhor Silva foi defendido por alguns como uma gestão progressista de grandes realizações, conforme traz o seu ex-secretário e chefe de Gabinete Joselito Amorim:

Ele criou condições para a compra da sede do bispado. Intercedeu junto ao governador Juracy Magalhães para a doação da sede do Papagaio e áreas remanescentes, para a instalação do seminário diocesano, o que culminou com a fundação da diocese de Feira de Santana. Até então, a biblioteca da cidade funcionava em uma pequena sala na Prefeitura Municipal, no seu governo adquirimos equipamentos de primeira, mais livros, duas coleções dos livros adotados em todos os colégios. Buscamos em Salvador a Diretora da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal para orientar e instalar o seu funcionamento. Providenciamos a ida de uma professora do município, a fazer o curso de bibliotecária, e assim Arnold Silva construiu a biblioteca municipal obedecendo aos modernos requisitos técnicos de biblioteconomia. (MUSEU..., 2005, p. 2-3).

A implementação de obras de calçamento público, a ampliação da quilometragem de estradas asfaltadas, a implantação da central de abastecimento de água, o início do projeto de iluminação na zona rural, a fundação do Hospital Colônia Lopes Rodrigues e a inauguração do Instituto de Educação de Menores foram realizações que marcaram o seu governo, que foi interrompido por motivos de tratamento de saúde. Sem sucesso no tratamento, Arnold veio a falecer em 08 de junho de 1965.

1.2 FOLHA DO NORTE: ATELIÊ DA POLÍTICA E INTELECTUALIDADE FEIRENSE

Era dia de feira, uma segunda, ano de 1909, em Feira de Santana. A cidade, agitada com a famosa feira livre e de gado, reunia, em torno da tipografia, na Rua do Meio nº 02, vários membros da aristocracia local e das mais diversas classes sociais, além de intelectuais, para a realização de debates acalorados em torno das notícias veiculadas pelo mais novo periódico da cidade, o jornal *Folha do Norte*. As origens deste veículo de comunicação, suas características e as relações estabelecidas entre este hebdomadário e Arnold Silva, juntamente com alguns outros políticos, desde a sua fundação (1909) até o ano de 1923¹², serão questões a serem tratadas no decorrer destes escritos.

O dia 17 de setembro de 1909 marcou o lançamento do primeiro número da *Folha do Norte*, mas, antes deste semanário circular na cidade, a sua gênese estava atrelada a embates políticos entre o Coronel Tito Ruy Bacellar e seus adversários. Na redação, os seus primeiros colaboradores – Arnold Ferreira da Silva (secretário/colunista), bem como Dálvaro Ferreira da Silva e João Carneiro Vital (redatores) – auxiliavam-no em suas querelas político-partidárias. O principal rival político do Coronel Bacellar era o Coronel Abdom Alves¹³, que também se utilizou da imprensa para encampar uma disputa política contra seu adversário, haja vista que havia saído vitorioso no último pleito eleitoral, no ano de 1907.

No primeiro ano de sua gestão, o Coronel Abdom utilizou-se do jornal *O Município* como instrumento de propaganda de seu governo. Em seu editorial *Necessidade que se impõe: Apelo ao civismo*, o jornal apresenta um discurso de unidade em torno do grupo político que detinha a máquina pública tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal:

Por isso apelamos para todos esses sentimentos nobres, por meio dos quais, na luta não haverá vencidos, nem vencedores, mas pelotões de operários da paz e do

¹² Discutiremos até o último ano da gestão de Bernardino Bahia, porque, no segundo capítulo, dedicaremos um maior espaço à atuação política que, por meio do jornal *Folha do Norte*, Arnold (1924-1930) empreendeu.

¹³ Intendente em Feira de Santana, de 1908 a 1912.

trabalho para um fim único, o progresso da terra e o bem-estar de todos, embora seguindo caminhos diversos e trabalhando em horas diferentes.
 O governo do Exmo. Sr. Dr. Araújo Pinho, ao qual prestamos todo o nosso apoio, é de paz, harmonia e progresso. O nosso lema é o mesmo, e estamos autorizados a declarar que igual é o programa dos atuais administradores do município. (NECESSIDADE..., 1908, p. 1).

Como uma resposta à ação do governo municipal na construção de um órgão e em função do fechamento dos dois jornais “independentes” da cidade, ou seja, *O Propulsor* e *O Progresso*, foi então fundado o jornal *Folha do Norte*. Até então, o matutino *O Progresso* propagava preceitos da higiene e da civilização. No entanto, com a mudança de comando político da cidade e, logo, dos interesses aos quais servia o jornal, sua linha editorial foi redirecionada à denúncia daquilo que era considerado nocivo ao progresso citadino. Assim, *O Progresso* assumiu uma oposição declarada à gestão da comuna feirense. Com a extinção deste periódico, por razões e em circunstâncias não registradas, a *Folha do Norte* prosseguiu na mesma campanha de seu antecessor, assumindo posturas políticas de oposição e disseminando uma imagem de cidade que estava na contramão do progresso.

A construção da imagem da cidade no jornal perpassava por duas questões básicas: a primeira, era que a representação da urbe dependia dos interesses do grupo político que estava à frente do jornal e do clima político vivenciado na cidade. A segunda, era o conceito de cidade então pensado e propagado, que oscilava, ora para a cidade como lócus de coesão social (mesmo com a heterogeneidade que lhe é peculiar, como fora apresentado no editorial do jornal *O Município*), ora como espaço de conflitos e de disputas de poder. A política de oposição por parte da *Folha do Norte* foi assumida imediatamente após a sua fundação, a partir das alianças políticas estabelecidas com o Partido Republicano, conforme nos relata o jornal *A Ordem de Cachoeira*¹⁴ (1909, p. 2):

A Folha do Norte que veio para combater em prol de ideias políticas, econômicas e sociais, advogando as causas do povo que parecem justas, nos limites da lei, do direito, da constituição do país e da carta magna do estado. É um jornal de feição artística, simpática, filiado ao grande partido republicano que tem por chefe o eminente senador Severino Vieira.

Tendo as suas colunas servidas pela pena criteriosa e leal de Ruy Bacellar, um dos membros da maioria parlamentar baiana, que resistiu à política de suborno e misérias sem nome com que o obá do xangôltrajou a Bahia republicana e pelas inteligências promissoras de João Vital e Arnold Silva, não faltarão certamente à nova colega, que representa a poderosa política oposicionista, na trilha encetada, muitos louros e muitas prosperidades.

¹⁴ Esse veículo era de oposição ao então governo estadual.

A sua feição artística, mas na arte de fazer política de oposição, logrou a este meio de comunicação inimigos, não demorando muito para, em 3 de maio de 1911, período próximo ao pleito eleitoral, sofrer um incêndio criminoso, ficando cerca de dois meses em inatividade (único momento em que o jornal deixou de circular), fatos estes ocorridos na sua antiga sede, na rua Sales Barbosa¹⁵. O contexto de surgimento do jornal é o de práticas coronelísticas, em que medidas como a de minar os adversários por meio da imprensa ou perseguir com violência física e destruição de bens materiais eram comuns.

Supomos que o incêndio pode ser compreendido devido ao forte impacto que as matérias do *Folha do Norte* alcançaram na cidade, mesmo em uma sociedade analfabeta e limitada em recursos materiais de instrução, mas que, a partir da leitura coletiva do impresso e do debate difundido pelos intelectuais e grupos abastados da cidade, influenciavam a opinião pública e alimentavam as paixões políticas. Mesmo tratando do século XIX, De Luca (2005, p. 133-134) traz uma informação que ilustra a situação do *Folha do Norte*:

O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas.

Mas, que jornal era esse? Qual era o seu teor? Santos (2008, p. 37) o caracterizou como um jornal

provinciano, noticioso, que fabrica apenas a notícia local e se vale apenas da publicidade oficial. Publica notas diversas (fúnebres, de congratulações, exonerações, convites, apelos, agradecimentos, boas-vindas, despedidas, etc.), indicadores e avisos de toda ordem (sobre cursos, inaugurações, convocações de assembleias sindicais, perda de objetos, batizados, noivados, casamentos, formaturas, aniversários, exposições artísticas, horários de missas, advertências, etc.), escritos por ou a pedido de pessoas que têm no jornal um espaço ordinário e, amiúde, principal de correspondência e comunicação entre os habitantes de Feira de Santana.

Um jornalismo opinativo em que dar palpites e tecer juízos de valor acerca dos temas abordados foram marcas da imprensa brasileira nas primeiras décadas do século XX e do jornal *Folha do Norte*.

¹⁵ Esse não foi o único episódio de atentados a órgãos da imprensa feirense. Cerca de 50 anos após esse primeiro, o *Folha do Norte*, de vítima, se torna possível acusado – nada confirmado após perícias e investigações – de ser o responsável por empastelar a sede gráfica do Jornal Gazeta do Povo, de propriedade da família Frões da Mota, então maior rival de Arnold Silva.

Os sujeitos incumbidos deste jornalismo parcial tinham como objetivo estimular positivamente e construir uma imagem benéfica junto à opinião pública de determinadas personalidades políticas que pretendiam ter nas mãos o poder de gerir a cidade. Para o exercício desta função contribuíram personalidades destacadas nos variados campos, como: cineastas, literatos, educadores, advogados, artistas, entre outros; compondo, no decorrer do tempo, um quadro significativo da cultura local. Particularmente nos pensamentos e letras de articulistas, seja direta ou anonimamente (usando pseudônimos), muitos destes intelectuais trouxeram seus discursos vigorosos e opiniões muitas vezes acaloradas e polêmicas.

Uma dessas figuras é Arnold Ferreira da Silva. A sua atuação nos primeiros anos do jornal, como secretário e redator, propiciou-lhe, para além do aprimoramento intelectual, uma efetiva aproximação com um grupo político que tinha Tito Ruy Bacellar como político mais experiente e, também, outros nomes que vinham ascendendo enquanto lideranças importantes na política municipal, como Agostinho Fróes da Motta e Bernardino da Silva Bahia. Uma das formas de atuação de Silva na *Folha do Norte* era a de narrador de histórias do cotidiano da cidade, a partir das crônicas *Chronicando*, em que difamar o grupo político da situação propiciaria um campo fértil para o cultivo dos nomes citados no terreno eleitoral. Vejamos abaixo uma das crônicas:

O grupo situacionista local já não parece o mesmo de dois anos atrás, quando aparentemente coeso praticou aquela triste obra de destruição.
 Já não parece o mesmo, com muita razão. Elementos heterogêneos, cujo único ideal era a ambição de mando, tanto que não vacilou em cometer misérias as mais torpes para galgar as posições, bem era de ver que não tardaria o resultado.
 Já não parece o mesmo. Já vai caminho do ocaso, com todo seu cortejo de contrariados, de descontentamentos, de desgostos, de decepções, as mais acerbadas e que não de levá-lo até a valia das coisas imprestáveis.
 O troço já veio meio dismantelado; uns, que, feridos pela ingratidão, já vão em busca dos arraiais inimigos, outros que já não podem catar os seus desejos insatisfeitos.
 É essa a sorte, porém, dos agrupamentos de ocasião, improvisados segundo as conveniências do momento... (NEMÉSIO, 1909, p. 2).

A construção da imagem de cidade perpassa também por quem são seus governantes, por isso Arnold, ao defenestrar o grupo político que estava no poder, apresenta a cidade como um lugar que está entregue à própria sorte, nas mãos de corruptos e oportunistas, que, na ambição do poder, jamais seriam capazes de reger a sinfonia do progresso na perfeita harmonia que a ordem social requeria. A denúncia das péssimas condições de higiene da cidade e a desordem instaurada eram os elementos necessários para borrar o quadro colorido que há anos vinha sendo pintado da cidade dos cravos brancos, campos verdejantes, uma terra de sã natureza.

A partir das gestões municipais dos coronéis Bernardino Bahia (1912/1915 e 1920/1923) e Agostinho Froés da Motta (1916/1919), o arsenal de denúncias e ataques políticos efetuados pela *Folha do Norte* foram suspensos e a retomada do discurso em torno da reconstrução da urbe que deveria caminhar na direção da civilidade e progresso foi intensificado. Esse discurso era direcionado em duas vertentes, a primeira pelo viés do engrandecimento dos sujeitos e suas respectivas gestões e, a segunda, pela convocação, junto ao povo, de uma mudança de costumes e hábitos, desde a higiene pessoal e coletiva, passando por comportamentos ordeiros em espaços públicos, até a campanha de alfabetização.

Podemos exemplificar o enaltecimento feito aos intendentos citados em recorrentes notas no jornal *Folha do Norte*, como, no artigo *Obras municipais* (1917, p. 1), a exaltação às obras públicas realizadas por Motta e, também, em um editorial denominado *Parabéns a Feira* (1918, p. 1), semanário este que valoriza as gestões de Bahia e Motta devido à construção de vários prédios escolares no período de suas gestões. Além disso, no artigo *Açudes neste município*, Motta é novamente citado, sendo parabenizado pela construção de açudes para a zona rural do município. Uma importante síntese de como o jornal apoiava o poder público foi quando um dos seus principais nomes, Arnold Silva, foi a público, na cerimônia de posse do intendente Bernardino Bahia, discursar em favor da gestão anterior e da vindoura¹⁶, conforme relata o próprio hebdomadário:

Franqueada a palavra, o nosso colega Arnold Silva pronunciou um discurso analisando fatos, formulando votos e aspirações da cidade e dos distritos no continuado desejo de progredir, sem esquecer-se de salientar o mérito e valor dos serviços prestados à comuna pela administração cujo mandato se findara. Atacou a política sem descortino, de ponto de vista estreito, que há algum tempo se manifestara, sem programa nem ideal definido, visando somente satisfação de vaidades individuais e causas pueris, que, para bem da Feira, sucumbiu inanimada por falta do alimento da opinião pública, que bem cedo a compreendeu e a ela deu o desprezo merecido. (CERIMÔNIA..., 1920, p. 1).

Para ilustrar a campanha mobilizadora realizada pelo jornal junto à população e que agora conta com o governo enquanto parceiro, a nota sobre os *Melhoramentos locais*, publicada pouco depois de instaurado o novo governo, torna-se fundamental. Trata-se de um artigo que discute (e, portanto, informa, educa sobre) a importância da arborização para os climas em geral e, em particular, para o desenvolvimento de um bom ambiente urbano. Ou seja, “a cidade agora estava segura, já que bem cuidada. E nessa condição podia retomar seus

¹⁶ Consideramos que naquele momento também existiam interesses a partir de questões pessoais, haja vista que Arnold namorava uma das filhas do intendente que viria a tomar posse, trabalhava enquanto contador de sua empresa e também já poderia ter pretensões políticas ganhando, naquele momento, com seu discurso, ainda mais notoriedade junto à comunidade feirense e prestígio com seu futuro aliado político.

esforços para educar a população, inculcando-lhe as adequadas noções de higiene e moral que a levariam à verdadeira civilização” (SILVA, 2000, p. 177-178). Para isso, um dos primeiros passos seria o poder público garantir as condições mínimas de vivência nos trópicos. Um ambiente quente e abafado não é higiênico, muito menos saudável, e isso influenciaria todo o comportamento social e, conseqüentemente, o projeto de progresso, entrando em desarmonia com a arquitetura retilínea e homogeneizadora, conforme segue nessa nota:

A cidade de Feira de Santana, situada numa vasta planície arenosa e clara, desabrigada das grandes árvores, tem as suas largas e extensas ruas principais bem alinhadas, quase paralelas entre si.

Esta invejável disposição e uma edificação regular, das melhores do Estado, composta na sua maioria de casas abarracadas e elegantes, sem a elevação dos grandes sobrados, permite que a luz solar inunde a cidade de um extremo a outro, e que, livremente, o ar aí circule. Eis uma condição higiênica admirável, mas há excesso de luz e de calor, e o excesso em tudo é nocivo.

Como corrigir, pois, esses excessos?

Simplemente por meio de uma boa arborização.

Árvores dentro de nosso perímetro urbano, árvores no perímetro sub-urbano, árvores nos sítios e fazendas dos diversos distritos de paz do município, eis uma medida que se impõe ao governo local.

Começando pela cidade, notamos que os passeios largos e claros, as fachadas dos edifícios pintadas de cores claras, o solo claro, expostos, diretamente, aos raios solares dão lugar a combinações de luz que ferem a nossa retina, enquanto, por sua vez, as compridas ruas não oferecem ao transeunte um abrigo contra os ardores do sol.

A mais formosa e a mais extensa de nossas ruas, a do Senhor dos Passos, onde a gente ao penetrar experimenta agradabilíssima impressão, é completamente desabrigada de árvores. (MELHORAMENTOS..., 1913, p. 1).

Invariavelmente, nas suas edições, o jornal *Folha do Norte* publicou várias matérias de denúncia a atitudes inconvenientes da população ou sobre a ausência de elementos que fossem necessários para a ordem, o progresso e a civilidade. Em uma matéria denominada *Reclamações justas* (RECLAMAÇÕES..., 1917, p. 1), a redação do semanário relatou que o comportamento das mulheres no Beco do França era inconveniente, principalmente devido à falta de higiene. O jornal era recorrente em fazer menção ao código de posturas municipais e em solicitar ações mais enérgicas dos fiscais da prefeitura na supervisão dos espaços públicos (praças, mercados, jardins) e privados (padarias, casas), denunciando criações de porcos nos quintais de residências (PORCOS..., 1921, p. 1), entre outros temas.

A postura do jornal foi tornando-se cada vez mais agressiva no combate a tudo que era considerado incivilizado, chegando até a exigir multa ou cadeia para os infratores que desobedecessem o código de posturas, como era o caso dos vendedores de água que traziam animais nas vias urbanas (PELA CIDADE..., 1921, p. 1). Também através de uma matéria intitulada *Foot-ball vagabundo* (FOOT-BALL..., 1921, p. 2), o periódico depreciou a prática

futebolística enquanto um atentado à moral e aos bons costumes, devido ao fato de alguns garotos jogarem futebol sem camisa em um terreno próximo ao orfanato Asilo Nossa Senhora de Lourdes, causando grande desconforto às senhoras de família e às religiosas que geriam o Asilo. O jornal também propagandeava, a partir de eventos das famílias abastadas da sociedade feirense e do seu modo de vida, o padrão a ser seguido, além de destacar espaços que poderiam colaborar para a higienização e a uniformização da aparência dos cidadãos conforme o anúncio:

Barbearia Moderna - receberão os seus dignos fregueses a rua Conselheiro Franco sob o nº 115 e, em cuja proteção confiam esses jovens feirenses, muito esperançosos na sua atividade utilíssima e civilizadora. (BARBEARIA..., 1921, p. 3)

Ser moderno não estava apenas ligado à aparência pessoal e ao cuidado com a estética, mas, também, à prática da leitura, à defesa do letramento e ao fortalecimento de espaços de formação do intelecto, como escolas, grêmios literários, bibliotecas, academias de letras e artes, institutos históricos e geográficos. Por isso, em muitos momentos, a *Folha do Norte* abriu espaço para noticiar acontecimentos no mundo das artes, incentivou especialmente a juventude local a prestigiar saraus, palestras, peças teatrais, concertos musicais. A atuação de intelectuais no jornal, especialmente através de poesias, contos e crônicas, também foi uma forma de fazer a apologia necessária para incutir tais práticas no cotidiano.

O monopólio da imprensa feirense pelo jornal *Folha do Norte* deu-se primeiramente pela ausência de outro jornal que lhe fizesse oposição sistemática durante o período de discussão, haja vista que a duração dos outros periódicos foi efêmera. Era um órgão financiado pela máquina pública, além do prestígio e respaldo do poder público, assegurava os recursos financeiros necessários à sua sobrevivência. Com a visibilidade adquirida, o jornal também era um dos principais segmentos formadores de opinião da urbe, haja vista que muitos dos profissionais que tinham essa incumbência, além de escreverem no jornal, atuavam enquanto profissionais liberais (médicos, professores, advogados) e repercutiam o que foi produzido em outros ambientes.

Um espaço fundado por interesses políticos, que, a partir de 03 de maio de 1924 (no início da gestão de Arnold), possuiu uma coluna denominada *Governo do Município*, na qual eram descritas as ações realizadas pelo executivo municipal, mostrando um pronto atendimento aos grupos econômicos abastados e seus projetos de poder. Vale salientar que esta coluna permaneceu até o fim do mandato do também proprietário do periódico (1927) e que, antes mesmo da gestão de Arnold, esse hebdomadário vendia espaços para atos do

executivo, reuniões do legislativo, etc. Trata-se de um lugar administrado, durante mais de um século, por uma família que tem, no jornalismo, no direito e na política, suas marcas cravadas na sociedade feirense.

Esse é o *Folha do Norte*, um dos pontos de partida para pesquisadores (principalmente historiadores), que buscam entender parte do mosaico que compõe a cidade Princesa do Sertão e um dos mais importantes espaços de atuação de Arnold Silva como intelectual e político. No entanto, antes de analisarmos mais detalhadamente os escritos do caçula dos Silva no hebdomadário citado, precisamos esmiuçar a genealogia da família que se pautou na tradição e no incentivo à cultura, à arte e à filantropia local.

1.3 FAMÍLIA SILVA: DIÁLOGO ENTRE TRADIÇÃO E PROGRESSO

Diferentemente da origem humilde que o memorialista feirense Gastão Sampaio atribuiu a Arnold Silva, no início do século XX a família Silva esteve entre as famílias que exerciam monopólio político e econômico na urbe feirense. Os irmãos Raul, Dálvaro e Arnold Ferreira da Silva¹⁷ apresentaram-se, no início da República, como patrocinadores e figuras de destaque no quadro artístico, cultural da cidade, sendo ressaltado o prestígio político que estes gozavam. Será importante conhecer detalhadamente o núcleo familiar dos Silva, para que, a partir deste polo de educação doméstica, possamos compreender sobre quais bases desenvolveu-se a trajetória política e intelectual de Arnold Silva.

O pai do caçula dos Silva era, no período do nascimento deste, “um antigo comerciante nesta cidade, onde exerceu cargos de confiança no antigo regime” (CAP..., 1917, p. 1) e homem de família com boas relações com a aristocracia e a cúpula da política local. Além disso, adquirir a patente de Capitão (como foi o caso do Sr. Amâncio) custava um valor alto para a época e apenas pessoas com reconhecido sucesso financeiro, como ele, poderiam comprá-la. O jornal *O Município* apresentou uma tabela de custos referentes à compra da patente junto à guarda nacional:

O major honorário do exército, F.G. Costa Sobrinho, tira e remete patentes para o interior, encarregando-se de pagar os direitos no tesouro ou tesouraria dos Estados, comissão módica, remessa de dinheiro em carta registrada no correio.
Tabela: Alferes até capitão (patente e comissão) 100\$000.
(COLUNA¹⁸...*apud*FOLHA..., 1938, p. 1).

¹⁷ Sobre Lindaura Arlinda da Silva, irmã dos Silva, traremos maiores informações ainda neste tópico.

¹⁸ COLUNA da vida feirense. Jornal *O Município*.

Sobre a matriarca da família temos poucas informações. Ela, além de exercer o papel de dona de casa e de educadora da prole, cuidou de algumas obras de caridade como fora noticiado no semanário *Folha do Norte*: “é visitador este mês o Senhor Antônio Andrade e irmã protetora, a Exma. Senhora D. Vicência Silva” (SANTA..., 1921, p. 3). A atuação filantrópica da mãe de Arnold junto à Santa Casa de Misericórdia confirma sua boa posição social e econômica na urbe feirense.

Ainda no tocante ao lado materno da família Silva e às condições financeiras da sua linhagem, há indicativos de que a avó de Arnold, Dona Veridiana Maria da Silva Lima, era uma pessoa com grandes posses. Segundo o seu inventário, esta possuía dez casas em regiões tidas como nobres na cidade, na época. Ao falecer, sua filha Vicência assumiu a administração dos seus bens, sendo Arnold seu procurador, o responsável pelo processo, “inclusive de levar os imóveis a leilão e arrecadar boa soma em dinheiro” (CEDOC, 1931, p. 23).

Sobre os seus irmãos, destacaremos inicialmente o primogênito da família, Raul Ferreira da Silva. Nascido em 4 de maio de 1888, desde a meninice dedicou-se à tipografia, exercendo esse ofício por alguns anos na cidade de São Félix. Nesta urbe, foi gerente da Tipografia Joviniano, publicando, por meio desta, o *Correio de São Félix*, um órgão de propaganda sua e de distribuição gratuita, como é apresentado no cabeçalho da publicação. Nesse jornal, ele demonstrava envolvimento com a política nacional, afirmando, através do editorial intitulado *Mais uma vez*, que foi “um dos primeiros que destas colunas apoiamos a candidatura do invicto marechal Hermes da Fonseca para o alto cargo de Presidente da República” (SILVA, 1910, p. 1).

Além do patriotismo e da defesa das forças armadas enquanto instituição capaz de operar mudanças econômicas, sociais e culturais no país, Raul demonstrava, desde cedo, abertura para as artes. Nessa mesma edição (SILVA, 1910, p. 3), ele publicou uma poesia denominada *Bilhete Postal*:

A' Ti...
 O teu silêncio me torna discrente,
 Do grande amor que teus olhos me falam...
 Ouvindo-te, de mim se esquivariam,
 Estas mágoas que em meu peito se calam! ...
 Bem vês o anelo que minh' alma sente,
 De provas ter do teu amor querida! ...
 Oh! não me deixes por mais tempo imerso,
 Neste caos que me dilacera a vida! ...

No *Correio de São Félix*, surge uma informação até então pouco comentada sobre a família Silva: a existência de uma irmã de Raul Silva e, logo, também dos seus outros irmãos. A nota de pesar pelo falecimento nos dá maiores detalhes:

Rememorando, cheios de dor e de tristeza, o infausto passamento daqueles que nos são caros, estampamos, acima, o retrato da senhorita Lindaura Arlinda da Silva, falecida na Feira de Santana, no dia 06 de junho do corrente ano, e prezada irmã do Sr. Raul Silva, muito digno gerente das nossas oficinas tipográficas. Contava a inditosa moça 23 primaveras, quando a parca impiedosa, na sua faina inglória de vitimar os bons, chamou-a para junto de si, abrindo, com isso, um vácuo impreenchível no coração de seus pais e roubando os prazeres da vida, que ainda para ela desabrochavam. (NOTA..., 1910, p. 4).

Poucas informações temos a respeito dessa moça. O que sabemos é que ela era mestiça, voltada aos assuntos do lar, não figurava nas colunas sociais do jornais, nem no *Folha do Norte*, este que já possuía em seu quadro de funcionários Arnold Silva enquanto secretário e cronista. Enfim, uma vida discreta e que, segundo familiares, foi interrompida rapidamente por uma tuberculose, adquirida de seu noivo.

No início da década de 1920, Raul foi trabalhar nas oficinas do *Folha do Norte* e assumiu a direção do mesmo de novembro de 1923 a dezembro de 1968. Raramente escrevendo neste, possuía um papel administrativo na condução do periódico, até seu falecimento em julho de 1973. O jornal tornou-se propriedade dos irmãos Silva no ano de 1922, com o registro de “Silva e irmãos” juntamente a uma tipografia, livraria e papelaria que comercializava de materiais escolares a livros literários nacionais e internacionais. Sobre a aquisição deste semanário, relata-nos o editorial:

De acordo com a escritura assinada, no dia 5 do corrente mês, em notas do tabelião João Carneiro Vital, a Exma. Viúva do cel. Tito Ruy Bacellar, inesquecível fundador deste periódico, transferiu ao nosso antigo companheiro de redação Sr. Arnold Silva a propriedade da *Folha do Norte* e da tipografia que a edita com todos os seus maquinismos, tipos e pertences. (FOLHA..., 1922, p. 1).

No campo da política, Raul participou como mesário da organização das eleições para deputado estadual e federal no ano de 1929, isso graças ao seu prestígio econômico e ao reconhecimento social que ele tinha na urbe feirense, haja vista que, para ocupar um lugar desses na organização do processo eleitoral, deveria ser considerado como alguém idôneo e de destaque na comunidade local. Além de ser membro da Filarmônica 25 de março, foi também 1º suplente do juiz de direito, o que indica uma formação nessa área ou conhecimentos significativos no campo da ciência jurídica.

Na década de 1920, o mais velho dos Silva foi arrendatário do Cineteatro Santana. Raul possibilitou as adaptações necessárias para que os filmes pudessem ser exibidos e ainda utilizou o *Folha do Norte* para divulgação dos eventos do Cineteatro Santana. Conforme nos informa Aline Santos (2012, p. 104),

existia uma disputa acirrada pela clientela local, essa disputa acabou por fechar os dois estabelecimentos, tanto o Cine Brasil, quanto o Cineteatro Santana. Raul Silva não suportou uma série de obstáculos enfrentadas nesse empreendimento, assim fechou o cinema no final da década de 1920, por conta dos prejuízos sofridos (inadimplência gerada pelas vendas a crédito), e passou o arrendamento do Cineteatro Santana para outra pessoa.

O segundo filho do casal é Dálvaro Ferreira da Silva, que nasceu em 4 de setembro de 1889. Foi tipógrafo, industrial e comerciante, além de um dos fundadores do hebdomadário em 1909. Ele envolveu-se com o teatro, atuando em várias peças organizadas pelo grupo dramático Taborda. Entre tantas, destacamos uma que noticia a *Folha do Norte*:

Dálvaro Silva, deslocado do seu gênero, que é o rústico, para o centro nobre, esforçou-se para fazer bem o papel de Barão das Laranjeiras. Conseguiu, notando-se, porém, frieza no primeiro diálogo, do 2º acto, com Carlos (THEATRO..., 1912, p. 1)

Assim como Raul, foi membro da Filarmônica 25 de março e participou como mesário na organização das eleições para deputado estadual e federal no ano de 1929. Atuou também na organização das eleições municipais. Foi vice-presidente da sociedade de tiro no ano de 1916, bem como presidente da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses. No *Folha do Norte*, foi gerente no ano de 1917 e, depois, diretor, de dezembro de 1971 a dezembro de 1972, porque viria a falecer em janeiro de 1973.

Envolver-se com as artes, com o ambiente das tipografias, com a política e com a filantropia, bem como estar na organização de pleitos eleitorais e ocupar direções de instituições de prestígio social e que o levariam a certo destaque na sociedade local foram realidades costumeiras com que Arnold se deparou no contexto familiar. A defesa da pátria, dos valores republicanos e da prática política parlamentar foi fundamental para auxiliar na formação intelectual e política do caçula dos Silva.

Como diria Del Priori (2009, p. 10), “o indivíduo não existe só. Ele só existe numa rede de relações sociais diversificadas”. Na vida de um indivíduo, convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence e o primeiro laboratório para Arnold foi a família.

Contudo, essa instituição seria apenas o propedêutico para a constituição deste intelectual. A escola, os cafés, as praças e a redação de jornal, o da *Folha do Norte* em especial, levam-no a entender que tipo de intelectual é esse, sobre que cidade ele escreveu e o que também discutiam seus pares no período estudado.

1.4 OS TINTEIROS DA FEIRA: NOTAS SOBRE INTELECTUAIS EM FEIRA DE SANTANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Em Feira de Santana, era essa a realidade da educação escolar que apenas confirmava o que se constatava inclusive na capital:

O descaso com a educação parecia ser a tônica que alimentava as ações da política baiana. Paradoxalmente ao discurso republicano, que valorizava a educação, antepunha-se uma desoladora realidade que se refletia na desvalorização dos professores, mas também nos espaços e locais reservados para as escolas. A ausência de prédios, mobília e materiais escolares adequados foram alguns dos graves problemas enfrentados pelas escolas baianas. (LUZ; SILVA, 2008, p. 243).

Com apenas uma escola municipal primária elementar¹⁹ e não acessível a todos, os moradores da urbe feirense tinham precário acesso à educação escolar, contribuindo para aumentar a massa de analfabetos que engrossavam as estatísticas de uma República iletrada.

Os poucos privilegiados que tinham acesso à escola elementar deveriam preparar-se para, após a conclusão dos estudos primários, submeterem-se a um exame admissional que era supervisionado pelas principais referências na educação local do início do século XX: Antônio Garcia e Geminiano Costa. Sobre o único período em que tivemos notícia da formação escolar de Arnold Silva, o jornal *Tribuna Popular* reproduziu a notícia do periódico *O Progresso* do ano de 1905:

A 22 de novembro encerram-se as aulas da Escola Complementar desta cidade, regida pelo Prof. Antônio Augusto da Silva Garcia, que recebe significativas homenagens dos seus alunos. Naquele dia realizaram-se os exames finais da primeira Escola Municipal desta cidade, de que é regente a Profa. Leolinda Bacelar. Em 23 efetuaram-se os exames finais na Escola primária para o sexo masculino, dirigida pelo Prof. Lucindo Melo e são aprovados os alunos Arnold Ferreira da Silva, Joaquim Felipe de Magalhães, Marinósio da Silva Melo, Berilo Pinto de Queiroz, Antônio Gonçalves da Costa e Augusto Joaquim Frutos, pela comissão examinadora composta dos professores Antônio Garcia e Geminiano Costa e pelo delegado escolar Dr. Adriano Guimarães. (O..., 1968, p.3).

¹⁹Corresponde ao atual Ensino Fundamental I.

Em torno desta notícia, podemos perceber que esse modelo de educação era excludente, haja vista que apenas cinco alunos foram aprovados nos exames finais, logo, possivelmente, um número muito reduzido de discentes devem ter realizado as avaliações finais. Isso pode ser resultado de exigências que eram feitas em torno das “roupas apropriadas e *decentes* para os exames escolares” (SOUSA, 2008, p. 185), um padrão de fardamento que, na maioria das vezes, não estava acessível à maior parte da população e, também, devido ao longo tempo de preparação intelectual para os alunos, conforme nos traz Sousa (2008, p. 183-184):

Mesmo aqueles que deveriam ter uma Educação limitada ao grau inferior, o ensino primário ou elementar – os pobres – deveriam seguir o programa instituído de três anos mínimos, ao final dos quais prestaria o exame final correspondente, ritual cada vez mais importante, e sobre o qual a Direção da Instrução Pública investiu poderes simbólicos.

[...] Na prática, veremos que, pelos registros deixados pelos sujeitos da instrução pública da província da Bahia, este período era geralmente mais elástico, pois os/as professores/as continuavam arbitrariamente a estabelecer *per si* quando o aluno estava “*prompto*” aos exames.

A demora não era apenas na formação dos sujeitos, mas também na ampliação da estrutura da instrução pública em Feira de Santana na República. Esta ocorreu apenas a partir de 1916 com a inauguração do Grupo Escolar, cujo nome, em 1917, foi modificado para Grupo Escolar J. J. Seabra. Nesse período, também se deu a construção de outras duas escolas públicas por nome Escola Maria Quitéria e João Florêncio, ambas localizadas no centro da cidade, em lugares mais acessíveis para aqueles que possuíam condições financeiras abastadas.

Frequentemente, os intelectuais em Feira de Santana, de fins do Império e de durante algumas décadas da República que atuavam na docência, também tinham presença marcante em outras áreas da sociedade, especialmente na imprensa. Um dos nomes que mais influenciou a geração de indivíduos que viriam mais tarde a ocupar importantes lugares no âmbito político e cultural da cidade nas primeiras décadas do século XX foi Antônio Garcia. Este docente foi lembrado em uma memória que Arnold dividira entre o início na imprensa e os bancos escolares:

Foi numa sexta-feira, em 1909, que Ruy Bacellar, João Vital e eu fizemos imprimir, num velho prelo preguiçoso e primitivo, o número inicial da Folha. Eu vinha dos bancos escolares cheio do fetichismo da imprensa. E já nos bancos escolares, com outros colegas, alunos que éramos do mesmo venerando mestre que atualmente dirige este semanário, garatujara (rabiscara) um jornalzinho manuscrito cujo nome não me acode. (SILVA, 1927, p.2).

A sede principal da Princesa do Sertão²⁰ na qual o Prof. Antônio Garcia viveu nas primeiras décadas do século XX, com o surgimento e desaparecimento rápido de periódicos, foi apresentada por Nayara Cunha da seguinte forma:

era dividida entre becos, pequenas ruas e as ruas principais. Entre suas ruas, três eram as grandes artérias dessa cidade: a rua direita, a rua do meio e a Rua Senhor dos Passos. A Rua Direita era onde ficavam as principais casas comerciais da cidade, bem como as sedes das filarmônicas, da Escola Normal, da Companhia de Melhoramentos e o cine teatro Santana. A Rua do Meio era onde moravam os principais comerciantes, proprietários e pecuaristas da cidade. E a Rua Senhor dos Passos era a mais movimentada pela feira local. (CUNHA, 2013, p.22).

A Princesa do Sertão ainda não vivia o processo de urbanização (início do século XX) na mesma intensidade que se desdobravam as mudanças materiais e as relações de sociabilidade nas principais cidades brasileiras. Para Sevckenko (2002, p. 27), estas viviam uma atmosfera de transformações, sendo que

as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos.

Ainda que de forma tímida, devido ao analfabetismo e ao elevado percentual populacional que vivia na zona rural, a luta pelo progresso e o combate à ignorância, empenhada, sobretudo, pelos intelectuais feirenses, marcaram boa parte das ações destes sujeitos nas primeiras décadas republicanas em Feira de Santana. Os campos de atuação, logo intervenção, dos intelectuais na urbe feirense escolhidos para esta discussão foram a Escola Normal e a imprensa, com destaque ao jornal *Folha do Norte*.

Inicialmente, é necessário observar que estamos tratando da concepção de intelectual moderno, que “começa a se configurar na segunda metade do século XIX, tendo como um dos seus pressupostos fundamentais a conformação de um espaço público e da imprensa” (CARNEIRO, 2012, p. 165). O termo intelectual é vinculado à ideia de intervenção no espaço público. Assim como Arnold interveio neste lócus, outros também o fizeram, por isso é necessário que percebamos quais são os pensamentos destes sujeitos, haja vista que “por mais singular que seja um indivíduo existem sempre pontos de contato entre suas práticas e ideias e

²⁰ Alcinha dada por Ruy Barbosa à cidade de Feira de Santana, em conferência no Cine Teatro Santana no ano de 1919.

as dos seus contemporâneos; afinal, todos compartilham, em maior ou menor grau, determinados códigos culturais” (SCHMIDT, 2003, p. 67).

Em seguida, entender que, para tornar interessante uma tentativa de reconstituição da biografia dos primeiros anos de Arnold Silva, é indispensável ampliar, tanto quanto possível, a identificação de pessoas e de movimentos com os quais Arnold entrou em contato, reconstruir em torno dele o seu meio, multiplicar os exemplos de outras vidas que tenham paralelo com a sua, fazer reviver em torno dele outras pessoas. Por fim, compreender que utilizamos como critérios de escolha dos intelectuais a serem discutidos: a proximidade temporal, a utilização do mesmo veículo de comunicação, o jornal e por possuírem atuação intensa em variados segmentos sociais; além de adotarem correntes ideológicas diferentes. Assim, escolhemos dois intelectuais: Gastão Clóvis de Souza Guimarães e Honorato Bonfim Filho.

Esportista, poeta, jornalista, médico e professor, Gastão Guimarães, natural da cidade de Belmonte, no sul da Bahia, foi um intelectual que nasceu no final do século XIX (1891) e graduou-se em medicina no ano de 1912. Nessa área de ofício, presidiu a Associação Baiana de Medicina, secção Feira de Santana, viveu o cotidiano da cidade, os períodos de seca, a epidemia de varíola que assolou a urbe no ano de 1920, assistiu a Conferência que Ruy Barbosa proferiu no Cine Teatro Santana e marcou presença constante no metiê intelectual local.

O outro ofício que Gastão Guimarães exerceu e que selou em definitivo sua participação no grupo intelectual da cidade princesa foi a docência. Segundo Oliveira (2000, p. 87),

com o crescimento populacional obtido por Feira de Santana entre 1920 e 1930, ocorreram mudanças nas tramas de sociabilidade até então baseadas na visão patriarcal, suplantando aos poucos esse modelo rural e pautando-se no desenvolvimento de uma cultura letrada (principalmente na escola) que nega as credices e superstições e aproxima-se do ideário republicano em comunhão com uma cultura erudita, mais urbanizada.

No exercício do magistério, seja como professor de literatura e espanhol ou, principalmente, como docente e depois diretor da Escola Normal, Gastão Guimarães colocou em ação a busca por práticas ditas “civilizadas” na sociedade. Ao criar a Biblioteca de Pedagogia e Metodologia, Associação Lítero-Musical e Rádio Escolar, dirigir peças de teatro, números de dança e compor letras de músicas enaltecendo a pátria, o médico-educador demonstrava que era necessário inculcar na sociedade local práticas culturais (a partir da escola

principalmente) que alimentasse os espíritos com o conhecimento e, assim, disciplinarizasse os sertanejos ao espaço urbano e suas práticas.

A poesia era uma das formas de expressão do cotidiano feirense e das concepções de mundo que Gastão utilizou-se para comunicar seus pensamentos. Ele produziu mais de 200 poemas, tendo como temas o amor, o cotidiano e a educação excludente da época, acessível a poucos privilegiados. Sobre a educação escolar, na poesia *Os Subúrbios que sofrem*, Gastão afirma que tem a sensação de que, “num mundo estranho, só a escola primária com seus hinos e sua bandeira, representa a pátria grande eterna” (GUIMARÃES, 2004, p. 145). O autor vê na escola a porta-voz da pátria e a promotora do progresso e da civilidade, elementos necessários na luta contra um mundo estranho, entenda-se, rural, analfabeto, enfim, atrasado e ignorante.

A Escola Normal, lócus de atuação de Gastão Guimarães, foi um território definido para o pleno exercício de ser civilizado. Para além do conteúdo a ser apreendido pelo indivíduo na unidade de ensino, as normas, as regras e as distinções dirigidas ao alunado corroboraram com o discurso culto e progressista. Segundo Sousa e Cruz (2012, p. 30),

essas normas foram vivenciadas nos preparos diários com as fardas – cores, gestos, hábitos de higiene, modos de passar, dobrar, guardar as roupas, cujo uso deveria ser incorporado, com orgulho, pelas alunas, por pertencerem à escola normal. Para além do orgulho do uso do uniforme, era preciso incorporar nas alunas que o uso da farda expressava o respeito às ordens, à hierarquia e à disciplina interna da escola, sendo que desobediências eram passíveis de sanções severas.

O funcionamento da Escola Normal também serviu de atrativo para o advento de muitos profissionais liberais para a cidade. A chegada destes, aliada às filarmônicas, aos jornais e ao teatro, propiciou a Feira de Santana um desenvolvimento cultural mais intenso. Estes formavam o epicentro em torno do qual giravam os movimentos culturais. Muitos médicos e professores nas décadas de 1920 e 1930 – a exemplo de Honorato Bonfim, Gastão Guimarães, Godofredo Filho, Georgina Erisman, Eurico Alves Boaventura – tornaram-se articulistas de jornais da cidade, produzindo poesias, crônicas e sátiras. Gastão inclusive fundou e dirigiu *A Feira e Do Povo*, para apoiar Artur Bernardes, em 1922, e Góes Calmon, em 1924, colaborando também com o periódico *Folha da Feira*.

Infelizmente não obtivemos acesso ao jornal *A Feira*, para que pudéssemos comparar o teor dos artigos escritos por parte dos intelectuais em questão e sinalizar de forma mais precisa os aspectos de divergências entre eles. No entanto, podemos averiguar, a partir de uma

nota veiculada pela *Folha do Norte*, os objetivos deste periódico e a divergência no campo das ideias:

[...] Desde o último domingo à noite, circulou pela cidade o semanário denominado *A Feira*, “jornal político, noticioso e literário”.
 No seu artigo-programa [...] promete o periódico abordar tudo “o que disser respeito ao noticiário geral ou local, progresso material, moral, prosperidade coletiva, real ou fictícia, negligências ou açodamentos prejudiciais à causa pública, sem preocupações subalternas de agradar ou desagradar quem quer que seja”.
 Nossas ideias políticas, diametralmente opostas às do jovem colega, não impedem que nos regozijemos com a cidade pela aquisição de um novo elemento de progresso [...]. (A FEIRA, 1922, p.1)

Supomos que Gastão divergiu de Arnold no tocante a dois aspectos. O primeiro foi a opção política. Enquanto o médico, um liberal, participou das campanhas civilistas apoiando Ruy Barbosa para Presidente da República, Arnold esteve muito mais próximo do conservadorismo, dando seu apoio ao Marechal Hermes da Fonseca e a Epitácio Pessoa, sendo que ambos saíram vencedores nos pleitos eleitorais. O segundo, diz respeito aos ideais de busca do progresso. Enquanto o senhor Guimarães compreendia que as mudanças sociais poderiam ser alcançadas a partir do exercício da filantropia, da educação a partir do espaço escolar e da ciência, o senhor Silva acreditava nas melhorias urbanas, viabilizadas pelo progresso econômico, tendo o comércio e o gado como principais elementos responsáveis.

O outro intelectual a ser discutido é Honorato Bonfim Filho. Nascido no ano de 1886, o Bacharel em Ciências e Letras veio de Salvador e instalou-se em Feira de Santana no ano de 1924 para exercer seu outro ofício: ser médico. Ensinou no Colégio Santanópolis e na Escola Normal e destacou-se como poeta, publicando no jornal *Folha do Norte* de 1926 a 1949. A poesia de Honorato estava vinculada a natureza, à religiosidade e a vida, sempre atento ao homem e explicitando episódios cívicos da cidade ao País.

Além dos poemas, em todo esse período no qual Honorato Filho marcou presença no *Folha do Norte*, há uma outra modalidade produzida intensamente pelo autor: a crônica, gênero textual misto que compunha de forma recorrente o espaço do jornal. A veiculação das crônicas de Honorato Filho eram recorrentes, segundo Soares (2013, p.237), “embora a princípio fossem publicadas na segunda ou na terceira colunas da primeira página, passaram a ser reproduzidas na primeira coluna, após publicação de uma crônica na qual tece crítica elogiosa ao jornal feirense”.

Será possível?... é uma crônica em que Bonfim discorre sobre inúmeros questionamentos aos motivos pelos quais uma urbe da envergadura e grandeza como a de

Feira de Santana tinha um periódico que circulava uma vez na semana (sábado) em vez de estar nas bancas todos os dias. Conforme Bonfim Filho (1927b, p. 1),

O jornal serve ao progresso da urbe e aos interesses das classes trabalhadoras, mas a cultura intelectual e a construção do conhecimento pelas letras na “Petrópolis baiana” estavam sendo trocados por interesses individualistas, interrompendo o progredimento material, a evolução política e econômica, o grau de intelectividade, a harmonia social, a profilaxia geral, os gestos de Filantropia.

Honorato expõe seu papel social de escritor pelo viés da imprensa, procurador do povo, aquele porta voz da população e conforme Soares (2013, p.237-238),

difunde as repulsas e os anseios da sociedade, indivíduo legitimado a executar essa função quase doutrinal em defesa da moral e dos bons costumes do e para o povo. [...] Esse caráter ressalta a preocupação com a recepção do jornal perante a sociedade, posto que não se faz um consumo meramente passível das leituras, já que as ideias são sujeitas à recusa e à aprovação.

Honorato Filho demonstrava em seus textos recorrente preocupação com a educação, a negligência do Estado no tocante à instrução em um país marcado pelo atraso político e pelo uso da força como imperativo social. Nesse fragmento, além do que foi discorrido, outro elemento o preocupa, o maior vilão do progresso, o analfabetismo:

O analfabetismo é e continuará a ser um grande mal para o progredimento do nosso amado Brasil, se os governos não atentaram de logo as vistas para essa peste que se vae, sem tréguas e devastadoramente, apossando do organismo raquítico da sociedade, em certas regiões ainda engolfadas na letargia do esquecimento, ainda embebidas nos pantanais do feudalismo, ainda cheias de prepotências doentias, sob as leis draconianas da faca e do cacete. (BONFIM FILHO, 1927a, p. 1).

Para Soares (2013, p. 237), esses

textos de denúncia e/ou os reflexivos aproximam o escritor de seus interlocutores, pois é através do periódico que se estreita a relação entre o público leitor e o autor de literatura. Afinal, a imprensa e a literatura completam-se, com a circunstância de que não houve escritor destro sem a passagem acidental ou prolongada pelo jornalismo.

Para Soares, “desde fins do século XIX circulam jornais em Feira de Santana e, com eles, propagam-se ‘os rasgados vãos’ dos escritores literários” (SOARES, 2013, p. 238). Com a literatura de jornal uma maior acessibilidade à leitura e à emissão de juízos de valor tornaram-se uma tônica na Primeira República e Honorato não fugia a essa regra, sempre com uma escrita definida e premida de valores e convicções. A sua atuação ecoava para além dos textos, sendo, nos anos 1930, o diretor-médico da Santa Casa de Misericórdia de Feira de

Santana. Além de atender em seu consultório particular, era médico da prefeitura e, também, conforme pode ser verificado nos anúncios do jornal, ministrava cursos particulares de Ciências, Inglês, Português, Francês, Grego, Psicologia, História Natural, História da Filosofia, Sociologia, Química, Física, entre outros.

Tanto Gastão Guimarães quanto Honorato Filho são formados no início do século XX, em que o conhecimento científico, pelo viés da academia, imperava sobre as demais formas de saber constituídas na sociedade. Assim, em seus discursos e campos de atuação, procuraram reverberar o pensamento positivista, a exultação à pátria e a todos os seus símbolos, utilizando-se da educação escolar, de manifestações artísticas e da medicina na luta contra os males do atraso (analfabetismo, modo de vida rural, superstições, etc.), tendo como objetivo final a vitória do progresso. Gastão empreendeu-se mais enquanto um organizador/promotor da cultura, através de filarmônicas, grupos de teatro, bibliotecas, musicais, saraus, atividades esportivas etc. Honorato, por sua vez, enquanto um escritor mais regular no *Folha do Norte*, produziu obras literárias e um volume maior de textos, também de cunho crítico e voltados aos problemas sociais.

Diferentemente de Gastão Guimarães e Honorato Bonfim, Arnold não estava vinculado a nenhuma universidade, Instituto Histórico e Geográfico ou Academia de Letras, espaços formais da intelectualidade. Este participava da organização da cultura da elite. Arnold agencia o ideário de progresso, sistematizado pela linearidade, liberdade e movimento, pensando progresso também sob a perspectiva do positivismo de Comte e Condorcet. Arnold é partícipe da modernização, enquanto alguém inserido na dinâmica do sistema capitalista, que precisava diminuir distâncias entre o ideal propalado nos grandes centros brasileiros e o real vivido em Feira de Santana. Ele e seus pseudônimos eram a porta de entrada para a compreensão do processo de urbanização.

1.5 ARISTEU NEMÉSIO E GIL MONCÔRVO: PSEUDÔNIMOS PARA O PROGRESSO

A crônica é um texto com linguagem fácil, sem profundidade, divertido, muitas vezes pícaro e caricato, ligada ao urbano e importante elemento para o estudo das cidades. Segundo Pesavento, como mercadoria,

a crônica veiculada pelo jornal ou pela revista não é feita para durar. Redigida para informar, chama a atenção do leitor para detalhes da cotidianidade ou grandes eventos, a crônica aspira a ser comentada, mas não tem a força de permanência de um romance ou conto. Esse gênero “mais ligeiro” tira de sua “leveza de ser” a própria força. Registrando o detalhe e captando os valores de uma época, a leitura da crônica é, para o historiador, uma das formas pelas quais ele pode atingir, por outros meios que não os tradicionais, a representação do passado. E, por irônicos caminhos, dá “permanência” àquilo que seria um produto descartável. (PESAVENTO, 2002, p. 181).

Em geral, as crônicas de jornais e revistas apresentam uma exacerbação da tendência progressista, que se configura como central para a definição do novo padrão identitário da nação. Ainda fazendo referência às reflexões de Pesavento, ela destaca que, como espectador do processo que narra,

o cronista é, ao mesmo tempo, ator deste processo, que se esforça para “dizer” o urbano, recolhendo o que vê e sente e o que intui que os demais veem e sentem. Mas, recorremos ao que foi enunciado antes: sua tarefa de cronista, sem pretensões de perenidade, é extremamente significativa para o olhar de quem, *ex-post*, intenta recuperar sensibilidades passadas. (PESAVENTO, 2002, p. 183).

O cronista em questão utilizou-se dos pseudônimos com o intuito de manter-se no anonimato, haja vista que seus posicionamentos políticos eram agressivos e que o mesmo ocupava uma função importante no jornal, ainda muito jovem. Nesse sentido, uma eventual exposição de sua identidade seria um motivo para duras críticas à credibilidade do jornal, principalmente por parte do governo a quem o periódico fazia dura oposição. Com o tempo, percebemos que a manutenção do pseudônimo foi a solidificação de um personagem, logo, de uma imagem, de um sujeito que defendia o progresso e a história da cidade, sendo cada vez mais necessário percorrer por este caminho em virtude dos importantes cargos ocupados por Arnold, nas mais diversas instituições sociais, inclusive no poder público municipal.

O jovem Arnold, com o pseudônimo de Aristeu Nemésio, nas primeiras edições do *Chronicando* filia-se à corrente que apoia as candidaturas de Hermes da Fonseca, para a Presidência e de Wenceslau Braz para a vice-presidência da República, e defende, explicitamente, o primeiro dos ditos ataques a sua campanha, conforme traz no segundo número do *Chronicando*:

[...] Deixando à margem a apresentação de um candidato na véspera da eleição sem eleitores e etc., vou passar a campanha movida pelo Dr. Sinval do Nascimento contra a candidatura do honrado Marechal Hermes da Fonseca...
Aí está correndo, de mão em mão, o assás conhecido discurso do ilustre deputado Mangabeira, prefaciado pelo dito Dr. Com uma saraivada de ataques ridículos à candidatura e à própria pessoa do eminente candidato.

[...] Não sei, repito, como o vírus da hermiphofia se inoculou no ilustre advogado. Fosse como fosse, o que é certo é que todos os hermiphobos, num período de doença, se contradizem.

[...] Desde os artiguetes de ditaduras e bastilhas, vem o publicista plagiando os seus mais eminentes companheiros de campanha condenando a candidatura Hermes como imposta por militares; entretanto, ainda a fazer alarde do apoio dos mesmos militares em prol da que procuram impingir a Nação, embuçada numa esfarrapada capa de civilismo! (NEMÉSIO, 1909, p. 2).

No tocante à política local, com um discurso de “denúncia” da má utilização dos recursos públicos em virtude da aquisição de assinaturas do jornal (da mesma linha ideológica da situação) para os correligionários do governo Municipal, Arnold combate o situacionismo local e ironiza a negligência do poder público através do atraso que configura o cenário feirense:

Ninguém mais quer saber que os cofres municipais geram com algumas dezenas, senão centenas de mil reis, pagando assinaturas do “Jornal da Manhã” para os adeptos da situação.

Muita gente, entretanto, estranhou o caso. Mas... eu, não.

Julgo até que é um benefício que a municipalidade despensa aos feirenses.

Senão vejamos: Nós todos pagamos aos srs. Governantes uma boa porção de dinheiro. Compensando, eles nos dão uma paupérrima iluminação e um asseio, o porco que se pôde imaginar.

Há de, portanto, sobrar dinheiro e razão para mui honestamente aos nossos governantes pagarem uma porção das aludidas assinaturas e distribuírem aos munícipes.

Quanto ao facto de não serem todos contemplados, justifica-se velho adagio: “Matheus, primeiro aos teus”. (NEMÉSIO, 1909, p. 1).

No ano de 1912, Arnold escreveu quatro crônicas nominadas de *Effigies*. Ele identifica-se em um meio social no qual o rural e o comércio, representados na citação pelas fazendas, berrantes, balcão e freguês, são predominantes no período. O jornalista, a partir de uma linguagem metafórica e satírica, apresenta a sociedade seu autorretrato:

É de ver a loquacidade com que, no balcão, prova a superioridade do artigo, o desejo de bem servir ao freguês lucrando quase nada. Fala, discute, compara, convence.

Às vezes, entretanto, desvia o olhar das vitrinas, das fazendas, das fitas e vara a alta região política.

Vê, então, tanta lepra a corroer caracteres, tanta miséria e tanta desonra que se revolta e que se exalta ...: “se eu fora um soldado com o exército revolucionaria isto! Uma revolução fragorosa ele teria, entretanto si pudesse. E, à ação terrífica do seu poder, o mundo todo, um dia, despertaria surpreso, atônito ante aguerridas hostes conduzindo berrantes estandartes de guerra, e runfos tonitroantes de tambores, e violento clangorar de clarins, tudo gritando a “superioridade dos seus artigos de negócio” o seu “desejo de bem servir ao freguês”. Sim. Porque esta *Effigie* é, antes de tudo, dum negociante inteligente, que compreende a propaganda como alma do negócio. (MONCÔRVO, 1912, p. 2).

A partir de uma primeira leitura desatenta, poderia a crônica *Effigies* estar tratando de um aspirante a revolucionário político, defensor de mudanças estruturais significativas na sociedade. No entanto, ele não queria revolução alguma, dificilmente algum comerciante desejaria, principalmente ele que está com o olhar sob “as vitrinas e fazendas”. Podemos inferir que os termos “soldado” e “exército” podem vir a corresponder a cargo político e a máquina pública respectivamente, logo, a demonstração de bem servir ao freguês, no caso o cidadão, é o exercício da política que deveria ser posto em prática a partir da ocupação de um lugar no poder público por parte do fazendeiro/comerciante (aristocracia local) sendo a máquina estatal o instrumento para tal ação.

Ainda utilizando a ironia como recurso de linguagem, Arnold continua a criticar o cenário político e, na citação a seguir, o governo do Estado da Bahia, fazendo, desta forma, coro a uma prática do jornal. O lugar destes escritos no ano de 1914 é a coluna *Bric-à-Brac*, que relata a seguir:

Retribuindo, pela imprensa, votos de boas-festas aos seus amigos e conterrâneos o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado²¹ julgou conveniente declarar que, no balanço de seus haveres particulares, acaba de verificar, após dois anos de governo, um saldo de oitenta e tantos mil reis. Depois disto já se não pode contestar a influência preponderante da cinematografia na sociedade atual.
[...] A doutrina de Monroe é elástica. Mas o diabo é que, se a puxarem muito, a droga é capaz de rebentar. (MONCÔRVO, 1914, p.1).

O caçula dos Silva tinha conhecimentos e práticas que colocavam o seu perfil muito próximo ao padrão do intelectual desse período. Sobre os conhecimentos, além dos já citados na área do direito, da literatura e da história (nacional e universal), ele dava indícios de que também conhecia latim e francês, haja vista que o mesmo fazia citações no jornal, no primeiro idioma citado, era conhecedor da literatura francesa e comumente fazia referência a intelectuais franceses em artigos jornalísticos.

No campo das práticas, atuou de forma paralela como orador e secretário de diversas instituições culturais da cidade²², sendo destacada neste capítulo sua produção escrita em torno das questões materiais e de práticas urbanas em Feira de Santana e, depois, constatada uma atuação no campo da história e da memória local, sem contudo excluir as preocupações anteriormente citadas. Tanto Arnold quanto os demais articulistas do jornal, notocante às questões materiais, em especial no tocante às preocupações de ordem sanitária, tão caras à sociedade republicana no período em discussão, demonstravam evidente preocupação:

²¹ O Governador citado é José Joaquim Seabra.

²² Trataremos destas atuações e instituições no capítulo III.

A Feira vai ter um serviço de higiene municipal. Vai ter. É uma questão de tempo. A peste branca, por si só, na dilatação assustadora que enche as estatísticas, acabará ditando aos homens do governo essa medida irrevogável.
A Feira vai ter um serviço de higiene municipal. E então não haverá mais armazéns de fumo encravados no coração da zona urbana (FOLHA..., 1918f, p. 1).

Passando pelas questões da mobilidade e da sociabilidade, como a construção da nova avenida Sr. dos Passos: “[...] que espíritos progressistas como devem ser, não criarão óbices a tão louvável e grandioso tentame, que proporcionará novo e verdadeiro encanto a nossa urbe” (A NOVA..., 1921, p. 1). Até o cumprimento do código de posturas e da fiscalização municipal, sempre em comunhão com o progresso, selada por uma liturgia de apoio ao poder público municipal, fazendo apologia às suas realizações (PELO AFORMOSEAMENTO..., 1920).

Defendia, ainda, o gestor dos ataques disseminados pela oposição através dos jornais, enaltecendo virtudes pessoais necessárias à condução do progresso, conforme segue no trecho do editorial *Pé de guerra*:

O coronel Bernardino Bahia é ali uma das tradições de homem público o mais digno desdobramento de sua conduta modelar como cavalheiro distinto, chefe da família acatadíssimo e cidadão amantíssimo da terra onde reside e a que tem prestado serviços os mais relevantes. Esta é a que é a verdade. (PÉ DE GUERRA..., 1923, p.1).

Arnold construiu, a partir de múltiplas temáticas, sua relação com a comunidade feirense. Tratava de diferentes assuntos, ainda que todos eles se articulassem em torno de fins políticos. A atuação no campo da história e da memória local não fugiu da finalidade política. Ao utilizar o pseudônimo Gil Moncôrvo na *Crônica feirense*, o jornalista fez uma escolha: a de consolidar, pelo viés da história e da memória, a continuidade do discurso de progresso. As suas atitudes foram desde selecionar alguns enquanto vultos, demonizar outros, enaltecer espaços, governos, instituições e até silenciar sobre tantos que resistiram a todo o processo de mudanças as quais, aos poucos, a cidade passava.

O nosso interesse é para os dois primeiros anos em que ela foi reproduzida (com o nome de *Crônica feirense*): 1923-1924; já que, tendo sido publicada novamente apenas a partir de 1937, foge então do período proposto para a nossa discussão. Para iniciarmos nossa análise sobre a *Crônica feirense*, é necessário considerarmos as palavras de Morais:

Arnold Silva foi, no jornal, além de fundador, diretor durante muitos anos (1923-1952), jornalista e escritor de crônicas e contos. Durante esse período, escreveu

cerca de 250 crônicas-relatos, publicadas semanalmente. Ele dedicou uma boa parte de sua vida (três décadas) à pesquisa sobre o município e a cidade de Feira de Santana, visitando, cotidianamente, os arquivos públicos e particulares, as bibliotecas municipal e nacional, os grêmios literários, as filarmônicas, cartórios, batistérios e demais órgãos públicos de Feira de Santana e de outras capitais (MORAIS, 1998, p. 34).

Percebemos na Crônica, uma preocupação em legitimar uma Feira enquanto importante centro, não apenas econômico, mas sobretudo cultural e intelectual. O primeiro passo para consolidar o discurso iniciado em 1909 era ir na mesma toada vivida pelos grandes centros, que buscavam, no alvorecer da República, enaltecer seus heróis, reescrever suas histórias, publicizar seus mitos e lendas urbanas. Sobre Maria Quitéria, Arnold, por exemplo, trouxe, em diversas vezes, notas que ressaltavam sua honra e coragem, privilegiando principalmente o simbólico, como na passagem abaixo:

O conselho Interino do Governo da Província, reunido em Cachoeira, manda entregar uma espada a heroína feirense D. Maria Quitéria de Jesus Medeiros, natural de São José das Itaporocas. (MONCÔRVO, 1923b, p. 1).

O reiterar Maria Quitéria como uma heroína e a ênfase na sua naturalidade feirense eram um exercício de construção de vulto local, de uma identidade necessária a uma jovem República, a uma cidade que também precisava trilhar os caminhos ainda longos do progresso. Adiante, na *Coluna da vida feirense*, Arnold desfez dúvidas quanto à vida desta heroína, enfatizando o seu ponto de origem e a nacionalidade de seu pai como brasileiro, baiano e feirense.

A desconstrução de figuras que sesituavam no imaginário feirense também era um procedimento a ser feito pelo articulista da *Folha do Norte*, haja vista que os feitos de sujeitos como Lucas da Feira²³ serviriam de péssimo exemplo para uma urbe que se almejava ordeira, harmoniosa e zelosa da plena civilidade. Arnold, a partir de um contato com processos crimes, cíveis, Atas, etc. tratou de detalhar a prisão e julgamento deste que foi considerado um salteador e bandido no decorrer das crônicas. Na *Crônica feirense*, o primeiro fato relatado é que “o tribunal do júri condena o salteador Lucas Evangelista a pena última” (MONCÔRVO, 1923a, p. 1). Tanto o fato de não colocar o codinome Feira a Lucas quanto o fato de exaltar

²³Este tinha como nome civil Lucas Evangelista dos Santos. Escravo nascido em outubro de 1807, na Fazenda Saco de Limão, nas proximidades da Freguesia de Nossa Senhora dos Humildes. Viveu um período na sede do Arraial de Sant’Anna aprendendo o ofício de carpintaria. No entanto, em 1828, Lucas da Feira fugiu e comandou um bando que atuou por duas décadas nas redondezas da atual cidade de Feira de Santana, atacando tropeiros que transitavam indo e vindo da feira do Gado. Julgado em praça pública, na Igreja dos Remédios, foi condenado a morte por enforcamento e conduzido para capital, para o Forte de São Pedro, onde ficou um ano recluso. Regressou para a Vila de Sant’Anna para ser executado em 25 de setembro de 1849 em uma forca onde ocorria a Feira do Gado, atualmente Praça D. Pedro II.

que foi o limite da punição, reforçam a ideia de que o colunista não queria associar a imagem da cidade a um contraventor e expor que a ordem e as leis andam em comunhão. A repercussão que as práticas de Lucas tinham na cidade e o início da sua mitificação na sociedade local levaram a elite feirense a demonizá-lo, sendo que, para isso, tornou constante a veiculação dos prejuízos e homicídios causados por ele, conforme mostra o fragmento a seguir:

Tentando assassinar, no lugar denominado Sobradinho, o cidadão José Antônio da Silva, o salteador Lucas Evangelista mata, com um tiro, o crioulinho Antônio, escravo do referido Silva. (MONCÔRVO, 1923c, p. 1).

O discurso parcial e negativo em torno de Lucas está presente nesta passagem, desde as adjetivações negativas que acompanham seu nome às ações contra pessoas que, por direito, são dignas do convívio social, no caso, o cidadão de posses, haja vista que tinha escravo(s). Este, por sua vez, é tratado com descaso, seja pelo termo pejorativo e no diminutivo de um indivíduo sem sobrenome e nenhuma dignidade, seja pela construção do fato como algo de única responsabilidade do autor dos disparos.

Na *Crônica feirense*, também exibiram-se documentos que remontam às origens da cidade, como a sua elevação à condição de vila, a emancipação política e a fundação a partir da sesmaria de Tocos, citaram-se leis que criavam a freguesia de São José das Itapororocas, de Santa Bárbara, etc. Relataram-se falecimentos de figuras como o proprietário e fundador do jornal *O Progresso* Alexandre Ribeiro, o coronel Agostinho Froés da Motta e o professor Geminiano Costa, pessoas que ganharam o destaque de Silva, não apenas pelo seu prestígio social, mas pelos lugares ocupados no projeto de civilidade e progresso dos grupos dominantes: o primeiro, como um dos pioneiros do discurso progressista para a cidade através do referido semanário; o segundo, na condição de articulador político do projeto de modernização para a urbe feirense; e, o último, o intelectual, educador e propagador dos ideais de civilidade pela via da educação.

O envolvimento em querelas políticas, a anulação das eleições municipais de 1908, o acordo político entre governistas e oposicionistas para as eleições municipais (1911) e a nomeação do coronel Bernardino Bahia pelo governo do estado para intendência municipal foram formas de demarcar terreno não apenas no plano político, mas também de tentar registrar, junto à população, o apoio a determinado segmento político e operários da urbanização e arquitetos da civilidade.

As ações destes operários e arquitetos auxiliam na legitimação do discurso de desenvolvimento da cidade e da condição de benfeitores atribuídas a esses “trabalhadores”. São apresentadas por Arnold na liturgia do cotidiano no decorrer da Primeira República, inúmeras notas sobre obras no município, como o início dos trabalhos da estrada de rodagem, a inauguração da Avenida Araújo Pinho, a apresentação de projeto da Praça Fróes da Motta no Conselho Municipal, o projeto de lei estadual que mandava construir ponte sobre o rio Jacuípe, a inauguração das últimas obras do governo de Agostinho Fróes (1919), a inauguração da estrada de rodagem ligando Feira de Santana à cidade de Camisão, a conclusão das obras do matadouro público municipal em 1890, a inauguração da iluminação elétrica da Praça da Matriz, a inauguração do tráfego de automóveis para o distrito de Santa Bárbara e para o Bonfim. Vale destacar que a grande maioria das obras em favor de uma cidade com ares de capital do interior foram realizadas por Agostinho Fróes e Bernardino Bahia, aliados políticos de Arnold.

A dinâmica de uma cidade moderna e em processo de superação do rural para o urbano é apresentada como muito intensa. Por isso, todos os elementos que compõem a transição de um patamar a outro são enaltecidos por Gil Moncôrvo na *Crônica feirense*. Além dos vultos históricos, das origens da cidade, das figuras políticas e suas respectivas obras, que marcaram um conjunto de mudanças sociais, o contexto cultural também merece destaque. Não é possível ser civilizado, moderno e estar na trilha do progresso, se não se consumir o que é produzido pelos grandes centros econômicos, culturais e sociais, do Brasil, mas, também, do mundo.

Um dos indicativos de consumo do produto da modernização mais citada na Crônica é o surgimento e desaparecimento de semanários locais, normalmente com curta duração e tiragem, parca estrutura física e financeira para sobreviver por mais tempo. Podemos citar como exemplos: *A flor*, *O Município*, *O Progresso*, *O Feirense*, *Do povo*, *Gazeta do povo*, *O Motor*, *O Propugnador*, *Propulsor*, *O correio da Feira*, *A Evolução* e *A República*. Vale destacar que a efemeridade destes jornais deu-se em virtude de uma população ainda predominantemente rural e analfabeta, limitando-se o consumo aos sujeitos dos grupos sociais mais abastados economicamente e com forte influência política. A presença de intelectuais na cidade, como a de um escritor belga, de um jornalista oposicionista, redator chefe do Diário da Bahia, e de intelectuais locais como Gastão Guimaraes e Edith Mendes, expõe essa cidade como um lócus de produção e disseminação do conhecimento, palavra esta sinônima de progresso.

Os lugares e as instituições citados no decorrer da Crônica reafirmam esse discurso de uma cidade que não exclui o seu passado agrícola, mas que avança em perfeita sintonia com o presente de novidades e o futuro de prosperidade. Essa dialética passado/ rural e presente/futuro urbano pode ser exemplificada pelas notícias dadas sobre as condições climáticas de março de 1922, em que se reportava às repetidas chuvas após prolongada estiagem, à variação do valor da farinha de mandioca e à reabertura do Hipódromo Jockey Club Feirense, lugar de sociabilidade dos mais abastados, que disciplina, a partir dos lugares sociais que os indivíduos ocupam, suas vestes, seus comportamentos, suas linguagens (MONCORVO, 1924).

Os espaços de entretenimento, como as sedes das filarmônicas, os grêmios dramáticos e o Cine Teatro Santana (palco de importantes conferências e concertos musicais na cidade), estavam dispostos a atender a uma dupla função no cenário do progresso urbano de Feira de Santana. A maioria dos eventos eram organizados era o de que estes funcionassem como uma rede de solidariedade que “alimentava” instituições vitrines (Santa Casa de Misericórdia, Montepio dos Artistas Feirenses, etc.) para a atuação dos grupos políticos dominantes e, depois, como espaços de doutrinação dos espíritos para os bons modos da sociedade civilizada e em franco progresso. Por isso, ter em evidência, na Crônica, espaços como esses consolidava, no imaginário popular, a presença “sadia” daquilo que é útil ao bom convívio, logo civilizado e moderno.

Em uma crônica, além dos sujeitos, das instituições e dos lugares, o cotidiano é fundamental para a compreensão da sua estrutura e dos objetivos que ela almeja alcançar. É no cotidiano que a maioria da população se vê inserida nesse processo de transformação da urbe, é no dia a dia que a violência e a paz dividem espaço (inclusive no jornal), que as instituições e órgãos trocam de comando, que as medidas disciplinadoras e saneadoras são aplicadas ao espaço público, como a construção do Mercado Municipal no governo de Bernardino Bahia, ou medidas governamentais contra a varíola e peste bubônica são tomadas: “tendo aparecido neste município casos suspeitos de peste bubônica, o intendente pediu providências à higiene estadual” (MONCÔRVO, 1924, p. 1).

Além das colunas e das crônicas, outro espaço de grande visibilidade no periódico e que representa o que o veículo de comunicação pensa é o editorial. Nele, são expressos interesses de determinados grupos sociais, ideologias, reproduzidos conservadorismos e radicalismos, dá-se voz a (ou silenciam-se) sujeitos, grupos e movimentos, enfim, um importante elemento de análise para a compreensão do grau e da intensidade do discurso de

mudança material e de sociabilidades alavancados por Arnold e o grupo político que dominava Feira de Santana.

1.6 EDITORIAIS DA FOLHA DO NORTE: NOTAS DE UMA ÉPOCA

Nem sempre há uma constância na trajetória e no pensamento de um indivíduo, contudo, mesmo tratando de temas diferentes, a natureza dos textos editoriais provavelmente escritos por Arnold (a partir de 1918) continua na mesma perspectiva de cunho político das colunas e crônicas apresentadas. É importante pontuarmos que, apesar de alguns textos não terem sua assinatura e nem o registro de um dos seus dois pseudônimos, podemos inferir que foram escritos por ele. O primeiro refere-se aos textos escritos entre os anos de 1922 e 1923, época em que ele era o editor chefe do jornal e proprietário do mesmo e, assim, a escrita dos editoriais era normalmente de responsabilidade do editor chefe ou do próprio dono ou ainda de algum articulista que tivesse muita propriedade sobre o tema. No tocante aos aspectos gerais, podemos observar o predomínio de palavras pouco usuais, recursos linguísticos sofisticados e poéticos remetendo-se à mitologia grega, demonstrando conhecimento histórico e filosófico. Quando a temática referia-se à política e à necessidade de modernização através de mudanças urbanas nos aspectos materiais e intelectuais, o texto tinha forma mais incisiva em tom imperativo.

Feitas as observações necessárias, voltemos para o contexto de transformações do início do século XX. Nesse período, os ideais de modernização difundidos pelos republicanos estão em voga na América, inclusive no Brasil, sendo que, sobre este, Rinaldo Leite ressalva que

as elites aspiravam ao modelo urbano da cidade europeia, numa tentativa de moldar os padrões tanto estéticos quanto comportamentais da população, tentando apagar ou excluir o que não convinha com tais ideais e pudesse romper com cenas de incivilidade no cenário social (LEITE, 1996, p. 46).

Por isso, a “busca e desejo por mudanças na cidade não é apenas material, mas também nas relações de sociabilidade” (OLIVEIRA, 2008, p. 77). Notam-se esses valores no editorial denominado *Curraes aos bois* (1918, p. 1):

Deixando de parte água, luz e esgotos, os três problemas essenciais da remodelação material da cidade, – e dizemos remodelação material porque também pedem estudo problemas de remodelação moral e intelectual – na urbe que se moderniza e corrige, há muito ainda por fazer. Um novo cárcere é obra inadiável. Impõe-se. Não devemos por mais tempo oferecer às vistas dos nossos visitantes, como o matadouro da praça

Dr. Remédios Monteiro, tão deplorável atestado da péssima compreensão que temos dos deveres da solidariedade humana. E não somente um novo cárcere. A Feira deve a maior parte da sua prosperidade ao boi, – “o boi, o rijo operário, esse animal antigo, que faz florir a vinha e faz nascer o trigo” – como lá disse o poeta.

O progresso só poderá de fato alcançar o êxito desejado se atrelado a ele estiver a ordem, esse era o pensamento positivista que ecoava na sociedade brasileira na época. Por isso, a defesa do respeito e aplicação das leis eram como uma receita a ser seguida. No entanto, o autor afirma que, no Brasil, aqueles que estão à frente, no poder, mantêm práticas que não condizem com a dita evolução pela qual passava o país e que velhas práticas de abusos de poder e privilégios destoavam da equidade e isonomia garantidas pela constituição federal, como nos mostra esse Editorial:

Sem uma lei básica, princípio dos princípios, baluarte intangível do regime governativo, não há sociedade que perdue, nem organização democrática que não degenerem em franca autocracia.

A tendência natural do homem é para o mal e para o egoísmo, e conseqüentemente a dos de governo é para a violência e o abuso do poder.

Em todos os tempos, desde que os homens se uniram em corpo social, a coletividade viveu em luta aberta contra o indivíduo.

No Brasil tudo muda, tudo se transforma, a evolução vai a passos largos, fazendo sentir o seu efeito, mas as ideias políticas, essas não progridem.

São hoje o que ontem foram.

Mudam-se apenas os instrumentistas, mas as partituras dos executantes da política são sempre as mesmas. Podem variar no arranjo, mas no fundo é o mesmo que se ouve.

E quando pelo substituir da orquestra, cremos ter dado um passo para a frente, caímos logo na realidade, porque a exibição é a mesma que já se imergira na noite do passado. (SILVA, 1923, p. 1).

Falando do passado, o editor-chefe do *Folha do Norte* remeteu-se a data comemorativa (2 de julho), para entoar louvores a Portugal, por este país ter sido o pioneiro no projeto de civilização das terras lusitanas na América:

Brasil e Portugal

Exulta a grande alma da Bahia, generosa e forte, na comemoração dos feitos altiloquentes de 1823, que asseguraram, definitivamente, a independência do Brasil.

Um século decorrido, já é tempo, entretanto, de fazer justiça a Portugal

Já se vê que, entre as aclamações festivas desta hora de entusiasmo e orgulho, não destoa um grito de justiça e, talvez, de gratidão: glória a Portugal. (BRASIL..., 1923, p. 1).

É na defesa daqueles que trouxeram a civilidade e implantaram, por meio da fé cristã católica e da espada, o progresso a essas terras dos trópicos que Arnold reverbera o discurso em defesa do modelo patriarcal, branco e católico de administração, utilizando-se de Braz do

Amaral e Viriato Corrêa como referenciais teóricos para a apresentação do modelo de administração portuguesa eficiente, logo, bem sucedido, principalmente por deixar como legado uma unidade nacional e um modelo de nação. Arnold apresenta, a partir do editorial supracitado, os moldes do progresso europeu, desenvolvido pelos portugueses e que passou a ter como referências a França (nas formas de sociabilidade e cultura) e a Inglaterra em fins do século XIX e início do século XX, e que foram adotados em seus textos no Jornal *Folha do Norte* e, posteriormente, em sua atuação política, na gestão do executivo.

Ainda nessa discussão sobre progresso, Arnold utilizou, no editorial a seguir, um discurso moralizador de defesa da soberania e da independência entre os três poderes (elementos importantes para o progresso), conferindo a distorção dos valores republicanos por parte do governo e oposição (eleições estaduais de 1923) e a impotência do judiciário ante o quadro. Nesse momento, Arnold está muito próximo de tornar-se intendente da cidade e os editoriais que escreve são sempre no intuito de fazer para si mesmo uma propaganda positiva, em defesa da liberdade, da justiça, da honra, dos valores que um futuro gestor precisa ter, enaltecendo a importância da justiça e demonstrando seu papel de mediadora dos conflitos e que ele acredita que a política se faz com verdade. Mais uma vez não seria benéfico a uma cidade que estava no ritmo do progresso que querelas políticas e interesses pessoais travassem o futuro da cidade e justamente quem viesse a capitanear esse destino deveria ser coerente com os princípios do desenvolvimento.

O calvário da justiça

Não havíamos chegado ao grão de progresso da atualidade, mas o que tínhamos era firme e duradouro.

Lutava-se por princípios, discutia-se por convicção, e politicava-se com dignidade.

Hoje o que se vê é a torcida habitual em tudo.

Mas na política a torcida é outra, é torcida de verdade. Torce-se e retorce-se a lei, o direito, a liberdade, a justiça, a dignidade, a honra, a consciência, tudo enfim.

Foram estas as impressões que nos tomaram o espírito, ante o espetáculo funambulesco e torpe da campanha política que se trava em nosso Estado.

Víamos os dois partidos, governo e oposição, cada qual lançando mão dos meios ao seu alcance, com as lábias de negociante traquejado e fino, que expõe as mercadorias do seu comércio. Mas em meio a tudo isso, ficávamos impassíveis, porque víamos, ao longe, sobre o seu pedestal de ouro, refulgente, a figura da justiça, de olhar límpido e sereno, pronta a desferir o golpe, levando tudo aos eixos, fazendo-se respeitada, moralizadora e digna, no manter o direito do povo e a estabilidade do regime.

[...] Estava o pedestal sem brilho nem fulgor, porque haviam apeiado do seu áureo trono a justiça, que gemia e soluçava atirada a um canto, e viam-se no cimo duas figuras minúsculas e tronchas, num amplexo horrível e revoltante.

Eram a ambição e a venalidade que se viam colocado no altar de Themis. (O CALVÁRIO..., 1923, p. 1).

Segundo Lahuerta, é justamente nos anos 1920 que

a decepção quanto a possibilidade de a República realizar o ideal de uma sociedade nova torna-se absolutamente explosiva. Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 foi de questionamentos inéditos até então, e que permaneceram em pauta pelas décadas seguintes. Não apenas concepções tradicionais foram atacadas, mas também as instituições republicanas, elevando o *pathos* de ruptura, trazendo à tona novos atores e a problemática dos direitos e da participação. (LAHUERTA, 1998, p. 177).

Apesar do cenário da intelectualidade brasileira ser configurado por uma emergência na luta pela ruptura do modelo oligárquico que geria a República (herdado do Império), Arnold defende a construção política a partir de um executivo forte, um judiciário mantenedor da ordem, da moral e da estabilidade do regime e de um povo que “delegasse” aos seus governantes o direito de levar esta terra ao progresso e à civilidade.

Por isso, a defesa do grupo dominante e de suas práticas modernizadoras foi uma das propostas de Arnold no editorial *Pé de guerra*. Os adjetivos empregados por Arnold ao então chefe do executivo municipal, Coronel Bernardino Bahia, o enaltecimento de sua imagem, associando-o ao trabalho constante, à ordem e a estabilidade, dão a tônica desse editorial:

Além disto, a só circunstância de ser chefe da política situacionista em Feira de Sant’Anna o respeitável cavalheiro, o Sr. Coronel Bernardino Bahia, está a indicar que esta localidade tem, no seu prestígio e na sua ação moralizadora, um dos seus principais elementos e a garantia absoluta de segurança na estabilidade de sua ordem. O coronel Bernardino Bahia é ali uma das tradições de homem público o mais digno, sentindo-se na sua ação útil, nesse particular, o desdobramento de sua conduta modelar como cavalheiro distinto, chefe de família acatadíssimo e cidadão amantíssimo da terra onde reside e a que tem prestado serviços os mais relevantes (PÉ DE GUERRA..., 1923, p. 1).

Os editoriais, independente do tema, buscavam disseminar os ideais de civilidade e progresso a partir das práticas de grupos políticos dominantes. O perigo do discurso progressista no seu autoelogio é que ele vai produzindo seus monumentos, maquiando o que foi construído antes, desconsiderando o que já existia. Cabe ao historiador o estranhamento, olhar por baixo, não para a ‘civilização’ e sua carruagem, mas desconfiar do discurso progressista, nesse caso em especial o ‘proclamado’ por Arnold Silva. Este travou algumas batalhas contra aqueles que tentaram defenestrar suas ideias e especialmente sua prática à frente do executivo municipal. É sobre estas querelas com um periódico de Salvador que trataremos no próximo tópico.

1.7 EXTRA! EXTRA! CONFLITOS ENTRE PERIÓDICOS DE FEIRA E SALVADOR NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

O jornal é a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, leva em si a frescura das ideias e o fogo das convicções, uma vez que é um veículo político-partidário. Sobre o momento vivido pela imprensa nas primeiras décadas da República, Sevcenko nos apresenta os jornalistas como “ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências” (SEVCENKO, 1999, p. 99-100), sendo também um território minado no campo do político. Em várias edições, Arnold travou verdadeiras batalhas com um periódico em especial: *O Imparcial* da capital do Estado.

Este hebdomadário, de 1918 até 1947, produziu vários artigos, crônicas e outros textos que circularam com regularidade seis dias por semana, datas especiais e cívicas. O periódico teve como primeiro redator-chefe Lemos de Brito, e sua história foi marcada por fatos ligados às tensões entre imprensa e política nas primeiras décadas do século XX. Tais tensões davam-se em relação ao posicionamento do periódico contra o governo e a favor dos coronéis. O *Imparcial* vivenciou, por exemplo, a coagida demissão do primeiro redator-chefe sequenciada por um intervalo de 30 dias sem publicar no ano de 1919.

Sobre o momento conturbado vivido pelo jornal da capital, Adeitalo Pinho nos afirma que a “direção do periódico indicou o nome de outro jornalista do seu grupo político, Homero Pires, para ocupar o lugar de redator-chefe. Pires, que também trabalhava na Imprensa Oficial da Bahia, permanece à frente do noticiário do comércio até 1929” (PINHO, 2008, p. 65). O *Imparcial* possuiu diversos proprietários, adotou múltiplos heróis e construiu outros tantos vilões, não possuindo uma estabilidade ideológica, conforme nos afirma Pinho (2008, p. 60):

As estratégias de discursos praticadas em suas colunas o posicionam como um veículo de oposição, na maioria das vezes que atua, embora isso seja combatido em alguns momentos. [...] Essa prática reativa nem sempre está do mesmo lado ideológico, oscilando entre as classes conservadoras: coronéis e oligarquias; integralista, socialista e comunista. Nele, estão os embates estéticos vinculados aos movimentos políticos, econômicos e culturais que sensibilizam os leitores e os escritores.

O semanário fez oposição ao governo J. J. Seabra e, também, à gestão de Góis Calmon, sendo ferrenho crítico a todos os seus aliados, fossem da capital ou do interior. É justamente neste período que Arnold, proprietário do mais influente periódico da cidade, estava no comando do executivo municipal. Assim, discutiremos as querelas, repercutidas em notas publicadas na *Folha do Norte* nos meses de abril e maio de 1927.

Na primeira nota, denominada *É mais difícil pegar-se um coxo...*,

Um noticiarista do Imparcial, da cidade do Salvador, que não conhece a Feira contemporânea e nada sabe da conduta administrativa de seu atual intendente, fornece aos leitores do mencionado órgão de publicidade blagues intragáveis à guisa de informes sobre a urbes que ele próprio denomina de “formosa Princesa dos Sertões” [...] transmudando-a num “ponto inabitável pela falta de higiene, (!) abandono (!) e completo descaso (!)” [...] Suas ruas largas, alinhadas, bem calçadas (ainda bem que surgiu esse bem) arborizadas são hoje depósitos de lixo; uma esterqueira horrível, onde cresce o mato com a exuberância própria dos lugares férteis. (É MAIS DIFÍCIL..., 1927, p. 1).

A primeira parte do embate, conforme veiculado pelo jornal, é a detratção de uma cidade que, mesmo com um passado glorioso e no caminho do progresso (salientando a largura, o alinhamento e o calçamento das ruas), vivia um presente inaceitável para qualquer lócus citadino. Assim, uma urbe inabitável e a representação da incivilidade. Essas constatações negativas iam na contramão do discurso e das práticas de urbanização defendidas pelo então intendente e ainda colaborador do jornal *Folha do Norte*, Arnold Silva, assim devendo ser imediatamente combatidas, conforme a seguir o referido periódico destaca:

Sob as vistas dos urbanistas e de quantos visitantes, dizendo suas impressões, salientam o asseio da Feira, colocamos este tópico, *verbum ad verbum*, para que avaliem devidamente de quanta audácia é capaz a mendacidade a serviço do despeito. (É MAIS DIFÍCIL..., 1927, p. 1).

Os ataques não limitavam-se à conservação da higiene, mas também a um dos pilares do ser civilizado: a educação escolar. A denúncia sobre a má conservação dos prédios escolares era o atestado de fracasso apontado pelo jornal da capital, responsabilizando o município pela negligência no trato das unidades de ensino. A reação foi imediata, direcionando ao Estado a responsabilidade pela conservação ou reconstrução das escolas:

Aludindo ao mal estado em que se acha o prédio escolar construído na administração Fróes da Motta, que foi uma das cinco últimas gestões frutuosas e beneméritas desta terra, muito de indústria parece ignorar que tendo passado o ensino primário, custeado pelo município, para o Estado, foram também avocados os respectivos edifícios escolares, o que representa valiosa contribuição da parte da comuna, a qual não mais cabe, portanto, o dever de empreender obras para sua conservação ou reconstrução (É MAIS DIFÍCIL..., 1927, p. 1).

Além do descuido com os serviços públicos básicos, uma outra alegação de “*O Imparcial*” foi o exercício fraudulento do poder, utilizando-se o Executivo local de sua

influência para intimidar eleitores e manter-se no poder, tendo a polícia como um aparelho de seus interesses, como nos mostra a Nota *Ora, ahi está*:

Como se de fato houvesse tudo acontecido nesta comercial cidade da Feira de Sant'Anna, apareceu, primeiro, a história de umas eleições agitadíssimas, tumultuosas e fraudulentas. Surgiram, depois, ruas abandonadas, imundas, cheias de mato invasor, prédios arruinados, desmazelos de toda casta, desmantelos de toda ordem... Brotaram, por fim, arbitrariedades policiais, desmandos inqualificáveis. (ORA... 1927, p. 1).

Uma semana depois, a resposta:

Surgiu, primeiro, a deslavada invencionice de que o chefe do executivo municipal interviu, abertamente, no pleito federal de fevereiro, intimidando eleitores, arrebatando-lhes e substituindo-lhes cédulas, com a ajuda do delegado de polícia. As eleições haviam ocorrido, no entanto, normal e calmamente, assistidas em pessoa, por três candidatos e seis fiscais, sem o menor protesto de qualquer deles (UMA EXPLICAÇÃO..., 1927, p.1).

Essa querela aberta entre os dois jornais estendeu-se ainda por algumas semanas. O editor chefe utilizou-se da primeira página inteira do jornal para denunciar uma chantagem feita pelo periódico *O Imparcial* ao chefe do poder executivo, exigindo do mesmo a aquisição de 50 assinaturas do periódico pelo poder público municipal, caso contrário a campanha difamatória da gestão municipal continuaria a ser empreendida pelo periódico da capital.

Assim, o intendente não concedeu o que supostamente lhe foi solicitado e a campanha de desqualificação do jornal junto ao governo da comuna continuou implicando também em uma veiculação negativa sobre Feira de Santana, que saía do progresso e entrava no rol do abandono e do atraso. Arnold Silva ocupava a intendência municipal e a sua participação no *Folha do Norte* ainda era significativa, seja como proprietário, ou escritor de suas colunas conforme descreve a *Revista dos Municípios*, em nota reproduzida pelo próprio jornal, na mesma edição citada acima:

A *Folha do Norte*, jornal de grande formato em cujas colunas se manifestam as penas brilhantes de Arnold Silva e do modestíssimo, mais notável mestre de português, Professor Antônio Garcia, é um dos órgãos de publicidade de maior circulação do interior do nosso Estado. (REVISTA..., 1927, p. 4).

Como estratégia de defesa e, ao mesmo tempo, de ataque, havia também a necessidade de enaltecer o intendente enquanto alguém hábil, inteligente e talentoso e o jornal, como um órgão de credibilidade. Isto, vindo de um outro periódico, dava mais respaldo e ajudava a combater as ofensas dirigidas à imagem do governante da cidade e ao veículo de comunicação

que reverberou a notícia. Para uma cidade que buscava alcançar os patamares de civilidade e progresso, a corrupção de um líder e o descaso do mesmo para com a sua terra eram demonstrações públicas de que valores tão fundamentais à república, como honestidade, trabalho e transparência, não faziam parte do cotidiano feirense.

Arnold, com sua linha editorial, utilizou-se da *Folha* como porta-voz do executivo e canal de comunicação para as respostas ao órgão de imprensa de Salvador que lhe atacara. Continuava a dar espaço a toda e qualquer matéria (publicada em outros periódicos) que viesse a propalar uma Feira progressista, que marchava à frente de seu tempo, enaltecendo o passado que ele herdara:

Os feirenses são um povo digno dos governos municipais que de alguns anos pra cá vêm lhe dirigindo os destinos. Agostinho, Bahia, Arnold Silva constituem um trio de verdadeiros patriotas, honrados e laboriosos, a quem a Feira deve tudo que ela tem de mais notável o calçamento de suas ruas principais a paralelepípedos, arborizamento das praças, seus edifícios públicos, notadamente o Palácio Municipal, começando na gestão Bahia e terminando na atual administração laboriosa de Arnold Silva, o jovem feirense que não tem poupado esforços, como chefe do poder executivo de sua terra, para dota-la de obras públicas de sabido valor e utilidade, mantendo também por ali uma política de ordem e de trabalho, de conagraçamento e progresso, sem hostilidade e sem ódios. (REVISTA DOS MUNICÍPIOS..., 1927, p. 4).

O progresso alcançado pela cidade poderia ser visto nos 50 carros-praça que esta possuía, por ser o centro de maior cultura de fumo e por ligar vários municípios sertanejos pelas estradas de rodagem. Cultura, filantropia e comércio também colocavam a Princesa na vitrine do sertão:

Ocupando uma vasta planície, suas ruas são todas largas e bem calçadas; praças arborizadas, edifícios suntuosos, como o Palácio da Intendência Municipal, os grupos escolares, Hospital de Misericórdia, Asilo das órfãs de N.S. de Lourdes, as sedes de suas filarmônicas, Mercado e Matadouro Públicos, bem como uma infinidade de palacetes, residências de seus negociantes, capitalistas, industriais e fazendeiros. (REVISTA..., 1927, p. 4).

Ainda no tocante às querelas entre o jornal *O Imparcial* e o chefe do executivo local, o segundo, por meio da *Folha do Norte*, fez uma contraofensiva através de uma campanha de desmoralização do periódico da capital, reproduzindo uma entrevista, extraída do jornal *A tarde*, sobre dois ex-redatores que trabalharam no jornal *O Imparcial*, relatando que “a direção do mesmo era corrupta e agia de má fé para obter vantagens” (O IMPARCIAL..., 1927, p. 4). Arnold, nesse momento, ainda adotou uma prática de utilizar o jornal para detratar adversários políticos, quando, nesse contexto, esta atitude foi “na contramão das

transformações jornalísticas da década de 1920, em que a imprensa atuava como instrumento capital de defesa de ideias no tocante aos destinos da cidade” (OLIVEIRA, 2000, p. 77).

Os escritos de Arnold Silvanão destoaram do perfil dos intelectuais brasileiros do período e defendeu, pelo viés dos seus escritos, o exercício de mudança material e comportamental, tendo como base o progresso, o modelo da Europa e a luta pela superação do que não é civilizado. Ressaltemos que, comungando com o pensamento de Sevcenko (1999 p.30), “a imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma em obsessão coletiva da burguesia”, o que leva a uma aproximação maior entre política, intelectualidade e imprensa. A relação entre o intelectual Arnold Silva e a política local será tratada no próximo capítulo.

2 DA FOLHA DO NORTE AO PAÇO MUNICIPAL: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ARNOLD SILVA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Nos estudos biográficos, pelo viés da investigação histórica, um dos principais elementos para a compreensão da trajetória do sujeito e das transformações da sociedade é a política. A interação desta com a economia, com a cultura, etc., no dia a dia das sociedades, confirma a dinâmica de uma coletividade que está em processo permanente de construção e reconstrução, próprio do ser humano. Segundo Novaes,

ao analisar a realidade de uma sociedade e das suas experiências históricas, não é prudente que o historiador divorcie os fatores políticos dos fatores econômicos, sociais e culturais, pois a dissociação nega a dinâmica social e, portanto, abandona a análise histórica quanto às suas diversas possibilidades de abordagem. (NOVAES, 2009, p. 16-17).

Pensar a política como única forma e lugar de poder seria negar a complexidade e as variações que o poder tem, mas associar o poder à política para analisar construções individuais e institucionais de relações amistosas e conflituosas nos auxiliam a perceber nuances típicas de relações de poder. Este é concebido pelo pensamento Foucaultiano como algo que não se possui, ele circula e atravessa os diversos cenários da vida humana como

prática social, historicamente constituída e as múltiplas formas de exercício do mesmo na sociedade.

Por isso, neste segundo capítulo, adentraremos nas fronteiras indefinidas do campo do político e discutiremos, a partir da trajetória política deste coronel/intelectual, as transformações socioculturais ocorridas na urbe sertaneja no período proposto, como também as fraturas políticas e ideológicas ocorridas no interior do grupo político dominante no decorrer dos 21 anos deste estudo (com destaque principalmente para Tito Ruy Bacellar, Bernardino Bahia e Agostinho Froés da Motta).

No primeiro capítulo tratamos da trajetória intelectual de Arnold Silva a partir do jornal *Folha do Norte*, suas estratégias no processo de inserção no metiê intelectual da cidade e sua relação com o projeto de poder/progresso do grupo dominante. Neste segundo capítulo, voltaremos nosso olhar para o homem que saiu da redação do *Folha Norte* para o Paço Municipal e destacou-se como importante capitalista do interior da Bahia.

Com esse intuito, será fundamental identificarmos as origens políticas de Arnold, sua relação com Bernardino Bahia, sogro e padrinho político, bem como a atuação de Silva na esfera político/parlamentar (Intendente e membro do Conselho Municipal) no contexto intelectual/governamental que o Brasil viveu, principalmente na transição da primeira para a segunda república. Atentaremos nosso olhar também para a atuação paralela deste sujeito no campo dos negócios, bem como no tocante à participação na Caixa Rural e à fundação do Banco de Crédito Popular.

Para que possamos compreender a trajetória política de Arnold, é necessário, inicialmente, situarmos como estava a política baiana na Primeira República, quais grupos políticos apresentavam-se no poder e em que medida as diretrizes políticas estaduais influenciaram a articulação política local, que levaria as composições políticas necessárias para Arnold chegar ao comando do executivo municipal e também atuar no legislativo local.

2.1 POLÍTICA BAIANA EM UM BREVE PANORAMA

Com o advento da República, acentuou-se a perda de importância política da Bahia. O desprestígio baiano vinha, desde o final do Império, com a mudança do eixo econômico do norte para o centro sul do país, a perda do mercado externo do açúcar, o pujante desenvolvimento da economia cafeeira no sudeste, a mudança da mão de obra com a abolição, as dissidências político-partidárias entre os representantes políticos baianos e o elevado índice de analfabetos que diminuía a participação popular nos pleitos eleitorais e como força de

trabalho. A “boa terra” de várias tradições, genitora do Brasil, celeiro dos estadistas, manancial da civilização brasileira, era agora diminuída e destrutada, considerada terra do atraso, do “já teve”, conforme demonstra Leite (2005); perdia, desta forma, a dianteira na política brasileira para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na Bahia, as lideranças da República nunca conseguiram criar um arranjo estável de controle do poder estadual. Segundo Sampaio (1975, p. 18):

A instabilidade política refletia-se na fragilidade dos partidos baianos. Eram frequentes nestas agremiações as dissensões e rearrumações, o personalismo e os interesses individuais de quem estivesse no poder, propiciavam um terreno inapropriado para a consolidação dos partidos políticos na Primeira República. Na Bahia deste período, as grandes lideranças (José Marcelino, Luiz Viana, Severino Vieira) puseram sob sua órbita os coronéis e lideranças locais, mesmo porque estes líderes estaduais também eram coronéis. Era o bastante que, algum líder de maior prestígio e representatividade no âmbito estadual, se lançasse como líder de um grupo político, para que os chefes locais, ao sabor dos seus próprios interesses, o acompanhassem. Assim, os partidos políticos desta época, representavam as vontades dos seus líderes e não ideias e propostas de um grupo em certa medida coeso.

Os partidos políticos eram meros coadjuvantes; o governador era o protagonista no palco político estadual. Segundo Sarmiento (2009, p. 43),

o processo de sua eleição seguia a lógica do continuísmo, vigente em toda a República: o governador em exercício escolhia um nome que supunha ser bem aceito pelas forças que apoiavam seu governo (o que, muitas vezes, desagradava a alguns grupos, que podiam ser deslocados para a oposição). Mesmo quando a oposição lançava um candidato, o governista costumava ser eleito, pois o governo, além de ter o controle da máquina administrativa (nomeações/demissões), normalmente tinha maioria na Assembleia Legislativa, responsável pelo processo de “verificação de poderes”.

Se o governador era a figura mais importante neste momento, onde estava o povo? A partir da análise da obra *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, podemos, através desta e tendo como modelo a posição ocupada pelo povo ante os acontecimentos políticos e a vida política institucionalizada no Rio de Janeiro na transição do Império para a República, perceber que “o povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos da participação, a República não era para valer” (CARVALHO, 1997, p. 160). O autor também nos traz o conceito de *Estadania* em que o Estado torna-se o responsável por conceder os direitos dos sujeitos em um sistema de cima para baixo, como uma espécie de cidadania limitada, sem uma participação política ativa, sendo principalmente os pleitos eleitorais uma farsa. Assim, desde o início da República, a população ficou à margem do processo sendo tutelada por chefes políticos até o ponto de não ser

necessário sequer adulterar os resultados na apuração, pois o apoio dos chefes mais poderosos era suficiente para prover uma maioria incontestável de votos. Todos os envolvidos no processo sabiam que os votos não representavam, em realidade, a vontade da população que, por sua vez, mal sabia se expressar politicamente. Eles simbolizavam o apoio dos “amigos”, como se costumava dizer, além de indicar a força de cada chefe em sua região. Quanto mais votos o “coronel” enviasse para a capital, não importando os meios usados para obtê-los, mais forte esse chefe se mostraria diante dos olhos do governo, que se esforçaria para mantê-lo como aliado. (SARMENTO, 2009, p. 43).

Esse contexto não era caracterizado pela harmonia. A guerra de insultos era travada nas páginas dos jornais que representavam os grupos políticos. Conforme nos apresenta Sarmento:

Mas, frequentemente, os confrontos escapavam do universo dos letrados e se expandiam para o restante da população. Essa parece ser, inclusive, a força dos apelidos e das caricaturas (verbais ou gráficas): eles eram passíveis de serem entendidos e repercutidos mesmo por aqueles sem familiaridade com a leitura. Nas ruas, nas repartições públicas, nos cafés, nas casas comerciais, as pessoas comentavam os debates das gazetas. O inverso também ocorria, com expressões e zombarias populares sendo apropriadas pelos jornalistas em suas batalhas simbólicas. O mundo dos letrados e dos não escolarizados não era, de forma alguma, separado em compartimentos estanques. Havia intensa circularidade cultural entre eles. (SARMENTO, 2009, p. 52).

Nessa atmosfera de querelas e conchavos se desenhava no panorama baiano, uma figura se destacava: José Joaquim Seabra. A raposa, como era conhecido, foi jurista, promotor público em Salvador, deputado constituinte em 1891 e, em outras três vezes, tornou-se senador federal; governador da Bahia por duas vezes (1912-1916 e 1920-1924) e ministro de Estado. Ao ocupar a pasta da Justiça e Negócios interiores (1902-1906), este político convidou o médico Osvaldo Cruz para ser diretor geral da saúde pública do Rio de Janeiro.

Ainda neste período, capitaneou a reforma da capital federal, organizou a polícia civil no Rio de Janeiro e reestruturou serviços públicos. Na mesma medida que teve muito prestígio junto ao governo de Rodrigues Alves, suas ações também lhe trouxeram um ônus, como um desgaste de sua imagem junto à população. Essa missão da reforma do Rio de Janeiro, adornando o ambiente urbano conforme as normas estéticas em voga na Europa, saneando e erradicando as doenças contagiosas que ali se alastravam, colocara Seabra na mira da fúria popular, ao participar da repressão à revolta da Vacina e à simultânea revolta da Escola Militar.

Em seu primeiro mandato no governo da Bahia, a busca por uma reforma urbanística em Salvador era um desejo iminente. As intervenções urbanas caracterizadas pela demolição

de antigas construções, abertura de avenidas, iluminação e alargamento de ruas, construção e reforma de prédios públicos, tinham o intuito de dar forma à modernização da capital. Para uns, era a reinserção de Salvador no rol das grandes capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, na estrada promissora da civilidade e progresso; para outros, especialmente para os periódicos da época, conforme o estudo de Albuquerque (1999, p.23) “a Bahia continuava velha na nova ordem”, uma vez que devido à falta de recursos financeiros as obras não alcançaram os resultados esperados e, ainda, promoveram transtornos significativos no cotidiano dos soteropolitanos.

Com as reformas modernizadoras e, segundo Wlamyra Albuquerque (1999, p.24), “à medida que conceitos como pátria, cidadania, progresso e civilização passaram a ser mais constantes nos discursos dos intelectuais e políticos, crescia o empenho destes em idealizar hábitos e comportamentos urbanos”.

O empenho dos comandantes políticos em comunhão com os capitalistas, agentes do capital hegemônico, tinha a ambição de suplantar o caos legado da época imperial, promovendo a várias cidades brasileiras, inclusive as baianas, a condição de cidade civilizada, a exemplo de Paris e Londres no limiar do século XX. Assim, as ações de controle social, regulamentação dos usos do espaço, entre outras medidas, foram princípios da urbanização que marcharam com o progresso, em uma luta contra princípios enraizados na tradição e no passado, tendo na capital, a partir do governo de José Joaquim Seabra, um ponto de partida das naus do progresso.

Pelas diversas regiões da Bahia, inclusive sertão adentro, as naus do progresso foram lideradas não por capitães, mas por coronéis, que, por gozarem de prestígio político e econômico, monopolizaram os principais cargos políticos de uma frágil República que se constituía. As oligarquias coronelísticas foram presença constante em muitas cidades, dentre elas Feira de Santana. Eles, os coronéis, enquanto administradores, desenvolveram políticas públicas com perspectiva de ordenar o espaço público do Município, visando à civilidade e ao progresso ainda ermos em uma princesa que estava distante de tornar-se soberana. É sobre estes grupos políticos em Feira de Santana, no início do século XX, que trataremos nas próximas linhas.

2.2 GRUPOS POLÍTICOS DA FEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

“Terra dos coronéis” é a alcunha forjada para Feira de Santana pela revista *O Malho*, do Rio de Janeiro, em matéria reproduzida pelo jornal feirense *O Progresso*, em 1905.

Tratava-se de uma das edições dedicadas às urbes baianas, que listou também os nomes das lideranças políticas que davam sentido àquele título: “José Freire Lima, Abdom Alves de Abreu, Tito Ruy Bacellar, Agostinho Fróes da Motta, Quintiliano Martins da Silva, João Manoel de São Boaventura, José Antunes Guimarães, José Pedro de São Leão, João Mendes da Costa, Macário Joaquim da Silva Lima, Antônio Alves de Freitas Borja e Aníbal José Pereira Borges” (MUSEU..., 1938, p. 69).

Além de serem importantes fazendeiros e comerciantes da cidade, estes sujeitos destacaram-se por atuar ativamente na política municipal, ocupando cargos diversos no poder público local, alcançando até a condição de intendentes e conselheiros municipais, conforme nos relata um memorialista:

Rui Bacellar inicia a República na dianteira das forças políticas das fazendas feirenses. É político fidalgo, ainda nos últimos tempos, nos derradeiros instantes da época robusta do pastoreio, antes do descalabro moral que a revolução de trinta implantou, foi o Cel. Bernardino da Silva Bahia, firmando o seu renome na significação das malhadas das fazendas amigas ou no comércio das boiadas gordas. Major Quintiliano Martins da Silva Júnior, conhecido como Quintiliano, o Moço, para o diferenciar do Pai, forma com o Cel. João Mendes da Costa, o Cel. Francisco Ramalho tipos de políticos de alto coturno no nosso meio, na meninice da República. (BOAVENTURA, 1989, p. 351).

A harmonia entre interesses comerciais e políticos foi uma realidade constante e homogênea entre os sujeitos que se revezavam no poder até a querela no ano de 1905 entre os coronéis Tito Ruy Bacellar e Abdom Alves de Abreu.

O motivo desta briga foi porque o Sr. Abdom, tendo sido apadrinhado politicamente pelo Cel. Tito Ruy insurgira-se contra este quando, contrariando a vontade do seu mentor (de que ocupasse um lugar do conselho municipal), manifesta suas aspirações à intendência nas eleições que se realizariam dali a mais três anos. (SILVA, 2000, p. 165).

A partir desse conflito, apresentou-se uma ruptura interna no grupo político que comandava a cidade de Feira de Santana. Bacellar passou a atacar Abdom através do jornal *O Progresso* e o seu adversário respondia através do periódico *A República*²⁴. A má condução da administração municipal e ataques pessoais davam a tônica das longas réplicas e tréplicas que se iniciaram nestes hebdomadários. No decorrer da gestão de Abdom (1908-1912), mudaram apenas os veículos de comunicação (*Folha do Norte*, por parte de Bacellar e *O Município*, do lado de Abdom), sendo que um deles estava na oposição (Bacellar) e, o outro, na situação (Abdom).

²⁴Ver maiores informações sobre este conflito na dissertação de Silva (2000).

Outro elemento que aumentou a fratura política no seio do grupo político feirense foi o fato de Abdom apoiar José Marcelino, então governador da Bahia, que travava uma disputa pelo controle político hegemônico no Partido Republicano da Bahia (PRB) e na Bahia contra Severino Vieira (senador federal apoiado por Bacellar) e pela nomeação do futuro governador. Esse movimento de ruptura que ocorreu a nível estadual, em 1907, dentro do PRB, entre José Marcelino e Severino Vieira, era também uma luta por interesses em alcançar um lugar mais importante na política nacional. Nesse momento, a configuração político-estadual tornava-se ainda mais complexa porque

Seabra liderava um grupo de oposição, que também atraía políticos jovens e talentosos, como Antônio Moniz e Moniz Sodré. Essa nova geração de políticos representava uma mistura de classes e de interesses regionais, complicando ainda mais as operações da política do Estado. (PANG, 1979, p. 93).

Apesar de novos sujeitos aparecerem como alternativas à política estadual²⁵, os nomes lançados foram os do governista João Ferreira de Araújo Pinho,

[...] fazendeiro conservador e primeiro presidente do Banco de Crédito Agrícola da Bahia, e o do deputado federal Joaquim Inácio Tosta, severinista, proprietário de fazendas de fumo em São Félix e porta-voz dos interesses tradicionais da Bahia. Com a vitória de Araújo Pinho, contando com o envolvimento direto do Presidente da República, pressionando legisladores estaduais para que apoiassem o candidato do governador [...] (PANG, 1979, p. 95).

Assim, enfraqueceu-se o poder do severinismo e muitos conflitos armados ocorreram no interior da Bahia como uma tentativa de evitar tal perda.

O governador tinha forte influência nos pleitos municipais e interviu diretamente nos resultados da disputa eleitoral local. Após perder as eleições para o coronel Bernardino Bahia, Abdom usou a influência governamental e tomou posse no cargo no mesmo dia do vencedor. Durante alguns meses, os dois governaram o Município até que um acordo negociado pelo Governo do Estado estabeleceu em definitivo a gestão da urbe feirense nas mãos do coronel Abdom Abreu. O processo não foi tranquilo, pois o Coronel Abdom de Abreu “tomou posse na intendência municipal assessorado por uma tropa da força pública estadual e vários correligionários armados até os dentes”. (SILVA, 2000, p. 168).

No decorrer de todo o governo Abdom, “a oposição assumida pelo grupo formado e liderado tanto pelo Cel. Tito Ruy Bacellar como pelo Cel. Bernardino Bahia foi contundente. Tal oposição caracterizou-se inclusive por boicotes a pagamento de impostos.” (REIS, 2012,

²⁵Ernesto Simões Filho, do lado marcelinista, e Pedro Lago, do lado severinista, são exemplos.

p. 150); e da parte da situação, por meio de ações para impedir o pleito eleitoral para o legislativo federal, em 1911, que antecedeu as eleições municipais do ano seguinte:

O fechamento do prédio onde ocorreria a 1ª seção eleitoral para os candidatos a deputados e senadores, fato ocorrido no dia 8 de janeiro de 1911. Após extenso artigo se seguiu um também extenso semelhante abaixo-assinado com os nomes dos eleitores que deixaram de votar no fatídico dia. E entre os quatro primeiros nomes que encabeçam esta lista estão – por ordem de assinatura – os coronéis Bernardino da Silva Bahia, Agostinho Fróes da Motta e Tito Ruy Bacelar. (REIS, 2012, p. 155).

A política de compromissos, o uso da imprensa como escudo político, o recurso da difamação, bem como a violência e a intervenção estadual na política municipal eram práticas que ficaram mais acentuadas nos primeiros anos do século XX. Com o início do governo do coronel Bernardino Bahia, foi retomada a hegemonia do grupo oligárquico que comandava a política feirense (antes do governo Abdom) e com a eleição no âmbito estadual de José Joaquim Seabra, um novo momento de transformações urbanas chegará a Salvador, tendo reflexos em importantes cidades do estado, como Feira de Santana.

2.3 BERNARDINO BAHIA E AGOSTINHO FRÓES DA MOTTA: A PROPEDEÚTICA DO PROGRESSO

A trajetória política de Arnold constituiu-se principalmente a partir da sua relação próxima e íntima com o Coronel Bernardino da Silva Bahia, uma das mais importantes lideranças políticas das primeiras décadas do século XX. Por isso, nesse primeiro momento iremos apresentar a atuação política do sogro de Arnold e seu revezamento no poder durante sete anos com o cel. Agostinho Fróes da Motta.

A força política feirense na República do início do século XX vinha dos seus fazendeiros. Estes sujeitos não se dedicaram apenas às fazendas, muitos também tinham no comércio sua fonte de renda. À frente do executivo municipal a partir do ano de 1912 veio o coronel Bernardino da Silva Bahia, que se destacou como importante comerciante de gado, leite e fumo.

Enquanto atuava em Feira de Santana no agro comércio, seu irmão Francisco Amado da Silva Bahia atuava na capital como seu sócio. Bernardino Bahia possuía diversas fazendas nos distritos e nos arredores de Feira de Santana, como São Gonçalo dos Campos, Monte Alegre, Baixa Grande, Mundo Novo e Jacobina. (CUNHA, 2013, p. 35).

Na sua carreira política, o coronel Bernardino Bahia assumiu, por diversas ocasiões, o Conselho Municipal e foi intendente por duas vezes (1912-1915 e 1920-1923), sempre filiado

ao PRB. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia (1919-1921) e fez parte da direção da sociedade Filarmônica 25 de Março, do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, do Monte Pio dos Artistas Feirenses, da organização da festa de Nossa Senhora Santana, além de ser acionista da Companhia de Melhoramentos²⁶ e um dos coordenadores da construção da nova Igreja Senhor dos Passos. Em tal trajetória na cidade, o coronel Bernardino Bahia acumulou força e recursos que lhe permitiu gozar de grande prestígio e poder político.

O ano de 1915, na gestão de Bernardino Bahia, foi marcado por sinais, ainda que tímidos, de melhoramentos urbanos no centro de Feira de Santana, a exemplo do mercado municipal inaugurado em sua totalidade em 1915 e o coreto. Localizado na Praça Bernardino Bahia, “o primeiro coreto da cidade trazia como marca do progresso a cobertura metálica, aumentada por lambrequins, elementos decorativos originados da Europa e introduzidos no país, juntamente com os chalés, no final do século XIX” (COSTA, 2013, p. 57).

Ainda no ano de 1915, antes de findar sua gestão, Seabra buscou uma estratégia para manter-se no poder, mesmo a Constituição Federal não permitindo que ele pudesse reeleger-se.

O governador então decretou a Lei da Reforma de 11 de agosto de 1915, em que o comandante do executivo estadual teria o poder de nomear aqueles que dominavam o município, os Intendentes. Indicando estes, Seabra teria o controle além do apoio dos grupos locais do interior do estado e garantiria a continuidade de sua política elegendo seu candidato Antônio Muniz. (REIS, 2012, p. 148).

Com este recurso, Seabra centralizava a relação entre o governador e os intendentes, diminuindo a influência dos coronéis nesta relação e aumentando a dependência política dos intendentes junto ao governador; atendendo assim aos interesses do seu sucessor.

Com um momento político de aparente ausência de grandes conflitos partidários locais, o Cel. Agostinho, no cargo de Intendente, daria continuidade a uma época de melhoramentos urbanos na perspectiva infraestrutural da terra de Sant’Anna, tais como: calçamentos e arborizações de ruas, abastecimento de água na sede e distritos. As preocupações com a mobilidade eram algo fundamental, pois atenderia a interesses econômicos do grupo dirigente, facilitando a circulação de suas mercadorias e ampliando a possibilidade de relações comerciais com novo parceiros, mas também da população que teria o acesso mais facilitado a outros serviços e diferentes formas de sociabilidade em novos lugares.

²⁶Com atuação em Feira de Santana na década de 1920, era um órgão político que gestava e planejava transformações na cidade, como a instalação de luz elétrica (de forma parcial) no ano de 1925, além de fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas da cidade (1893).

O cuidado e as modificações no tocante ao espaço urbano não eram preocupações destes coronéis porque seus negócios dependiam de uma cidade com boa infraestrutura, mas também porque existia um momento e um movimento de transformações urbanas no âmbito nacional. É inegável que a sobrevivência do comércio em cidades como Feira de Santana dependia em muito do tratamento urbanístico e sanitário que recebesse por iniciativa dos poderes públicos municipais, mas estas intervenções não eram apenas para atender a interesses de grandes fazendeiros que ocupavam convenientemente lugares na administração local, mas também porque existia uma sociedade que tinha anseios/carências e necessitava, independentemente de quem estivesse no poder, dos serviços básicos para seu desenvolvimento.

Reivindicações em torno da melhoria dos serviços dos correios, saneamento e o cuidado com a saúde, até a insuficiência na iluminação e na moradia eram relatados frequentemente pelo jornal com notas denominadas por “justo apelo” ou “justa reclamação”. Podemos constatar isso a partir de uma nota extraída do *Folha do Norte*:

[...] A iluminação a querosene não deve continuar, principalmente com as grandes falhas com que se a está fazendo.
Moradores da Rua 24 de Maio, por exemplo, reclamam constantemente contra os postes inúteis daquela via pública [...] (JUSTA..., 1920, p. 1).

A preocupação no tocante à estética urbana era uma constante no governo do Cel. Fróes. Este alegava que “a construção do novo prédio escolar garantiria o “embelezamento da cidade”; e, para tanto, seria preciso efetivar a desapropriação de alguns casebres em “condições decadentes”, deixando um espaço amplo e adequado para a edificação do aludido prédio, retirando, assim, do cenário urbano, prédios inadequados a uma paisagem moderna e civilizada” (REIS, 2012, p. 171).

Além de higienização e saneamento, o governo, a partir das práticas, e a imprensa, a partir do discurso do jornal *Folha do Norte*, buscavam tornar o centro urbano um lugar aprazível e colocar à margem da urbe as classes menos favorecidas, perigosas e talvez até incapazes de dar a feição sadia à cidade. Assim registrou o periódico:

Em vista, do grande número de desapropriações de pequenos e anti-higiênicos casebres que em boa hora a digna intendência houve de fazer, com o fim de sanear a cidade e para a construção de belos edifícios públicos, verifica-se a grande escassez de moradas de alugueis módicos acessíveis as classes menos favorecidas.
Urge que mesmo a iniciativa particular procure remover tal obstáculo, construindo pequenas avenidas de habitações, empresa que consideramos lucrativa [...] (FOLHA..., 1918h, p. 1).

As ações em torno de um aformoseamento da cidade utilizando-se do discurso da higienização e descritas pelo jornal, foram também objeto de estudo de Sidney Challoub em *Cidade Febril*. Este historiador analisou, influenciado pela história social inglesa, o Rio de Janeiro de fins do século XIX e a construção da ideologia da higiene no país como elemento que legitimou uma gestão científica de intervenção no espaço urbano, levando a uma política de repressão aos cortiços como uma forma de evitar a disseminação de patologias na capital federal.

A modernidade é a vitrine do sucesso, sinônimo de boa gestão pública. “A mercadoria (palácio, edifício) é o grande enunciador do moderno; por isso que ela precisa ser visível.”, conforme afirma Deleuze (2006, p. 49). Ainda segundo este autor, o real é produzido através dos discursos de poder, sendo que o poder produz a realidade e, nos mínimos detalhes, institui-se sob nós, a exemplo da rua, que é organizada e construída a partir do poder instituído e maquinizado.

Os discursos de poder mantiveram-se alinhados durante todo o período em que foi estabelecida uma aliança entre os coronéis Agostinho Fróes da Motta e Bernardino Bahia, entre os anos de 1912 a 1919. No entanto, após o término do seu mandato (1919), Agostinho afastou-se da política local e, meses depois, rompeu relações com Bernardino Bahia, fruto de desentendimentos comerciais. Segundo Reis (2012, p. 183):

Sua saída da política foi acompanhada meses depois por um rompimento de relações com o Cel. Bernardino Bahia, motivado por divergências comerciais. Tal rompimento foi deflagrado por um Artigo do Cel. Agostinho no Diário de Notícias, acusando o escritório do Cel. Francisco Amado da Silva Bahia – irmão do Cel. Bernardino Bahia – de pressionar a cotação da carne verde na capital. A resposta do Cel. Bernardino Bahia deu o tom do rompimento, pois, além de refutar as acusações do Cel. Agostinho, afirmando que este “não provou, não provará as alegações que avançou com inflexão de leviandade, ficando no prestígio de uma idade em que não ficam bem, antes ficam muito mal, umas tantas coisas pequenas.”.

O coronel Fróes da Motta faleceu dois anos após este rompimento. Não temos informações se os dois coronéis envolvidos na querela reataram as relações pessoais, mas, em torno deste rompimento, uma questão é discutível: será que foi apenas a partir deste momento de briga entre os coronéis que Arnold Silva foi prestigiado pelo Sr. Bahia como um nome a ser preparado para dar continuidade ao projeto de poder/progresso ocupando a intendência municipal em 1924? Ou será que outros elementos construídos no decorrer da vida de Arnold, até então já o credenciavam a ser observado de outra forma pela principal liderança do PRB em Feira de Santana? É sobre o início da vida política de Arnold Ferreira da Silva que trataremos nas próximas linhas.

2.4 ARNOLD FERREIRA DA SILVA: DOS TINTEIROS DA FOLHA AO PAÇO MUNICIPAL

As divergências comerciais entre os senhores Bahia e Motta teriam acelerado o processo de recomposição das forças políticas locais e a busca por um outro nome para o prosseguimento do projeto de poder/progresso iniciado em 1912. Além disso, devido à idade já avançada de ambos os coronéis, impunha-se a busca por um nome jovem, ligado às forças políticas oligárquicas do município e comprometido intelectualmente com a urbanização e o ideário de progresso e civilidade – o que se apresentava como uma alternativa viável para a continuidade da política já explicitada.

Outras questões ainda merecem atenção quanto à escolha deste. A primeira é que Arnold, no decorrer de sua trajetória intelectual, fomentou discussões em torno do progresso e da civilidade, tornando-se figura de destaque ao participar dos mais diversos grupos culturais da cidade, ou seja, tornando-se sua figura pública²⁷. A segunda foi a compra do jornal *Folha do Norte* no ano de 1922, que demonstrou também um aparelhamento político por parte deste intelectual que se utilizou inúmeras vezes do periódico para fazer apologia à dupla Bahia e Motta nos 7 anos em que se revezaram no poder e nos 13 anos, se somado o segundo mandato de Bahia.

A terceira medida foi o exercício do direito enquanto rábula. Por mais que sua prática visasse a defesa dos mais necessitados e uma preocupação com os desvalidos, é inegável que as notas correntes no jornal, apresentando o Sr. Silva enquanto um defensor dos menos favorecidos, ajudam a construir uma imagem de intelectual engajado com a cultura, com a arte e, principalmente, com pobres e trabalhadores, haja vista que este também foi presidente do Montepio dos Artistas Feirenses.

A sua vinculação familiar com o coronel Bernardino Bahia ter contribuído para a aceleração no processo de inserção na política, uma vez que Arnold casou-se com duas de suas filhas. Esta prática era comum na Primeira República, conforme afirma Pang (1979, p. 23-24):

²⁷Trataremos, com maiores detalhes, da parte desta trajetória de Arnold, no terceiro capítulo.

O clã brasileiro, ou família extensa, sempre incluiu em sua esfera de influência membros consanguíneos e não-consanguíneos. Além dos parentescos por casamento, tanto pelo lado paterno como pelo materno, o clã estendia-se e incorporava dependentes socioeconômicos, principalmente por motivos políticos.

Não seria apenas uma sucessão na política, mas nos negócios também. Antes mesmo de tornar-se intendente, Arnold já possuía prestígio econômico na urbe feirense e, ao contrário do que é propalado pelos memorialistas, o genro do coronel Bernardino era um bem sucedido comerciante de leite²⁸, o que também lhe evidenciava como alguém importante para a sociedade local.

O apoio de Bernardino Bahia foi fundamental para Arnold ascender ao poder, mas este também possuía uma imagem na cidade que já lhe rendia certo prestígio, não que fosse suficiente para ocupar o cargo mais alto do executivo municipal, mas também este sujeito não estava começando do zero. Não é nossa intenção, ao apresentar tais argumentos, construir uma visão teleológica em torno da trajetória política deste sujeito, colocando-o como um predestinado à vida política, mas apontar elementos que nos ajudem a entender o que levou uma figura sem experiência política a ser escolhida por uma importante liderança política local e estrear no cargo mais elevado da hierarquia municipal.

Na mesma medida que as articulações municipais caminhavam a todo vapor para a indicação do nome de Arnold, o seu sogro construía, a partir do crédito que possuía como liderança política de uma cidade em ascensão, o apoio à candidatura de Francisco Góes Calmon ao governo do Estado da Bahia, conforme nos relata este telegrama reproduzido por um jornal da capital Salvador:

Feira, 17, Dr. Góes Calmon. Bahia. – Em nome deste município, que reafirma inteiro decidido apoio candidatura vossênciã, tenho vivo prazer apresentar eminente conterrâneo sinceras felicitações. – Bernardino Bahia, intendente. (TELEGRAMAS..., 1993, p. 1).

Estar articulado com o governo do estado era ter carta branca em seus domínios e isso facilitaria a gestão do chefe do executivo municipal, principalmente no tocante ao controle dos cargos públicos e à disponibilidade de verbas para execução de projetos nos mais diversos segmentos. Tanto o coronel Bahia quanto o *Folha do Norte* encamparam um movimento em prol da eleição de Francisco Góes Calmon. Este, segundo Pang (1979), representava os interesses da elite agrária, à qual pertenciam tanto Bahia quanto Silva e, no plano nacional, era o candidato do Presidente da República.

²⁸ Ver Cunha (2013).

As vitórias de Arnold e Góes Calmon²⁹ em Feira de Santana evidenciam a força exercida pelo coronel Bernardino Bahia e a certeza da continuação do seu controle político e econômico na cidade, tendo o PRB como partido político de referência. Estas vitórias representaram a força dos coronéis que, durante anos, ocupavam cargos públicos na cidade, em especial o do Sr. Bahia, que, neste momento, inseria definitivamente um novo coronel no cenário político.

Para avançarmos nesta discussão, torna-se pertinente que apresentemos a condição de coronel de Arnold em Feira de Santana. Apesar de alguns documentos apresentarem o referido sujeito assinando com a alcunha de coronel, não encontramos, nos arquivos que guardam as cartas-patentes, nenhuma concedida pelo governo federal a Arnold em nenhum posto da guarda nacional. Isso pode ser explicável devido ao fato de que a concessão dos títulos foi de suma importância enquanto elemento de status “até 1917 quando a guarda passou a força de reserva (exército de segunda linha)” (PANG, 1979, p. 30); sendo que, nesse período, Arnold, com 23 anos, ainda não era um consolidado fazendeiro e nem tinha alcançado a visibilidade no cenário político local, figurando como um importante intelectual do meio social feirense no período.

A expressão “coronel” começa a ser associada a Arnold a partir do início da década de 1920. Atribuímos tal deferência ao prestígio econômico alcançado por Arnold no decorrer do tempo, principalmente ao adquirir o jornal *Folha do Norte* (1922) e ao casar-se com uma das filhas de um dos coronéis mais poderosos da região na época, começando a tomar parte dos negócios deste, auxiliando-o na administração. Some-se a este fato o capital simbólico angariado por este indivíduo no decorrer dos anos junto à população local, atuando ativamente na comissão das festas da padroeira da cidade, financiando obras e grupos de caridade e colaborando nas atividades culturais que ocorriam no município, como fanfarras, conferências de intelectuais, espetáculos de arte no Cineteatro Santana, entre outros.

Desta forma, apesar de não ter sido um coronel de patente, Arnold Silva era reconhecido pela comunidade local e nas regiões circunvizinhas enquanto tal, podendo ser caracterizado, segundo Pang (1979, p. 57-58), como um coronel comerciante:

O costume luso-brasileiro de coroar o sucesso econômico tornando-se proprietário de terras ainda prevalecia na primeira república, porém, nas capitais e nas cidades costeiras e do interior, o poder político dos comerciantes começou a superar o da classe dos proprietários de terras. Nas capitais de estado, assim como em cidades do interior tais como Juazeiro e Feira de Santana, na Bahia [...], os comerciantes, e não

²⁹Ver Brito (2014).

os proprietários de terras, dominavam a política. A violência não era um fator determinante no jogo político.

Para que possamos analisar as ações do governo do coronel Arnold no quadriênio 1924-1927, é necessário que flanemos sobre a urbe feirense na década de 1920, suas ruas, feiras, casas comerciais da Princesa do Sertão. Nesta empreitada, Boaventura afirma que Feira de Santana, na década de 1920, era composta de três ruas:

Conselheiro Franco (Direita); Manoel Vitorino (do meio) e Barão de Cotegipe, até as imediações do Solar Santana, pois ali iniciava a Sapucaia, zona considerada rural. Possuía, também, as praças da Matriz, Comércio e Remédios. A rua Desembargador Filinto Bastos (Aurora) era, nessa época, estrada por onde transitavam as boiadas procedentes dos municípios de São Gonçalo dos Campos, Santo Estevão, Cachoeira, etc. Existiam vários becos, assim conhecidos: Mocó, porque ali se realizava o comércio de vendas de caças; Esteira, local onde efetuavam vendas de artigos de palhas de Ouricuri; Velhaco, onde é hoje localizada a galeria Caribé, válvula de escape para os “ronceiros”; Bom e Barato, porque os “encontros” eram mais em conta; França, porque por ali residia o escrivão de paz- Capitão França. Ainda, existiam os becos do Recreio, Ribeiro, Castanheda, Cadeia, Santana e Bacatela. (BOAVENTURA, 1980, p. 63).

Ramaiana continua nesse desnudar das formas da princesa do sertão:

Essa urbe tinha as suas ruas, encurvadas na sua maioria, seguindo o sentido sul/norte, como se fossem estradas que ligassem a sua igreja matriz (sul), de Santana, a feira de gado (norte) e dessem à pequena urbe os dois sintagmas que lhes conferiam o nome; Feira de Santana. Mas, não só isso, no meio da viagem entre a catedral e o campo do gado, havia duas praças, largas e contíguas, uma com o nome de comércio, a outra de João Pedreira. Nas duas, era realizada outra feira, livre. Limitada ao leste pela rua Direita (ainda que torta) e ao oeste por uma pequena igreja dedicada a Senhor dos Passos, a feira de produtos gerais parecia repetir o equilíbrio entre negócios e fé, que estava indicado no nome do pequeno lugar. (OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Nessa cidade com a sinuosidade das curvas e o vaivém de pessoas e animais, principalmente nos dias de feira, operava-se uma intersecção entre o urbano e rural, na qual o governo começou a atuar em prol da ordem e do progresso trazidos pelas intervenções urbanas. E quais seriam as prioridades? Onde intervir primeiro? No caso feirense, uma importante intervenção urbana não foi pela mudança de uma estrutura física em particular, mas da mudança de uma prática: a feira do gado no sítio urbano.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, a feira de gado se dava no meio da cidade e as suas consequências poderiam ser muito ruins, como nos relata Boaventura:

Eram comuns tais fatos, em que o bovino, acompanhado por vaqueiros, chegavam até a Praça João Pedreira, local da feira livre, o que provocava distúrbios e atropelamentos. Certa feita, numa dessas correrias, um garrote subiu a escadaria da

prefeitura e imprensou contra a parede o Sr. José Moreira, secretário da comuna, quase o matando. Em outra oportunidade, foi morto por chifradas, em plena praça, o Zizi, zelador do Mercado municipal. (BOAVENTURA, 1983, p. 32-33).

Além das obras elementares e de continuação dos governos anteriores como: calçamento, manutenção e limpeza de ruas, saneamento rural, etc., a feira era prioridade da Intendência, a feira de gado, com atenção especial para o boi, “um rijo operário” gerador de riquezas como o caracterizou, em 1917, o Sr. Silva (FOLHA..., 1918f, p. 1). A riqueza da cidade, do seu grupo político e sua, em particular, eram graças a ele; assim, a organização do seu comércio e a potencialização das riquezas geradas pelo animal em questão eram tarefas que se apresentavam complementares e urgentes.

Ordenar o gado em um espaço e controlar a sua pesagem em um instrumento que racionalizasse o processo e distanciasse o pecuarista de práticas ditas ultrapassadas como a dos “compradores que avaliavam a olho o número de arrobas por animal [...] não havendo recurso, em caso de erro, para qualquer instância superior” (POPPINO, 1968, p. 165-166), após o pagamento, era um desafio. Um novo método de pesagem impulsionaria o município a caminhar a passos largos na dianteira do que é moderno, destacando ainda mais um mercado já considerado importante em âmbito regional, fortalecendo também o poder dos oligarcas. Assim, era fundamental ir na mesma toada das mudanças que ocorriam na Bahia afora:

A ideia levantada pela sociedade baiana de agricultura, do emprego da balança do comércio de gado em pé, e que, por ofício, for solicitado às intendenções dos municípios, onde mais intensamente se efetuam as feiras de gado bovino, vai ser, dentro em breve, uma bela realidade.

Essa ideia que mereceu boa acolhida de criadores, invernistas e dos mais importantes compradores e abatedores da capital, foi, igualmente, bem aceita pela municipalidade da Feira de Santana, cuja intendência, segundo nos consta, já está providenciando para a breve efetivação, do uso da balança para a pesagem do gado em pé, com a encomenda do material necessário na América do norte.

A intendência da Feira de Santana caberá à prioridade no estabelecimento a essa útil e moralizadora medida comercial e à sociedade baiana de agricultura, a satisfação e mais uma vitória na sua propaganda em prol do levantamento agropecuário na Bahia. (A BALANÇA..., 1924, p. 1).

Dois anos após esta nota, Arnold adquiriu a balança e foi relatado no semanário de sua propriedade:

A segunda gestão comunal de nosso operoso patrício e chefe Sr. Arnold Ferreira da Silva está sendo caracterizada pela positividade de lidimas aspirações do povo representativo da Feira, na cultura e progressismo [...] Aludimos em tempo a aquisição feita pelo governo do Município de duas grandes balanças destinadas ao mercado de animais vivos, cuja importância é notória em todo o Estado e justifica a necessidade desse aparelhamento [...]

A primeira grande balança americana Howe, da capacidade de 50.000kg, ou seja, 50 toneladas, acaba de ficar montada no campo do gado. (FOI INAUGURADA..., 1926, p. 1).

A notícia ajuda a construir uma imagem do genro de Bernardino Bahia na condição de um governante antenado com a nova gestão pública moderna, que buscou, na referência de desenvolvimento no continente, os Estados Unidos da América, a solução para uma das questões de ordenação da mais importante prática econômica da urbe: o comércio de gado. Também podemos conjecturar que tal atitude pode ter sido uma demonstração de força e influência utilizada por Arnold junto a seus pares, demarcando, em definitivo, um lugar de influência política e de protagonismo nas relações econômicas.

Para alguns, contudo, essa pesagem do gado vivo em pé não foi bem vista. O jornal *O Imparcial*, por exemplo, viu o projeto como um ato de esperteza para favorecer exclusivamente a empresa de carnes verdes Amado Bahia, que tinha como um dos sócios Bernardino Bahia, sogro de Arnold Silva. Por ser a feira bovina feirense um dos principais pontos de abastecimento dessa empresa e ter como Intendente um dos que tinham participação na empresa, segundo o hebdomadário, a partir da compra da balança às expensas do município, modificou-se o cálculo da carne do boi vivo, representando um truque para aumentar os lucros da firma que, segundo o periódico, já eram fabulosos. Observemos como se dava este “truque”, segundo o jornal:

Uma engenhosa invenção do intendente de Feira- O “truc” indecoroso de uma balança de última hora – As sandices do caixeiro da gangorra [...]

Antigamente, o peso do boi era calculado a olho, dando-se cerca de 25% de desconto para o couro e vísceras. Hoje, com a balança, tal desconto atinge a 50% [...]

Será que o couro e as vísceras no boi vivo sejam mais pesadas que no morto? Não. É que o preposto da empresa A. Bahia, por meio de complicadíssimos cálculos aritméticos conseguiu provar que uma vez só tem 50% de carne, e fez a Intendência adotar uma tabela, obrigando os negociantes de gado a venderem suas boiadas com aquele desconto fantástico, que lhes traz prejuízo e aumenta os lucros da empresa. (UMA ENGENHOSA..., 1927, p. 8).

É fato que Arnold Silva tinha participação na empresa de carnes verdes e que o comércio de gado beneficiava especialmente os pecuaristas locais, muitos deles vinculados à política feirense e à firma em questão. No entanto, não temos indícios, muito menos fontes, que comprovem que a mudança de cálculo sobre o desconto do couro e vísceras do boi foi para beneficiar tal empresa. Também devemos considerar que este jornal fez forte oposição ao governo estadual e durante o ano de 1927, período eleitoral. Matérias de denúncia contra o governo de Arnold Silva aumentaram significativamente, no entanto estas discussões não

tiveram nenhum desdobramento mais importante ou consequências negativas para qualquer um dos dois lados.

Tanto a aquisição da balança quanto a construção de currais modelo são obras que tinham o objetivo de disciplinar o comércio e o espaço do mesmo, trazendo à baila a expectativa de construção de um lugar, comércio e cidade modelo para a Bahia. Esses currais eram vistos como espaços importantes porque seriam um importante cartão de visitas e vitrine para a atividade econômica que movimentava a economia da cidade, sendo também um dos canais mais rápidos para o seu desenvolvimento.

Para que esta produção pudesse ser escoada, era necessário cuidar das artérias, das conexões deste desenho muito complexo que é o da cidade e interconectá-la a outros lugares, oportunizando o avanço e o desenvolvimento do capital por vários meios. Oliveira, nesse sentido, nos afirma que:

Ligar, por via rodoviária, Feira de Santana à capital da Bahia parecia ser o objetivo inicial da abertura da avenida e, sendo assim, a artéria pública surgia como um instrumento de condução dos moradores da urbe ao maior centro urbano do Estado e deste para outros lugares do mundo da cidade. Ligações com outros mundos, rapidez de contatos forneciam uma espécie de passagem para o ingresso da cidadezinha do interior no prestigiado universo dos lugares “adiantados e cultos”. Olhando pelo aspecto técnico, a construção comandada pelo engenheiro municipal Accioli Ferreira significou uma intervenção planejada no sítio urbano, procurando substituir “a vontade das ruas” por artérias nascidas sob o signo de uma racionalidade cartesiana. Os 46,3 m de largura da avenida (metragem prevista no projeto enviado à Câmara) eram, portanto, um importante índice de progresso para a cidade, a representação de uma vitória da técnica sobre a natureza e a ignorância. (OLIVEIRA *apud* SILVA, 2000, p. 78).

A necessidade de ligação, ou melhor, interligação entre Feira de Santana e outras cidades, principalmente com Salvador, era uma demanda há muito veiculada pela imprensa. Esta demanda resultou do crescimento econômico da cidade e do sucateamento nas primeiras décadas do século XX do principal meio de transporte de meados do século XIX: a ferrovia. Atrasos, má conservação dos vagões, das estações e estradas de ferro, roubos de mercadorias e lentidão no percurso eram reclamações recorrentes dos usuários dos serviços (BATENDO..., 1926, p. 1. Assim, na busca de trazer à tona a discussão de uma nova alternativa para a forma de transporte e circulação de pessoas e mercadorias, inúmeras crônicas e editoriais no jornal *Folha do Norte* reforçavam o desejo de construção de rodovias durante os anos da década de 1910 e o tratavam como um problema em vias de ser solucionado quando já adentrava a década de 1920:

Oxalá surja, dessas visitas, o que é de esperar: a ligação próxima e definitiva de Feira a Santo Amaro, por uma boa estrada, que garanta o tráfego regular e perene dos veículos a que se destina, pois a viagem, se pode ser atualmente feita sem dificuldades grandes no tempo seco, torna-se verdadeiramente impossível, como se sabe, na estação chuvosa (DE FEIRA, 1923, p. 1).

Aproximações entre governantes para conclusão de “importantíssima artéria, que vai atender ao problema de transporte rápido entre Feira de Santana, Santo Amaro e a capital do Estado” (ESTRADA..., 1922, p. 1) foram defendidas pelo jornal como uma das prioridades para o alcance do progresso material não apenas da cidade como também das regiões próximas e prósperas, como o recôncavo baiano ao qual Santo Amaro pertence.

A mudança no tratamento da questão é fruto das próprias mudanças urbanas ocorridas na cidade, das necessidades de produção e consumo geradas em um período entre guerras e da pressão do governo do Estado em torno do problema. Boa parte das ações da Intendência Municipal estavam orientadas por metas definidas pelo governador do Estado. Seguem abaixo algumas das principais orientações reproduzidas pelo jornal *O Democrata*:

1º Saúde Pública - As administrações municipais devem dirigir-se à subsecretaria de saúde e assistência pública, com a qual terão entendimentos no sentido de facultar ao povo dos municípios os meios de saneamento indispensáveis à vida comum. Devem, para isso, fundar POSTOS DE HIGIENE E DE SANEAMENTO RURAL, a exemplo do que já se fez e se está fazendo em 16 municípios do Estado, trabalhando pelo saneamento mais rápido das regiões. (Grifos do original)

2º Instrução Pública - Este outro assunto de alto valor não pode ser abandonado pelos municípios, que, ao contrário, estão no dever imediato de cooperar com o Estado em prol da eficiência completa do ensino na Bahia [...]

4º Estradas de rodagem - Abertura de estradas de rodagem, os caminhos vicinais, no maior número possível e no maior grau de eficiência, constituem, por assim dizê-lo, a base dos mais notáveis surtos econômicos do Estado e, por isso mesmo, devem ser impulsionados até que se possa estabelecer toda a ligação intermunicipal da Bahia, facilitando as comunicações de todas as nossas regiões [...] (BASES..., 1926, p. 1).

Além destes pontos, a ordem pública e o desenvolvimento agrícola foram elementos inseridos no “apelo”³⁰ dirigido pelo Governador do Estado aos intendentes. Com a abertura de um caminho mais rápido para Salvador, ficava evidenciado que um dos elementos caros à modernidade, a comunicação, consolidava-se na terra de Santana³¹. Com a nova via, iniciou-se a circulação de automóveis e ônibus na cidade, principalmente com a inauguração da primeira bomba de combustível do município, em 1926. Nesse sentido, observa Poppino (*apud* OLIVEIRA, 2014, p. 55):

³⁰ Termo utilizado pelo Jornal *O Democrata*.

³¹ “Haja vista que, em 27 de janeiro de 1925, haviam sido inauguradas as comunicações telefônicas diretas entre Feira de Santana e a cidade do Salvador”. (POPPINO, 1968, p. 219).

Em 1930, com o declínio do município de Cachoeira, cidades que desfrutavam de uma localização privilegiada adquirem destaque, a exemplo de Feira de Santana, que passa a obter uma maior importância regional. Dentre as principais razões desse destaque, pode-se enfatizar a construção das estradas de rodagem e a chegada do automóvel. A revolução nos transportes assegurou-lhe o papel de entreposto e estabeleceu novas relações com a capital.

No período de 1920 a 1950, Feira tornou-se o centro de um novo sistema de rodovias planejado pelo governo federal e estadual, colocando o nordeste do estado da Bahia numa posição estratégica entre Norte-Nordeste e Sul-Sudeste do país.

Esse rito do progresso já era conhecido e reverberado por Arnold, seja comointelectual, quando defendia os três signos do progresso: água, esgoto e luz elétrica; seja como gestor ao concretizar, através de obras públicas, os anseios de transformação, de parte da população e, principalmente, do grupo dirigente da cidade:

Luz, água e esgotos são os três serviços de que não prescinde todo centro de população mais ou menos civilizado. Havia de pensar neles o governo da comuna. O velho problema da água já não assusta, depois do estudo e parecer do notável cientista Dr. Teodoro Sampaio, com o qual se acham, até certo ponto, de acordo com observações posteriores de engenheiros e entendidos.

Demonstrado, como parece, que a cidade tem lençóis subterrâneos bastantes a lhe garantirem o consumo da população, e verificado que o processo de captação que em traços gerais se indica é simples, racional. [...] A canalização será a da área da cidade, e para a captação se indica a abertura de galerias ou a perfuração de simples poços tubulares. (DISCURSO..., 1958, p. 3-4).

Podemos inferir, a partir da leitura desta fonte, que o principal caminho para resolver os problemas da comuna era a ciência. A Feira de Santana que se buscava desenvolvida necessitava utilizar-se da razão e da especialização do conhecimento, representados na figura do Dr. Teodoro Sampaio e dos engenheiros, para tornar real a promessa de cidade do futuro e a esperança de superação do atraso. Ao encontrar a solução para um problema antigo (o acesso à água), o governo estava contemplando o cuidado com a higiene, condições propícias à manutenção da saúde pública. A instalação da rede de esgotos é demonstração de que o sujo e insalubre não comprometeriam as formas de uma cidade que se desejava bela e em franco adiantamento material.

Outra medida que poderia, mais uma vez atrelada à ciência, continuar a luta contra a doença e a insalubridade era a implantação de posto de saneamento rural. Estar alojado no novo Paço Municipal simbolizava não apenas que o poder público estava imbuído de uma missão civilizatória, mas que, assim como o Palácio do governo, buscava-se uma sociedade em que o novo/moderno não seria efêmero, mas constante; sendo necessário, para isso, buscá-lo através de uma política de saneamento que transcendia os corpos, invadia, por meio da

fiscalização, qualquer espaço que fosse suspeito de subverter a ordem médica do limpo, logo saudável:

Está funcionando desde o mês próximo findo o Posto de Saneamento Rural instalado na ala esquerda do novo Paço da comuna, nesta cidade [...].
 [...] Os doentes de verminoses e moléstias venéreas contagiantes serão matriculados durante a sessão da manhã e receberão ali conveniente tratamento gratuito, de conformidade com o regulamento [...].
 [...] Está o posto convenientemente provido de aparelhos para os necessários exames, tendo-os especiais para os de sangue e de fezes, microscópios, leitões, etc. . Não se limitam a isso as funções do dirigente do serviço de higiene e saneamento rural: incumbe-lhe também a fiscalização, do ponto de vista sanitário, das construções, das moradias e casas de comércio, fábricas e estabelecimentos de ensino, oficinas, habitações coletivas, pátios e quintais [...] (POSTO..., 1926, p. 1).

Para que a beleza exuberante desta urbe se torne visível também à noite, era necessária a presença deste elemento artificial que suplanta a natureza, propicia o espetáculo, leva à sociabilidade propiciando a segurança e faz cair por terra o elemento bucólico, típico do rural. É a energia elétrica que alongará o dia, retirará do atraso a urbe, simbolizado no candeeiro, e colocará a lâmpada como símbolo dos novos tempos, mesmo que ainda limitados por algumas horas e pela autonomia de um motor. A luz que iluminará a sociedade contra as práticas sociais tidas como condenáveis (sinônimo de selvageria) que ocorriam na sombra da noite, luz que dissipará o atraso a partir da ação da Companhia de Melhoramentos de Feira de Santana em abril de 1926.

As ações de intervenção urbana não contemplavam a cidade como um todo, atingiam apenas o centro comercial. O grupo que comandava este processo, nesse período (1924-1927), tendo à frente Arnold Silva, preocupava-se majoritariamente em atender a um seletivo grupo de pessoas abastadas, enquanto a maioria estava segregada nos subúrbios ou pelas disparidades econômicas. Assim, mesmo a

comunicação que era essencial para o progredir e deveria ser rápida (haja vista as ruas desobstruídas e retas), tinha limites, haja vista que não havia combinação possível dos ambientes liberados das artérias públicas com a presença de mendigos e vadios a esmolar no ambiente urbano. (OLIVEIRA, 2010, p. 82).

Para

Benjamim, o enquadramento das avenidas é uma realização apoteótica do poder, expressa, sobretudo, nas grandes fileiras de retas paralelas, metricamente articuladas. Este desejo de ordem impõe uma perspectiva de olhar, consolida um destino a ser seguido pelos que transitarem entre as guias que dão forma àquele espaço construído (OLIVEIRA, 2010, p. 78).

Construir, abrir, urbanizar, verbos conjugados repetidas vezes através de inúmeras obras públicas realizadas pelo centro da cidade na gestão de Arnold. Escolhemos para análise duas edificações que representam significativamente essa cultura do concreto. A primeira trata de uma das mais importantes avenidas da cidade, a Avenida Maria Quitéria³²; tanto é que leva o nome da maior heroína local e integrava espaços importantes para atividades econômicas e políticas. Segue a lei que regulamenta sua construção:

Lei n. 245 de 25 de maio de 1926

O conselho municipal de Feira de Santana decreta:

Art. 1- Fica desde já denominada “Maria Quitéria” a avenida que se está abrindo nesta cidade, em continuação à Praça João Pedreira.

Art. 2- No início da mesma avenida, e em frente ao novo edifício do Governo Municipal, será levantada a estátua da heroína Maria Quitéria de Jesus Medeiros, a expensas do município.

Art. 3- Fica o executivo municipal autorizado a abrir o crédito necessário para esse fim e revogado as disposições em contrário.

Paço do Conselho Municipal da Feira de Santana, 25 de maio de 1926. (SILVA, 1926, p. 1).

Feira de Santana reconstruía-se pelo exercício frenético das picaretas, remodelava seu traçado urbano, em que se interligavam o antigo da velha praça ao novo paço municipal e avenida. Assim, era imposto um recente espaço em que o concreto iria começar a delimitar, através da racionalidade cartesiana, o lugar dos heróis em busto, dos signos da aurora de uma república ainda tão jovem.

A outra obra-prima da cultura do concreto foi o Paço Municipal. Esta foi uma obra pensada e iniciada por Bernardino Bahia e concluída por Arnold. Este, em seu discurso de posse (em seu segundo mandato), declarou a importância de tal obra ao afirmar que:

Não trazia, não podia trazer um programa de administração; e, entre vários problemas de solução próxima ou remota, vi apenas a necessidade imediata e imperiosa de continuar e concluir a obra notável que o meu antecessor iniciara na construção de um Paço Municipal condigno da terra, do seu renome, da sua tradição e, sobretudo, das suas aspirações de constante progredir. (DISCURSO..., 1958, p. 1).

Sobre os trâmites que levaram ao Paço Municipal, Poppino afirma que:

A 11 de setembro de 1920, o Conselho autorizou a desejada construção e pouco mais de um ano decorrido foi lançada a sua pedra fundamental. O projeto levou quase cinco anos para ser executado e custou o edifício mais do que 400 contos de reis, isto é, mais de 75% do que a verba destinada para as obras públicas em todo o município, entre 1921 e 1927. (POPPINO, 1968, p. 133).

³²Esta veio a ser depois a Avenida Getúlio Vargas, uma das mais importantes vias de acesso da cidade.

O que levaria o intendente Arnold Silva a gastar tanto dinheiro e a priorizar tal obra em detrimento de outras? O comandante da comuna precisava de algo que fosse uma metassíntese do seu governo, algo que fosse construído independentemente de parcerias e auxílios financeiros do Estado e da União, uma obra que ajudasse a promover o esquecimento do passado, silenciasse as memórias impróprias para o progresso e representasse o poder, haja vista que um palácio é o lócus por excelência do poder instituído. Conforme observa Simões (2007, p. 55), “o prédio inaugurado atendia a padrões arquitetônicos arrojados para o período e serviu às autoridades e à sociedade feirense, como símbolo da entrada da Princesa do Sertão nos salões da modernidade”. Tamanha é a força simbólica deste edifício para a construção de uma representação da Feira progressista, que virou referência para aferir o grau da urbanidade que a cidade atingiu.

Mais uma vez, o periódico *O Imparcial*, pôs à prova a lisura no processo de construção do Paço Municipal, só que desta vez a partir do depoimento de um leitor por nome de Anacleto Valentim:

O ex-intendente Bernardino Bahia entendeu de construir um palácio para a municipalidade e construiu-o “administrativamente” sem editais de concorrência, comprando por bom preço os tijolos da olaria do conselheiro municipal Filinto Cerqueira, a fim de cobrar-se de quarenta e tantos contos que este, com garantia hipotecária da aludida olaria, lhe estava devendo! Como intendente, tomou por empréstimo a ele próprio, o capitalista, a vultosa quantia que se fizera precisa para pagar as despesas da aludida luxuosa construção, mas tudo isso sem nenhuma autorização do respectivo Conselho Municipal! Por motivo de moléstia, foi forçado a mudar de residência e, assim, tirou ou calculou, bem à vontade, a conta dos gastos feitos com tal construção. Fez do seu genro Arnold Silva intendente. Passou-lhe procuração para receber os aluguéis das casas, que ali possui, e vendê-las e para receber dele próprio, intendente Arnold, o que o município lhe restava a dever pelos adiantamentos que, sem nenhuma autorização legal, fizera para ser levada ao fim a construção do tal palácio municipal (VALENTIM, 1927, p. 2).

Tentamos averiguar quem era Anacleto Valentim e não encontramos nenhuma informação sobre a existência deste indivíduo. Suspeitamos que pudesse ser um pseudônimo criado pelo próprio jornal para dar veracidade ao fato. Alguns memorialistas como Oscar Damião e Gastão Sampaio afirmaram que, de fato, Bernardino Bahia e Arnold Silva, durante muito tempo, teriam retirado dinheiro do próprio bolso para pagar os custos da obra, no entanto não tivemos conhecimento sobre algum documento que prove que de fato isto ocorreu.

Durante a década de 1920, mudanças de ordem material e comportamental compuseram o quadro da sociedade feirense. Na primeira ordem, as novidades foram lideradas pelo avanço da ciência; a engenharia com novas ruas, avenidas e prédios, a física

pelo viés da energia elétrica, a mecânica com os automóveis, as telecomunicações com telefones etc. Com este novo aparato material na urbe sertaneja e com a expansão das obras e dos serviços públicos, o aparecimento de novas funções, como a de administrador de mercado ou matadouro, a de engenheiro municipal, entre outras, levou a cidade e seus habitantes a experienciarem novas práticas urbanas. A rua não é mais a extensão da sala de estar, o sujeito deve compreender que não apenas os espaços, como também a maneira de utilizá-los deverão ser ordenados e disciplinados, sendo fundamental a escola nessa nova forma de experimentar a cidade.

Em 1927, foi inaugurada, em Feira de Santana, a Escola Normal e, com ela, o objetivo de formar professores para cuidar do avanço intelectual da comunidade feirense. Não era apenas promover o conhecimento reconhecido pela ciência através de uma instituição de ensino, mas também era a forma de diminuir o atraso escolar que era um dos principais inimigos do progresso, bem como de reduzir o autodidatismo, muito comum no período por falta de docentes. Além disso, era necessário, desde cedo, controlar os corpos, estabelecer regras, horários, controlar cargos e nomeações, difundir, por meio de encontros, conferências e eventos, um pensamento que, durante alguns anos, vinha sendo disseminado por meio dos veículos de comunicação e que agora tinha um aparelho do estado para continuar a missão civilizatória.

Após analisarmos as principais realizações do governo Arnold Silva e a articulação com o seu pensamento intelectual, avançaremos na sua trajetória política ao estudarmos o período em que ele foi conselheiro municipal e presidente do conselho (1928, 1929-1930), articulado a sua ascensão econômica, principalmente a partir do período em que ocupou cargos públicos, sem desta forma nos descuidarmos da problematização em torno das transformações econômicas vividas pela cidade.

2.5 O *BUSINESS MEN* DO SERTÃO

Neste tópico definiremos quais eram as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal, como Arnold alcançou um lugar no mesmo, para daí discutirmos sobre a sua ascensão econômica. Não estamos aqui seguindo obrigatoriamente uma linearidade histórica, por isso, em alguns momentos, sobre determinados fatos da vida econômica de Arnold, necessitaremos recorrer a sua fase enquanto intendente recuando no tempo, ou avançando, conforme a necessidade, para a discussão a que nos propomos.

Sobre o Conselho Municipal, Santos afirma que:

Foi uma instituição constituída no início do regime republicano, acompanhando um movimento que se inicia nesse país com a queda da Monarquia, o qual derruba as antigas Câmaras Municipais, de acordo com o discurso republicano, e institui os Conselhos de Intendência, norteados, ao menos em tese, pelo princípio da autonomia municipal expresso na primeira constituição republicana, de 1891 (R. SANTOS, 2012, p. 10).

Esta independência é respaldada pelo artigo 68 da referida constituição quando afirma que “os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891, p.31). Desta forma, o Conselho Municipal era um dos órgãos mais importantes da administração local, responsável pelas finanças e pela viabilização da execução de importantes obras e ações públicas. No tocante a este Conselho nestas terras, Poppino (1968, p. 125) afirma:

O Conselho, que em Feira de Santana se compunha de onze membros, possuía poderes legislativos mais amplos do que a antiga Câmara, ainda que um certo número de funções administrativas, antes exercidas por esse órgão, houvesse sido transferido para o intendente. A autoridade do conselho aumentou bastante, pela sua competência para verificar os resultados das eleições locais e de elaborar a lei de meios municipal. Não seria mais preciso submeter as finanças municipais ao veredito da Assembleia Legislativa. Pela primeira vez na história de Feira de Santana, os funcionários locais seriam considerados competentes para dirigir as finanças do município.

Arnold, ainda Intendente, constituiu, no parlamento, em sua grande maioria, uma bancada de correligionários políticos/aliados, o que lhe permitiu ter construído uma relação de aparente³³ harmonia com os membros do Conselho que permaneceram após o fim do seu mandato, e no que podemos inferir, um trato amistoso com quem viria a chegar depois. Assim, o coronel caracteriza individualmente todos os seus futuros colegas de Conselho em seu discurso de posse para o segundo mandato:

Encontrei o fârmaco Alves Boaventura, dedicado, ativo, trabalhador, zeloso da boa ordem em todos os aspectos da administração, exemplo de correção e firmeza partidárias e de cujos merecimentos, devidamente apreciados pelos seus pares, dizem bem a posição que nesta solenidade ocupa. Encontrei José Pinto, espírito formoso e culto, irônico e sutil, que venho admirando através de uma longa estima quase fraternal. Encontrei Filinto Marques, outro amigo de adolescência que, penetrando nesta assembleia ainda moço, demonstrou que, moço ainda, já era digno de penetrar aqui. Encontrei Álvaro Simões, que ingressou nesta casa em nome da conciliação partidária e dos interesses da sã democracia e tem, nela, mantidos os

³³ Não foi possível identificar divergências no conselho durante seu mandato enquanto conselheiro, haja vista que a maioria das Atas do Conselho foram danificadas e, nas reproduções feitas pelo jornal, não trazem desentendimentos.

bons princípios que o indicaram e zelado as altas conveniências que o elegeram (DISCURSO..., 1958, p. 9-10).

Escolhemos, na transcrição desta fonte, apenas figuras com perfis diferentes, que ocuparam ou iriam ocupar importantes lugares no Conselho, além de todos permanecerem nesta instituição quando o ex-intendente entrou e ocupou o cargo máximo. Nota-se que, mesmo ao descrever supostos defeitos, como foi o caso de José Pinto, ou da articulação dos mais divergentes interesses, ele suavizou a crítica em seu discurso, deixando a entender que sabia agir com diplomacia e de forma estratégica.

Na convivência com o Conselho e nas prováveis articulações de bastidores, Arnold logrou êxito ao obter a indicação de seu nome, pelos conselheiros, para assumir aquela instância de poder:

Em reunião efetuada sábado último 20 do cadente num dos salões do Paço Municipal, prestigiosas influências políticas na comuna deliberaram indicar ao eleitorado independente da Feira o nome acatado de nosso ilustre conterrâneo Sr. Arnold Ferreira da Silva para preenchimento da vaga ocorrida no Conselho municipal pelo falecimento do edil capitão Lúcio José de Cerqueira (PARTIDO..., 1928, p. 1).

Apesar das críticas proferidas por *O Imparcial*, Arnold angariou significativo respaldo e prestígio após seus dois mandatos à frente da prefeitura, recebendo menção de um jornal da capital:

[...] A Feira progride e progredirá, porque ali a única política é o bem do município. [...] É seu atual intendente o Cel. Arnold Silva, espírito trabalhador, culto e probo, seguindo as pegadas dos seus antecessores, cuidando e zelando dos interesses locais. (O PROGRESSO..., 1926, p. 8).

Arnold construiu importantes articulações políticas, chegando a ser membro do Conselho Geral do Partido Republicano da Bahia (JORNAL..., 1927d, p. 1) e se manteve próximo das mais importantes instituições sociais da cidade. Desta forma, venceu as eleições para conselheiro e, depois, alcançou, em menos de um ano, o posto de Presidente do Conselho e, em grau de influência, o segundo mais importante do município, abaixo apenas do Intendente. Ao ocupar a presidência de tal órgão, manteve a política de incentivo financeiro ao desenvolvimento e expansão da agricultura e pecuária, subvenção a instituições sociais, como as filarmônicas, o Montepio, a Santa Casa de Misericórdia, além de subvenção para a construção de uma lápide às expensas do município, em homenagem ao coronel Tito Ruy

Bacellar e constante fiscalização sobre o cumprimento do código de posturas municipal (ARQUIVO..., 1930a, p. 93).

A preocupação com as questões de higiene e salubridade, bem como o estímulo às relações de sociabilidade propiciadas pelo respeito ao descanso em dias de feriado foram questões que continuaram a ser assunto frequente nas reuniões do Conselho Municipal, como pode ser relatado no livro de ofícios expedidos:

Conselho Municipal de Feira de Santana, 20 de agosto de 1929

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Para os devidos fins, passo as mãos de V. EXa. o incluso autografo da lei decretada por este conselho, que proíbe a venda de doces, pastéis, etc., descobertos (ARQUIVO..., 1930a, p. 97).

Conselho Municipal de Feira de Santana, 10 de dezembro de 1929

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Para os devidos fins, passo as mãos de V. EXa. o incluso autografo da lei decretada por este conselho, sendo uma sobre a autorização do executivo municipal para a desapropriação de um terreno no arraial de Santa Bárbara, para nele ser construído um cemitério e a outra, sobre a proibição da abertura do comércio nos dias feriados (ARQUIVO..., 1930a, p. 99).

As medidas adotadas no Conselho fizeram parte das práticas que combatiam o que pudesse atrapalhar o progresso do maior arraial do município. Esse discurso progressista buscava impulsionar o desenvolvimento material e intelectual da cidade. Assim, como a expansão econômica na cidade de Feira de Santana estava baseada na agricultura e, principalmente, na pecuária e no comércio de leite, a ascensão econômica de Arnold Silva deu-se a partir da última atividade econômica citada e da parceria comercial estabelecida com o seu antecessor político Cel. Bernardino Bahia. O jornal *Folha do Norte* relata esta parceria:

[...] Discípulo de Bernardino Bahia, sucedeu-lhe nos comércios públicos e comerciais. De uma figura inteligente e pobre, tornou-se um *business man* do nosso interior, com o mais acertado conhecimento de pecuária e negócios locais que se possa imaginar. (VIDA..., 1944, p. 1).

Esse *business man* envolveu-se diretamente no incentivo de crédito ao desenvolvimento agrícola, uma vez que, enquanto intendente, propiciou a instalação de uma Caixa Rural no município e, para isso, inclusive cedeu uma sala do prédio da Intendência, conforme relata a *Folha do Norte*:

A CAIXA RURAL

Já é uma realidade a existência da caixa rural desta cidade, pois, criada e constituída legalmente, na forma do Decreto n. 1687 de 5 de janeiro de 1907, se acha a mesma funcionando numa das salas da Intendência Municipal. Graças à larga visão,

operosidade e patriotismo do Exmo. Ministro da agricultura, que destacou do Rio de Janeiro, em comissão, o grande pioneiro das caixas rurais, Dr. Plácido de Mello, que veio à Bahia com o fim de criar nos vários municípios as Caixas Rurais, de auxílio à lavoura, coube a Feira de Santana a fortuna de também ter a sua Caixa, cuja direção foi entregue a homens³⁴ de todo critério, honestidade e boa vontade.

Os municípios mais importantes do Estado criaram também as suas caixas e algumas já vão em largo caminho de prosperidade, notadamente Itabuna, centro de larga lavoura de cacau, sendo portanto já uma afirmação (A CAIXA..., 1927, p. 1).

Incentivar a lavoura, fazer progredir um município importante do estado, dando a direção da Caixa a homens que representavam famílias das mais tradicionais na política e economia da cidade, haja vista que os citados eram importantes pecuaristas e ocuparam significativos cargos no poder público local. Essa era a receita para o desenvolvimento da economia e conseqüente expansão urbana. Além do apoio de Arnold, que levou a *Folha do Norte*, a fazer uma propaganda maciça a partir de maio de 1925, em torno das atividades desempenhadas pela Caixa Rural, como apresenta o semanário:

O PEQUENO LAVRADOR E AS CAIXAS RURAIS

De há muito sentia o lavrador a necessidade de melhorar as suas condições e o momento parece-nos azado para uma tentativa nesse sentido com o aparelhamento que aí está sendo evidenciado.

São as caixas do sistema Raiffeisen verdadeira escola de civismo e laboriosidade útil, de aperfeiçoamento de qualidades morais sob a influência de princípios sãos, entre os quais avultam a probidade pessoal e a solidariedade coletiva.

Dessas sociedades cooperativas de crédito, cujo escopo é combater a usura, fornecendo a seus membros, e só a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, consoante à letra do respectivo estatuto, poderão fazer parte todos os indivíduos, em especial os pequenos lavradores e os profissionais de indústrias conexas com a agricultura que não pertencerem a outra sociedade de crédito congênere.

Convém frisado que instituições dessa natureza não podem produzir benefícios imediatos. Os frutos carecem de tempo para atingir a maturidade. E a boa semente, ora plantada e germinada, por fortuna nossa, terá de radicar-se frondejar e florir para que possamos colher as resultantes opimas de sua fecundidade (O PEQUENO..., 1925, p.1).

Além de noticiar a existência e importância das caixas rurais, o *Folha do Norte* trabalhou explicitamente para ajustar as expectativas da comunidade ao ritmo lento do retorno das atividades financeiras ligadas à Caixa. Nesta nota, percebemos a tentativa do semanário em administrar ou controlar tal expectativa em face, talvez, de uma fala de cobrança existente, ficando evidente o discurso contra o imediatismo.

Não conseguimos nenhuma evidência de que a Caixa Rural cresceu ou que ela foi um fracasso. No entanto, percebemos, através das propagandas contidas no *Folha do Norte*

³⁴O *Folha do Norte* de 25/09/1926 menciona alguns componentes da diretoria como o vice-diretor João Barbosa de Carvalho, 2ºsecretário Cel. Álvaro Simões Ferreira, Conselho Fiscal Cel. Arnold Ferreira da Silva.

durante o ano de 1926, uma redução significativa de propagandas ou matérias fazendo apologia à Caixa Rural. Podemos conjecturar em torno de duas possibilidades: a Caixa Rural não vingou, o que levou à tentativa de outro empreendimento financeiro idealizado por Arnold com o apoio da nata da aristocracia feirense ou não conseguiu atender a demanda e, em virtude disso, estruturou-se um negócio mais amplo que seria um banco.

Acreditamos na segunda hipótese. O que nos leva a defender tal ideia é um editorial denominado *Aspiração tornada realidade* publicado pelo *Folha do Norte*:

No interior dos Estados sulinos multiplicam-se os bancos Luzzatti. Na zona meridional da Bahia, a Caixa Rural de Itabuna, em que as transações assumiram vultosas proporções, transformou-se recentemente em instituto de crédito desse sistema.

É incontestável o extraordinário serviço que uma perfeita organização bancária sabe prestar ao desenvolvimento de um Estado ou região, operando admirável movimento mercantil.

A necessidade de um banco popular impunha-se-nos de há muito tempo.

Vai para dois anos dessas mesmas colunas aludimos a carência de um instituto de crédito de função local e caráter popular, devidamente aparelhado para possíveis óbices a quantos empregam a atividade e seus bens em transações mercantis de várias espécies [...] (ASPIRAÇÃO..., 1927. p.1).

No editorial fica evidenciado que a existência de um banco já era um desejo de outrora e que o êxito nesta empreitada já havia sido legitimado pelo histórico de prosperidade na região bem sucedida economicamente e no próprio estado. Além disso, devido ao fato de a Caixa Rural ter outro ritmo de investimento, que, muitas vezes, a demanda não suporta. E, por fim, pela amplitude de transações financeiras, pelo público alvo e por um retorno mais rápido no tocante ao investimento feito. A rapidez é uma das características da cidade moderna e os investimentos devem acompanhar a velocidade dos empreendimentos. Quanto mais a sociedade diversifica-se, ganha serviços, espaços de sociabilidade, dinâmica nas atividades mercantis; por conseguinte, maiores são os interesses de ganho com os ventos novos do progresso.

Assim, em 1º de maio de 1927, foi criado o Banco de Crédito Agrícola Popular:

Uma cooperativa de crédito popular e agrícola, de responsabilidade limitada e forma anônima, nos termos do Decreto n. 1637 de 5 de janeiro de 1907, com sede na Rua Bernardino Bahia, número 2. Tinha em seu corpo diretivo, além de Arnold Ferreira da Silva, Carlos Rubinos da Silva Bahia (cunhado de Arnold Silva) e Eduardo Fróes da Motta, membros dos setores dirigentes na cidade e ligados às atividades comerciais de grande vulto. (SILVA, 2012, p. 46).

A iniciativa da instalação de um banco de crédito na cidade ou mesmo de uma sociedade de agricultura nos mostra que esse grupo dominante estava inserido no contexto de

expansão do capitalismo e, aparentemente, buscava criar condições favoráveis a seus negócios e manter a ordem material da cidade. Os indícios de seu funcionamento são de até meados da década de 1930. No jornal *Folha do Norte* (1927b, p.1), o banco divulgava-se como um instituto que:

[...] recebe dinheiros tanto de sócios como de estranhos e abona juros em conta corrente limitada, em conta corrente de movimento e em depósitos a prazo fixo. Faz empréstimos, descontos, hipotecas, cobranças e todas as transações peculiares aos institutos de crédito popular, cujo fim geral é operar mediante uma taxa módica, aproximando, em colaboração direta, os que dispõem de economias e os que delas carecem para o desenvolvimento do trabalho honesto.

Gerente de banco, ex-intendente, pecuarista, presidente do Conselho Municipal, sócio e genro de um dos mais ricos coronéis da região, essa era a condição conquistada por Arnold no último ano da Primeira República. O modo de vida de Arnold e sua família era característico de uma aristocracia rural, uma nobreza no agreste baiano, segundo nos relata a memorialista Lélia Vitor Fernandes ao descrever traços biográficos da segunda esposa do coronel Arnold Silva, a senhora Maria Bereniza Barros Bahia da Silva:

Dona Iaiá era uma mulher discreta, reservada, traços característicos de família, típico da filosofia de sua época. Como esposa de político, ela se saía bem nas recepções em sua casa, durante as campanhas políticas ou quando hospedava amigos e correligionários de Sr. Arnold. Eram reuniões muito elegantes, a casa estava sempre muito bem decorada, as louças e cristais ainda do tempo de Sr. Bernardino, seu pai, que era de uma beleza rara e a todos encantavam. Ao lado do esposo mantinha a tranquilidade e dava todo o apoio nas suas decisões que havia de tomar à frente da prefeitura de Feira de Santana. D. Bereniza foi muito bem criada, teve boa instrução e sempre frequentou os melhores ambientes, por ser filha do Cel. Bernardino Bahia e posteriormente casada com Sr. Arnold Silva. Ela se vestia com elegância, porém com um gosto muito clássico, sem os exageros da moda, o que lhe dava um ar de simplicidade. Gostava de usar joias e possuía muitas, herdadas da família e compradas nas muitas viagens que fez. O casal morou muitos anos na Avenida Senhor dos Passos e posteriormente na Avenida Getúlio Vargas (FERNANDES, 2011, p. 58-59).

O modo de vida da segunda esposa do coronel nos mostra como esse indivíduo inseriu-se também na elite econômica local. A começar pela decoração do imóvel, passando pelos bens que possuía, até a forma de entretenimento (viagens e recepções), tudo isso era acessível a poucos, que possuíam muito. No entanto, o que mais chama atenção é o local onde este casal fixou residência, avenidas das mais importantes e nobres da cidade, lugares em que imóveis de custo elevado só poderiam ser adquiridos por quem pertencesse a um grupo de privilegiados economicamente, como foi o caso de Arnold. Assim, buscamos compreender, a

partir da análise do “Livro de décimas urbanas” (ARQUIVO, 1930b), como foi a evolução patrimonial desse intelectual.

Precisamos considerar algumas questões. A primeira é que poucos destes livros foram encontrados no Arquivo Público Municipal; assim, não tivemos uma série completa de anos que nos permitisse um estudo mais detalhado. A segunda questão é que nem todos estavam em condições mínimas de manuseio e, por fim, alguns destes livros não possuíam os nomes Arnold Silva e Bernardino Bahia. Então, conceituemos e entendamos as origens da décima urbana e, adiante, façamos uma análise dos bens do Sr. Silva. Segundo Piccolotto:

A Décima Urbana foi o primeiro imposto predial, estabelecido para a Corte e principais vilas, cidades e lugares notáveis da faixa litorânea, pago à Fazenda Real, correspondendo a 10% do rendimento líquido de todos os bens de raiz, incidindo sobre proprietários e inquilinos, com exceção daqueles pertencentes às Santas Casas de Misericórdia.[...] Para fins de tributação, resultou no arrolamento, em livro específico, de todos os prédios circunscritos no perímetro urbano, então definido para tanto, bem como na primeira numeração dos edifícios da cidade. Nesse sentido, contém informações preciosas sobre a localização dos imóveis, seus proprietários, inquilinos (em caso de imóvel de aluguel), tipologias, finalidades, usos e valor (do prédio e do aluguel). (BUENO, 2005, p. 61).

A Décima Urbana tornou-se “sinônimo de área urbana, logo, presta-se de maneira exemplar à reconstituição da sua tessitura” (BUENO, 2005, p. 62). Nela, podemos compreender para além dos números, percebendo relações de distância e proximidade, como no caso de Arnold e Bernardino, valorização de determinadas áreas de uma cidade e o processo de crescimento de dada urbe.

A partir da análise do “Livro de décimas urbanas” do ano de 1930, podemos inferir que Arnold Silva foi o principal beneficiário do Cel. Bernardino Bahia, haja vista que o seu sogro lhe deixou averbado “uma casa na rua Manoel Victorino, duas casas na rua General Osório, três residências na Praça Dr. Remédios Monteiro e quatro casas na rua do Mercado, totalizando dez imóveis” (ARQUIVO..., 1930b, p. 27-28). Não consideramos os outros seis imóveis (situados nas ruas da Misericórdia, Voluntários da Pátria, Barão de Cotegipe e Conselheiro Franco) que foram adquiridos pelo Cel. Silva a partir dos livros consultados em 1924 e 1925. Os imóveis citados ficavam situados em regiões centrais da cidade com alto valor comercial, a basear-se pelos valores declarados no citado “Livro de décimas urbanas” e que este livro não registra propriedades adquiridas na zona rural, embora Cel. Silva fosse pecuarista.

Arnold, durante os sete anos que esteve envolvido diretamente na vida pública, efetivou, na prática, o pensamento veiculado por ele nos mais diversos segmentos sociais e

contribuiu para melhorias na vida de parte da população; mas também, para consolidar os interesses de uma oligarquia que durante anos compunha o grupo político que geria o poder econômico/administrativo na urbe. Além disso, foi um liberal conservador que, na mesma proporção em que trouxe mudanças urbanas, conseguiu manter seu *status quo* de capitalista e representante dos interesses da oligarquia, sem modificar radicalmente o quadro social da população feirense. No próximo capítulo, veremos como esse ideário de progresso propagou-se nas suas atuações no papel organizador da cultura feirense.

3 O ÓPIO DO PODER: AS RELAÇÕES DE ARNOLD SILVA COM A ARTE, A FILANTROPIA E GRUPOS SOCIAIS DE FEIRA DE SANTANA

Neste terceiro capítulo, trataremos de identificar a presença e as relações de poder de Arnold Silva estabelecidas no campo da arte através de sua atuação no grupo de teatro *Taborda* e no Lítero-Dramático *Rio Branco*, na gestão de uma das principais filarmônicas da cidade, a *25 de Março*, onde ocupava os cargos de orador e presidente. Já no tocante aos grupos sociais, destacaremos o diálogo deste homem das letras com segmentos mais populares da sociedade, por meio dos cargos ocupados à frente da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, principalmente como presidente, da Santa Casa de Misericórdia, como provedor, e da atuação enquanto rábula, defendendo pobres no tribunal do júri da comarca de Feira de Santana.

Começamos nossa discussão com o objetivo de entender a relação entre a atuação dramaturgical de Arnold e a prática/discurso de progresso, gestada de forma embrionária na cidade princesa. As atividades desenvolvidas no *Grêmio Taborda* e no *Rio Branco*, lugares de atuação desse intelectual durante o período estudado, são importantes para percebermos como as novas sociabilidades ancoradas nas ideias de civilidade vão se desenvolver no meio social feirense e como o discurso de Arnold reverberava no quadro cultural da urbe sertaneja.

3.1 A PEDAGOGIA DA ARTE: A ATUAÇÃO INTELECTUAL DE ARNOLD SILVA NOS GRUPOS LÍTERO-DRAMÁTICOS

Um espírito civilizador sobre uma sociedade ordeira e em franco progresso, esse era o quadro desejado pela grande maioria dos grupos políticos dirigentes e dos intelectuais brasileiros na transição do século XIX para o XX. As mudanças de caráter físico nas cidades e, também, nas práticas urbanas dos sujeitos nelas inseridos eram duas frentes que se complementavam em torno da missão de colocar o Brasil na condição de país desenvolvido e de terra em franca prosperidade. Contudo, para a realização desta tarefa, era necessário utilizar-se de uma pedagogia que tivesse o apelo e a linguagem adequados para educar a população, então a arte apresentava-se como uma eficiente mensageira desta causa.

Uma das formas de arte utilizada também para propagar os anseios das classes dirigentes foi o teatro³⁵. Esta manifestação artística, principalmente nos grandes centros citadinos, difundiu, no início da Primeira República, através de seus roteiros encenados, valores em torno da pátria, moral cristã, família, cidadania, etc.; e preparou intelectualmente

³⁵O teatro também foi utilizado como forma de expressão da liberdade, criticando abusos de governos e instituições e como instrumento de resistência a regimes ditatoriais, como foi no caso da ditadura civil-militar no Brasil a partir de 1964.

muitos jovens, oriundos de famílias ricas e influentes, que futuramente iriam comandar a política em importantes cidades brasileiras, com Feira de Santana não foi diferente.

A conjuntura econômica vivida em Feira de Santana na transição do século XIX para o XX foi propícia ao desenvolvimento cultural da cidade, que experimentou um período de significativo fervor para a intelectualidade feirense. Grupos teatrais surgiram³⁶, “a exemplo do Grêmio Dramático Familiar, do Grêmio Dramático União Caixeiral e do Grupo Dramático Taborda” (SAMPAIO, 2000, p. 15); novas construções foram edificadas e prédios escolares fundados. A isto, some-se a “construção de praças públicas, o incentivo às reuniões sociais, os vários recitais no teatro, as representações das filarmônicas, as festividades religiosas, acompanhadas sempre de folguedos” (SAMPAIO, 2000, p. 15).

O Taborda, segundo Maria Izabel Sampaio, foi o que mais tempo atuou na cidade, “desenvolvendo suas atividades desde 1906 até 1934” (SAMPAIO, 2000, p. 36). Este era um grupo dramático amador, “composto por pessoas notáveis da elite feirense, realizando suas reuniões no Cineteatro Santana, no qual também encenavam vários espetáculos” (SAMPAIO, 2000, p. 45-46). O trabalho desta companhia, e também das outras, estava ancorado em três importantes pilares: estudos, disciplina e filantropia. Estas bases, por sua vez, auxiliariam na construção de uma sociedade civilizada, ordeira e progressiva.

O primeiro dos pilares era um dos antídotos necessários para combater a ignorância e o atraso, representados pelo analfabetismo e o ócio. O ato de estudar preparava intelectualmente uma juventude que, em um futuro breve, iria gerir os destinos da urbe, por isso, até no lazer, no caso o teatro, fazia-se necessário refinar os espíritos e difundir o novo, moderno e urbano. Uma nota do Jornal *Folha do Norte* apresenta esta preparação intelectual do grupo Taborda:

[...] Nesta época de ambições, de egoísmos, de interesses desenfreados, nesta época que se impõem as conveniências subalternas e é raro ver-se um tipo, inatingido pela onda de lama e de ambição, dedicar suas energias ao bem da coletividade, nesta época sobressaem e refulgem visões como essa da gente nova do Taborda, com seu trabalho e seu estudo – noites e noites de aula e de ensaio – levantando o nível em que está colocado o nome e a fama deste povo e desta terra, que nós desejamos ver grande, ver maior, intelectual e materialmente falando. [...] Estas peças eram estudadas e ensaiadas em aulas noturnas, nas quais também, de acordo com os Estatutos, se estudava literatura e história universal (GRUPO..., 1912, p. 1).

Os jornais, nos primeiros trinta anos da República, especialmente o *Folha do Norte*³⁷, faziam análises sobre a qualidade das peças em cartaz (inclusive de outros grupos de teatro)

³⁶Não é pretensão deste trabalho mapear e apresentar todos os grupos teatrais, grêmios lítero-dramáticos e filarmônicas que configuraram o metiê cultural da cidade, mas analisar a partir dos quais Arnold Silva participou, as relações de poder e o discurso de progresso.

³⁷Único a publicar de forma regular desde a sua fundação.

na cidade, o que influenciava sobremaneira a presença do público nos espetáculos. Para além da crítica no que diz respeito aos predicados das encenações, podemos observar a preocupação do jornal no tocante a erros oriundos do domínio da língua, fruto de leituras desatentas:

Grêmio Arthur Azevedo

[...] Esta peça não deixa de ter alguma beleza; está, entretanto, condenada ao rol dos dramalhões que tiveram sua época no século passado e que no espirituoso dizer de um cronista, levavam o burguês ao teatro... para chorar.

[...] Quase todos os amadores devem prestar mais um pouco de atenção às partes, evitando incorreções de linguagem que os autores não escrevem. Nesta falta - diga-se entre parênteses – estamos vendo constantemente caírem moços não só do Arthur Azevedo mas também do outro grupo dramático desta cidade.

[...] A encenação foi pobre e, confessemos, descuidada. Isto, aliás, é desculpável, atendendo-se aos múltiplos afazeres do Dr. Sinval do Nascimento que acumula as funções de diretor de cena, contra regra e cenógrafo. (TEATRO..., 1912, p. 1).

O teatro era visto como uma forma de entretenimento não profissional, mas um lazer necessário para combater o ócio que poderia levar à vadiagem, por isso, quão melhor a qualidade do espetáculo, maior seria o êxito na mensagem difundida por este mecanismo de integração entre o lazer e a aprendizagem no Brasil da Primeira República. A disciplina apresenta-se enquanto um outro pilar ao fazer-se presente na definição de espaços (cineteatro Santana), horários e conteúdos para as encenações, que “valorizam a dignificação do trabalho em detrimento da preguiça, a valorização da família como instituição formadora de costumes e o culto à civilidade dentre os paradigmas morais criados pela nova ordem burguesa” (SAMPAIO, 2000, p. 43).

No tocante ao último pilar, a filantropia, exercida pelos grupos de teatro e lítero-dramáticos, entre eles o Taborda, além de promover a difusão dos ideais cristãos de caridade e de exercício da cidadania através do auxílio a instituições beneméritas locais, usava as peças teatrais para ressaltar valores da família, a moral e os bons costumes, assim como ajudar a demarcar os lugares dos sujeitos na sociedade, como no caso da mulherfilantropa, marcando presença nas causas sociais, conforme relata a notícia abaixo:

Grupo Taborda

Oferecida a exibição à sociedade 25 de março, a banda musical desta sociedade compareceu em uniforme de gala, executando, nos intervalos, maviolos e aplaudidos trechos. O teatro estava repleto brilhando o elemento feminino. (GRUPO..., 1912, p. 1).

O espaço teatral neste contexto é “revelador de uma convivência aparente, onde as pessoas buscam demonstrar o que lhes convêm, de forma planejada, teatralizando suas ações a fim de seduzir seus pares” (SAMPAIO, 2000, p. 8), ou seja, conquistar a população em torno

dos ideais da civilidade e do progresso. Assim, o Taborda alcançou prestígio junto à comunidade feirense pelas diversas peças em favor das mais diferentes instituições educadoras e beneficentes e no destaque dado pelo *Folha do Norte*, como um grupo com as melhores apresentações e, conseqüentemente, maior público:

Contraindo, como contraímos, com este mesmo público, o compromisso de dar representações que somente visassem beneficiar coisas e instituições da terra, sem a menor jaça de partidarismo de qualquer espécie, ou outra intenção que ferisse a honestidade do nosso *desideratum*, íamos seguindo a nossa rota. Do que temos feito falem o digno vigário Tertuliano Carneiro da Silva e a ilustre comissão das obras das torres da Matriz; fale a diretoria do Asilo N.S de Lourdes; fale a diretoria da sociedade 25 de março... Prosseguimos. (O GRUPO..., 1912, p. 1).

O *Folha do Norte* dava maior ênfase ao Taborda por este ter sido criado por Tito Ruy Bacellar (FERNANDES, 2013, p. 80), proprietário do periódico e por Arnold Silva, um dos seus articulistas, atuar nele. Além disso, é muito provável, mesmo tendo negado na citação acima, que o grupo tenha servido de instrumento político na propagação do que era civilizado e moderno a favor dos interesses do Sr. Bacellar, em uma luta contra seu adversário político, Abdom Alves. O jornal veiculou diversas vezes durante os anos de 1911 a 1913 (período eleitoral e de início de novo governo), notícias e críticas favoráveis do Taborda, destacando-o dos demais, sendo o único grupo a receber homenagem do periódico em questão com uma fotografia na capa e um editorial intitulado de: Homenagem Justíssima enaltecendo suas atividades (HOMENAGEM..., 1912, p.1).

Devido à ausência do estatuto e dos livros de Ata, não foi possível precisarmos durante quanto tempo, nem o início e o término da participação do jovem Arnold no Taborda. Contudo, percebemos a presença do caçula dos Silva em um manifesto (assinado pelos sócio-fundadores e demais membros do grupo) contra a postura da Santa Casa de Misericórdia, proprietária do Cineteatro Santana, em exigir as chaves deste espaço e disponibilizando estas apenas 8 dias antes da apresentação, o que leva à suspensão temporária das atividades e à indignação do grupo com aquela atitude:

[...] Mais tarde, quando não mais presidir no sentimento dos homens o amor regressivo, tão ligado às almas pobres, essas almas que não podem, coitadas, compreender as grandes visões e as grandes miragens que iluminam o horizonte da mocidade, mais tarde é possível que voltemos à obra de trabalho e engrandecimento local.

[...] Feira de Sant'Anna 03 de maio de 1912

Miguel Araújo, Arnold Silva, Ismael Bastos, José Guimarães Suzarte, Dálvaro Silva[...] (O GRUPO..., 1912, p.1).

No ano de 1934, provavelmente muitos anos depois da atuação de Arnold no Taborda, o jornal *Folha da Feira* dá destaque a homenagens feitas pelo grupo ao então deputado constituinte:

Grêmio Taborda

Será realizado definitivamente no próximo dia 17 do corrente, o grande festival dramático do aplaudido Grêmio Taborda, desta cidade, sendo encenado, a rigor, o drama intitulado O FILHO DO ADULTÉRIO, e a interessante revista de costumes regionais, “NOITE DE SÃO JOÃO” ou “MORENA FLOR DO SERTÃO”. Esse festival que será em homenagem ao insigne deputado feirense Arnold Silva, ex-elemento de valor desse grêmio, promete o máximo esplendor possível. (GRÊMIO..., 1934, p. 4).

A participação de Arnold no grupo de teatro durante sua juventude junto com a produção escrita no semanário o qual fundou foram os primeiros passos da preparação intelectual e atuação deste sujeito na vida cultural da cidade. O seu envolvimento nos segmentos artístico-culturais da cidade prosseguiu através do Grêmio Lítero-Dramático Rio Branco. Segundo Santos (2012, p. 72), estes, pelo viés de “atividades diversas (recitais de poesias, saraus, conferências e apresentações dramatúrgicas), assumiam uma ação pedagógica, seja pelo uso ‘das belas letras’, seja ‘pela arte dramática’, além de proporcionarem momentos de descontração e a difusão de uma perspectiva cultural”, assim como promoviam a difusão de hábitos e costumes contribuindo para afirmar os valores progressistas, morais e civilistas em Feira de Santana.

Assim, “nos encontros, faziam recitais de poesias, também chamados de ‘a hora literária’, palestras, concursos de poesias e, de vez em quando, algumas encenações teatrais. Geralmente os conteúdos dessas ações culturais giravam em torno de temáticas sobre a moralidade, o civismo, a cidadania, a civilidade e o progresso” (SANTOS, 2012, p. 73). O jornal *Folha do Norte* traz nota sobre o funcionamento deste grêmio:

Vai funcionando regularmente essa novel associação, composta de moços do comércio e destinada a despertar, entre eles, o gosto pelas letras e pelo estudo. Às terças, quintas e sextas, à noite, o Vigário Tertuliano Carneiro disserta aos associados sobre pontos de linguagem e, aos sábados, o nosso ex-colega de redação Arnold Silva lhes faz uma palestra histórica. Oxalá prossigam e progridam os jovens do Rio Branco. (GRÊMIO..., 1913, p. 1).

Por que educar os moços do comércio? Porque as principais atividades mercantis ocorriam predominantemente no centro e este era o coração do desenvolvimento da urbe feirense. Assim, a necessidade de promover o civilizar, o educar, parte do ponto principal de adiantamento da cidade, que é o comércio. Os governantes que precedem Arnold e ele

também, durante o período estudado, buscam disciplinarizar o comércio em todas as suas facetas, definindo lugares, criando códigos de posturas, etc. O maior número possível de sujeitos envolvidos nesse espaço tem que ser educado, para que suas práticas não divirjam do que foi modificado. Por isso, o processo de disciplinarização das práticas urbanas precisava estar concomitante com as mudanças físicas.

Trazer a leitura, o conhecimento, possibilita a superação de uma condição atrasada, a do analfabetismo e da ignorância. Não há progresso material sem o progresso intelectual de forma concomitante e articulada, e a cultura é um elemento necessário para articulação entre estes dois polos. Assim, Arnold envolveu-se com as mais diversas formas de manifestação deste elemento de ligação (a cultura).

Arnold, através da participação no Grêmio Rio Branco, poderia provavelmente estabelecer uma rede de relacionamentos com outros intelectuais, de troca de ideias, fomento de debates, difusão de mensagens a partir de instituições de prestígio (como a Igreja Católica) e a construção de uma cidadania a partir de princípios tanto científicos, como os propalados pelos bacharéis, como morais, defendidos pelos educadores citados no fragmento:

O “Grêmio Rio Branco” em atividade

A esforços do seu atual presidente, nosso distinto conterrâneo cirurgião-dentista Juventino A. Rogério Pitombo, está em franca atividade o Grêmio Rio Branco, excelente ponto de reunião instrutiva e útil, fundado, há anos, para a mocidade feirense, pelo também nosso apreciável conterrâneo Sr. Marinósio Mello.

As salas do grêmio, que continua instalado à rua os Remédios n. 27, abrem-se, todas as noites, para estudo, palestra moralizada e convívio proveitoso. Na terça-feira dissertou, ali, com eloquência, sobre pontos de história universal, o ilustre Sr. Dr. Mário Portugal; anteontem discorreu admiravelmente, em torno de assuntos vernáculos, o competente sr. dr. Gastão Clóvis; e hoje é possível que se faça ouvir, pelos moços da utilíssima corporação, a propecta educadora prof^a. Isaura Paiva.

Essas preleções continuarão, em dias alternados, estando convidados para isso, entre outros, os srs. Dr. Auto Reis, padre Bráulio Seixas e prof. Geminiano Costa. Mas o Rio Branco pretende ir além: convocar os intelectuais da terra para uma serie de conferencias, que breve terá início. (O GRÊMIO..., 1918, p. 1).

Os indícios para esta formação de uma rede de intelectuais e suas partilhas e trocas de pensamentos partem muito provavelmente de três possibilidades. A primeira, conforme pôde ser constatada, pela proposta de se convocar os intelectuais da terra no auxílio das atividades desenvolvidas no grêmio. A segunda, pela suposta aproximação e diálogo entre estes pensadores que não se limitava ao espaço do grêmio, mas estendia-se até a residência de um dos mentores do Rio Branco:

Teve grande solenidade a sessão de posse da nova diretoria do Grêmio Rio Branco, efetuada no último sábado, às 21 hs, na sede de tão útil agremiação.

Estiveram presentes representantes de várias agremiações locais e muitas exmas senhoras e senhorinhas, além de pessoas gradas, fazendo-se ouvir, durante o ato, bem ensaiado grupo musical.

Falaram os srs. cirurgião-dentista Juventino Pitombo, dr. Gastão Clóvis de Souza Guimarães, Marinosio Mello, acadêmico Guillardio Cohim e Alvaro Rubem, seguindo-se à sessão uma “hora literária”.

Na residência do cirurgião-dentista Juventino Pitombo, esforçado ex-presidente do “Rio Branco”, até onde o acompanharam seus consócios, foi servido profuso copo d’água. (JORNAL..., 1919c, p. 1).

Como último indício, o grêmio atraiu um número significativo de intelectuais que representavam diferentes grupos/instituições sociais (padres, médicos, jornalistas, professores) e que, a partir dos temas mais diversos, buscavam reafirmar valores e conhecimentos, sendo constantemente noticiado pela imprensa:

O Grêmio literário “Rio Branco” teve no último sábado um dos seus grandes dias. Perante vultosa e distinta assistência na qual se destacaram muitas exmas famílias, a nossa talentosa conterrânea prof. Rosalva Leite Fiuza leu belíssima página de civismo, bordada em torno de seu tema altamente sugestivo: “Amor da Pátria”; fez-se ouvir em seguida, fluentemente, o ilustre engenheiro Britto Araújo, que falou da “Mulher”, e por fim, o rvdmo. Padre Braúlio Seixas, revelando mais uma brilhantíssima face do seu talento d’eleição, recitou lindo poemeto da sua lavra.

O livro de presença do Rio Branco registrou nesse dia, além de outras, as seguintes assinaturas: Juventino A. Pitombo, Miguel Araújo, Marinosio Mello, padre Braúlio Seixas [...] prof. Edith Mendes da Costa, dr. Genésio da Silva, dr. Gastão Clóvis Guimarães, Maria Rosalina Pitombo e Arnold Silva.

Hoje falará naquele “Grêmio”, a exma. Sra. D. Maria Rosalina Pitombo, que escolheu o tema “Educação dos filhos”. Seguir-se a uma “hora literária”.

No próximo sábado far-se-á ouvir a prof. Amélia Brito. (JORNAL..., 1919a, p. 1)

A formação dos grêmios em uma sociedade na qual as escolas, fossem elas públicas ou privadas, eram escassas, era a demonstração da tentativa de educar de forma alternativa os poucos aptos a participar daquelas atividades. O olhar na educação é especial para o homem, pois atribui-se a este a tarefa de capitanear o progresso e o desenvolvimento da sociedade, seja como autoridade máxima no lar ou no exercício de sua profissão. O espaço do grêmio é um lugar simbólico de construção intelectual, de definição de poder, de ditames de um processo ainda que tímido de modernização.

O núcleo da intelectualidade feirense marcou presença nesses espaços, tendo como ápice as palestras, e mesmo com experiências, formações e posicionamentos políticos diferentes, estarão envoltos em um mesmo projeto, tornar a cidade cada vez mais adiantada. Para isso era necessário que esta pequena parcela da população, de onde deveriam emergir os futuros dirigentes da sociedade, conhecesse a sua história, os vultos que auxiliaram na formação de sua identidade, seus feitos e datas importantes, através de uma formação ampla e

diversa nos grêmios, que buscavam desta forma a construção de uma história e *modus vivendi* republicano:

Os sábados do “Grêmio Rio Branco”

Reorganizou-se, reabriu suas salas e está em pleno desenvolvimento o “Grêmio Rio Branco”, excelente ponto de reunião proveitosa e utilíssimo centro de instrução, que alguns conterrâneos nossos oferecem à mocidade feirense. Mantendo uma pequena e escolhida biblioteca, sustentando cursos de inglês, francês, português, aritmética, geografia e história, o Rio Branco abriu, entre os intelectuais da terra, uma série de conferências e palestras sobre assuntos vários.

No próximo sábado é provável que o nosso companheiro de redação Arnold Silva relate cousas da Feira (suas datas, seus pro-homens, sua imprensa). (OS SÁBADOS..., 1918, p.1).

Durante a análise das matérias registradas pelo *Folha do Norte*, identifiquei que não eram apenas os grupos de teatro e os grêmios lítero-dramáticos, que exerciam a pedagogia da arte, haja vista que eles não tinham regularidade em seu funcionamento, mas que também outras instituições imbuíram-se da missão instrutiva, a exemplo da Filarmônica 25 de Março, organização musical na qual Arnold Silva teve atuação.

3.2 “A FANFARRA DO PODER”: AS FILARMÔNICAS FEIRENSES COMO LUGARES DE CONSTRUÇÃO E REPRODUÇÃO DO PODER POLÍTICO

Este subtópico pretende analisar a participação de Arnold Silva na Filarmônica 25 de março, através de sua atuação como orador e presidente. As agremiações musicais estavam presentes nos principais eventos sócio-políticos ocorridos na terra de Sant’Anna e estes, na maioria das vezes, serviam como difusores dos ideários de civilidade, progresso, moral, civismo, afirmados com caráter nacionalista, que deveriam ser apreendidos pela “Princesa do Sertão”. Assim, neste subtópico, ao problematizarmos a atuação de Arnold na 25 de Março, entendemos tal agremiação como centro de sociabilidades e espaço de relações de poder.

Inicialmente, é necessário que apresentemos uma definição para filarmônicas, suas origens e seus objetivos e tratemos rapidamente da atuação destas na sociedade feirense no início do século XX. Em seguida, voltemos nosso foco para a atuação da 25 de Março através da imprensa local, e os motivos que levaram Arnold Silva a participar desta entidade musical, bem como as atividades desenvolvidas por este intelectual na agremiação cultural em questão.

De acordo com Cazaes (2014, p. 15-16):

As filarmônicas são sociedades civis que surgiram ao longo do século XIX no Brasil, essas instituições mantinham uma banda de música e uma escola musical. A função da última não era restrita à aprendizagem de um instrumento, a prática

musical também era utilizada para conscientizar os alunos sobre a relevância da preservação cultural.

Tais grupos musicais, além do nome já citado, também passaram a ser alcunhados por Lira e Corporação e os termos banda de música e filarmônica referem-se a duas distintas e independentes corporações musicais. Sobre esta diferenciação Cazaes afirma que:

O primeiro diz respeito aos conjuntos musicais das corporações militares e o segundo às sociedades civis, com sede, estatuto e sócios. O termo filarmônica é oriundo de dois vocábulos '*philos*' que quer dizer amor e *harmonikos*, harmonia, significando “amor à harmonia”, “amor à música” ou “amantes da música. (CAZAES, 2014, p. 15-16).

As sociedades filarmônicas e as corporações musicais alicerçaram e consolidaram um lugar de destaque na vida musical urbana, cívica e militar do povo brasileiro no decorrer da última metade do século XIX e no princípio do século passado. A música ganhou importância na constituição da cidade e do viver urbano a partir do “trabalho dos músicos dessas bandas marciais civis” (LEAL, LEAL, MOREIRA, 2009, p. 274). A propagação dessas agremiações musicais ocorreu em diversas unidades da federação brasileira. Charles Santana nos informa que “sobretudo em Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe sua presença no universo musical fazia-se consistente, com pessoas debruçando-se na janela ‘só para ver a banda passar’ ” (LEAL, MOREIRA, 2009, p. 274).

Na Bahia e, mais especificamente, em Feira de Santana, essa musicalidade também tinha espaço. O trio de filarmônicas feirenses era formado pela: 25 de Março, a primogênita; a Vitória, fundada pelo Pe. Ovídio³⁸ e a Euterpe feirense, fundada em dezembro de 1921. A Sociedade Filarmônica 25 de Março iniciou seus acordes em 25 de março do ano de 1868, graças à sintonia e afinação de pessoas que ocupavam lugar de destaque no quadro político, econômico e cultural da cidade³⁹, logo caindo nas graças da população local, participando de importantes eventos, não só de Feira, mas da região.

³⁸Nome de praça, colégio, busto e comenda municipal, foi assim que Ovídio Alves de São Boaventura foi homenageado pelos seus conterrâneos feirenses. Nascido em 23 de julho de 1842, foi ordenado sacerdote em 21 de agosto de 1864 e seu paróquio de Sant'Ana foi entre 1865-1886. Fundou a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, a Escola Sant'Ana, o Orfanato Asilo Nossa Senhora de Lourdes, o Montepio dos Artistas Feirenses, a Sociedade Filarmônica Vitória, a Associação de Nossa Senhora das Vitórias e a Associação das Senhoras da Caridade do Asylo de Lourdes. Concebeu a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, em 25 de março de 1879. Faleceu em 1886.

³⁹ João Manoel Laranjeira Dantas, Eduardo Franco, Afonso Nolasco, Antônio Joaquim da Costa, Alípio Cândido da Costa, José Pinto dos Santos, Joaquim Sampaio, Francisco Costa, Galdino Dantas, Juvêncio Erudilho, José Nicolau dos Passos, Alexandre Ribeiro, Joviniano Cerqueira, Pedro Nolasco Nêu e Tibério Constâncio Pereira.

Estes grupos musicais marcaram presença em muitos eventos de natureza política, cultural e religiosa ocorridos na urbe feirense. Segundo Renan Oliveira:

Sua presença era marcante nos festejos da Padroeira e as definições dos dias delas tocarem se dava a partir de sorteio realizado pela comissão do festejo. Tocar durante as celebrações a Sant'Ana só fortalecia ainda mais o vínculo destas filarmônicas com o catolicismo. Todas elas tinham seu santo patrono para proteger e guardá-las em todas as situações cotidianas. O Santo Padroeiro da filarmônica 25 de Março era o Coração de Jesus; da filarmônica Vitória, Nossa das Vitórias e da Euterpe Feirense, Cosme e Damião. (OLIVEIRA, 2014, p. 117).

Era de fundamental importância para os dirigentes locais fomentar as diversões na praça da matriz, um dos locais mais concorridos para o entretenimento, incentivando que as relações sociais de caráter urbano fossem se sobrepondo às práticas provincianas. Conforme Santana:

Os coretos eram o espaço apoteótico. Neles, as filarmônicas conviviam com políticos, religiosos, poetas. Um território semelhante a uma síntese possível do urbano e de lutas pelo domínio na cidade. Muitas vezes colados à Igreja Matriz, próximo à feira, eles eram motivo e palco de sonoras disputas em público, como a tentar estabelecer uma sintonia entre os poderes terreno, celestial e musical. (SANTANA, 2016, p. 5-6).

Marcar presença nos festejos da padroeira da cidade era uma tradição, ainda mais para as filarmônicas, que viam nesse festejo uma forma de venerar Nossa Senhora de Santana, e demarcar território em um espaço de lutas por visibilidade, pois cada filarmônica tentava superar as demais durante a participação no novenário.

A mais antiga das filarmônicas feirenses apresenta em seu Estatuto (FILARMÔNICA..., 1921, p.1) enquanto finalidades:

Cultivar e desenvolver a arte municipal, formando dentre os seus associados uma banda de música e socorrer os sócios que por moléstia ou qualquer outra circunstância prevista no Estatuto se declarem impossibilitados de promover os meios de sua subsistência.

E também outras informações gerais:

A sua sede é nesta cidade de Feira de Santana, em edifício próprio à rua Conselheiro Franco n° 69. Tempo de duração ilimitado. A Sociedade é dirigida por um Conselho administrativo composto de sete membros eleitos anualmente pela Assembleia geral. (ARQUIVO... 1921, p.1).

A Filarmônica 25 de Março tinha como objetivo promover a cultura e o entretenimento pela música sem esquecer-se dos seus associados. Os passeios, as tocatas

musicais nos festejos de carnavalescos, nos desfiles cívicos, nos bailes colegiais e nas atividades beneficentes, realizadas em favor de alguma instituição filantrópica, caracterizavam um dos seus objetivos: garantir ao povo feirense e o das regiões circunvizinhas a diversão dos espíritos e a comunhão do bem-estar social pelo viés da música, conforme é relatado no jornal:

Realiza hoje a distinta e simpatizada Sociedade Filarmônica 25 de Março a sua festa campestre, conforme notícia que demos na edição passada.
 Às 4 horas da tarde desfilará a filarmônica do seu edifício, dirigindo-se à chácara do major Juvêncio Erudilho.
 O local escolhido, além de pitoresco e arborizado, está preparado com as necessárias acomodações para as exmas. famílias.
 Não há convite especial; essa diversão foi organizada, nem só para os sócios da “25” como também para todas as pessoas que se dignem honrá-la com suas presenças.
 É mais uma festa que proporciona a “25” ao povo desta cidade (VIDA..., 1938, p.1).

A notícia é originalmente de 1905, do jornal *O Progresso*, e foi reproduzida por Arnold Silva na *coluna vida feirense*, em 1938. Neste relato dos primeiros tempos da República, a atividade promovida tinha como intuito alcançar as famílias e, assim, pelo viés da diversão, educar a todos aqueles que fossem dignos. Outro aspecto importante a ser observado é que, provavelmente, além deste evento, muitos outros foram realizados na chácara do tio de Arnold e que ele, durante sua infância, conviveu com atividades desta instituição em que alguns de seus parentes próximos desenvolviam atividades. Tal experiência certamente estimulou o seu ingresso na Sociedade 25 de Março ainda com 18 anos em 1912.

Por tratar-se do contexto da *belle époque* e da necessidade republicana de apagar, negar e silenciar a cultura negra que trazia os resquícios do passado monárquico escravocrata, a forma de diversão (festa campestre, concertos, etc.), instrumentos, trajes e, principalmente, a música que educaria os novos sujeitos/cidadãos a partir dos ideais de civilidade eram no padrão do velho mundo, ou seja, a Europa. Podemos constatar isso em uma notícia veiculada pelo *Folha do Norte*:

Soc. 25 de Março Relação das partituras executadas durante os festejos a N. Senhora Santana, pela banda musical da Sociedade 25 de Março, em janeiro de 1923:

Primeira Noite, em 22:

1. Duetto Concertanti – J. do E. Santos, fantasia.
2. Fantasia Portuguesa Nº 4 – J. Alvarenga.
3. O Pequeno Carlos – J. Cameller, bolero.
4. Raul Silva – E. Conceição, bolero.
5. Fantasia Nacional Nº 1 – S. Canôa.
6. Lucia Lammemoor – Verdi, opera.
7. Confidente – Conceição, polca.
8. Edna.
9. Canto da Serra – fantasia nacional.
10. O Furioso – fantasia, (solo de soprano). (SOCIEDADE..., 1923, p.1).

Manter relações próximas com o poder político e econômico da cidade e, através destes, pelo viés do subsídio econômico, manter-se em plena atividade era um dos objetivos das filarmônicas e, também, da 25 de Março. Na realidade, existia uma relação de jogo de interesses, uma vez que as instituições tinham prestígio na cidade e sua pedagogia da arte era efetiva no processo de construção de um *modus vivendi* republicano. Algumas pessoas buscavam as agremiações musicais com o intuito de promover seus interesses sociais, políticos, econômicos e de estreitar suas relações com outras instituições sociais com as quais estas agremiações musicais tinham uma considerável proximidade, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia, do Montepio dos Artistas Feirenses, etc. Um exemplo dessa aproximação dos donos do poder (político, intelectual, econômico) na cidade, junto à Filarmônica 25 de Março, pode ser constatado na composição de seu corpo diretivo publicado pelo *Folha do Norte*:

Sociedade 25 de março
 Presidente - Cel. Bernardino da Silva Bahia
 Vice-presidente - João Martins da Silva
 1º Secretário - Arnold Silva
 2º Secretário - Filinto Marques Cerqueira
 Tesoureiro - Pharmaco. José Alves Boaventura
 Orador - Dr. Auto Reis
 Comissão de contas - Maj. Silvino dos Santos Ramos [...] (SOCIEDADE..., 1912, p. 1).

Com exceção feita a Arnold Silva, todos os integrantes da alta cúpula da sociedade 25 de Março estavam ocupando ou tinham ocupado cargos públicos no município, enquanto conselheiros municipais, presidente do conselho, prefeito, além de serem figuras bem sucedidas economicamente. Conforme observa Anderson dos Santos:

Para os homens de elite, as filarmônicas, e demais associações locais mostravam-se como termômetros de seu prestígio e de sua popularidade, sendo peças importantes para compreender as especificidades dos sujeitos políticos e perceber suas relações com a sociedade. (SANTOS, 2009, p. 27).

Ao contabilizar a participação de um maior número de pessoas influentes, também por ser a mais antiga, essa filarmônica contou com um tratamento diferenciado por parte da imprensa, especialmente a *Folha do Norte*, uma vez que esta a tratava como uma filarmônica requintada. Esta instituição musical foi “articuladora dos principais políticos da cidade configurando-se enquanto espaço de relações de poder, no qual por meio de atividades

socioculturais foram difundidos os propósitos políticos dos grupos dirigentes da cidade e se articulavam com outras diversas instituições” (SANTOS, 2012, p. 57).

No tocante à atuação de Arnold Silva nessa Sociedade musical, ele ocupou por duas vezes o cargo de 1º secretário (1912 e 1913), tesoureiro (1914), orador e presidente. Em virtude de muitos documentos dessa instituição, referentes ao período que estudamos, terem sido destruídos, teremos que nos ater apenas a uma breve análise de sua atuação enquanto tesoureiro e presidente da referida agremiação.

Segundo o Estatuto, competiria ao tesoureiro, entre outras tarefas, “promover os meios para arrecadação da receita” (ARQUIVO..., 1921, p.5). Isso quer dizer que, além dos cuidados com as finanças, o tesoureiro seria aquele que iria articular as atividades em prol da filarmônica, estabelecendo contatos com a sociedade nos seus mais diversos segmentos (JORNAL..., 1914). Nesse período não seria algo muito difícil, haja vista que o jovem Arnold, além de mobilizar as pessoas por meio do jornal *Folha do Norte*, participava do Montepio e da Santa Casa de Misericórdia.

Na presidência, destacamos o papel de “representar a Sociedade em juízo ou fora dele, poder outorgar mandato” (ARQUIVO..., 1921, p.6), ou seja, a imagem da filarmônica, seu crédito e prestígio davam-se em parte ao seu representante, que, mesmo sem ser músico, conseguiu fortalecer ainda mais uma instituição veterana na arte do entretenimento musical. A presença marcante nos mais diversos eventos ocorridos na cidade, as subvenções municipais ano após ano e a relação íntima da família Bahia com a filarmônica apresentam-se enquanto consequências da atuação de Arnold na referida Sociedade mesmo sendo em um período posterior à nossa baliza temporal:

Para encerramento dos trabalhos organizados pela presente diretoria, em razão de não ficar constado nas atas anteriores os melhoramentos feitos e organizados e dadas ofertas de novo instrumental e várias composições musicais, com os referentes títulos dos ofertantes.

Levado em consideração a grande e radical reforma do prédio social, internamente e externo; de um novo e moderno instrumental, pelo Sr. Arnold Ferreira da Silva, José de Barros Bahia e Carlos Arthur R. Bahia, assim dito família Bahia. (SOCIEDADE..., 1933, p.10).

Arnold envolveu-se em ações políticas, sociais, culturais e religiosas, o que possibilitou-lhe a atuação em diversos espaços (Montepio e Santa Casa) e com as pessoas dessas instituições, alargando seu carisma e prestígio, junto à comunidade, bem como, construindo relações de poder e influência nos diversos segmentos sociais, chegando ao ponto

de indicar pessoas para participar da filarmônica das mais diferentes esferas de influência; religiosos, políticos, intelectuais, aristocratas, etc.:

Foram apresentados para sócios desta Sociedade, pelo Sr. Arnold Ferreira da Silva, e aceitos unanimemente aprovados de acordo com as condições regulamentares, os seguintes: Cônego Carlos Olympio S. Ribeiro, Padre Mário Pessoa da Silva [...] Cel. Álvaro Simões Ferreira, Cel. Joaquim de Oliveira Lopes [...] Prof. Joaquim Leonidio da Rocha [...] Dr. Honorato Bonfim [...] (SOCIEDADE..., 1931, p.4).⁴⁰

A atuação de Arnold nesta filarmônica lhe propiciou, enquanto sujeito emergente em meados da década de 1910, a visibilidade necessária para tornar-se um partícipe da organização da cultura local, haja vista que instituições como essa vão para além da execução musical; representavam espaços de convivência social, que zelavam pela ordem, harmonia e disciplina (expressa desde a conservação dos uniformes e instrumentos dos músicos, ao que era tocado), para refinar a audição e os comportamentos dos sujeitos.

A filarmônica e a música eram elementos que, uma vez associados à coletividade, tinham a capacidade de auxiliar na formação dos indivíduos, seja pela reprodução de ideias e valores, seja pelo sentimento de pertença cultivado entre a tríade: sujeito, agremiação musical e comunidade. Tudo isso potencializava as relações sociais e políticas que muitas vezes eram acentuadas pela atuação das mulheres em eventos e/ou agremiações protetoras das filarmônicas, o que angariava para os seus pais e maridos uma ampliação no capital simbólico, haja vista que, para a sociedade de então, o apoio familiar é a demonstração de unidade e de sucesso.

A seguir, trataremos da atuação de Arnold Silva em outras instituições sociais da cidade e do seu exercício enquanto rábula na comarca de Feira de Santana.

3.3 QUEM DÁ AOS POBRES... O MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES E A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FEIRA DE SANTANA: TERMÔMETROS DO PRESTÍGIO DE ARNOLD SILVA

Já dizia o velho ditado popular: Quem dá aos pobres empresta a Deus! Este ato de doação, ilustrado nessa frase popular, enquanto ação de caridade e assistência aos desfavorecidos, era uma prática comum também na América Portuguesa e que atravessou o século XX em muitas cidades brasileiras, inclusive Feira de Santana. No entanto, para além

⁴⁰Ele indicou um total de 57 pessoas.

do mérito da caridade representado pelo assistencialismo desenvolvido pelo Montepio dos Artistas Feirenses e pela filantropia da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana, essa pesquisa histórica volta o olhar para tais instituições enquanto mais um dos campos de atuação política de Arnold Silva na sociedade feirense republicana do começo do século passado.

A filantropia é um elemento de aproximação dos grupos que possuíam forte poder econômico e influência política junto às classes populares, servindo de elemento de mediação entre pobres e ricos. Pretendemos explicitar as redes de solidariedades estabelecidas entre a sociedade feirense com as instituições: Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses e a Santana Casa de Misericórdia. Essas redes de solidariedades apresentavam algumas figuras da sociedade feirense que estavam associadas nestas mesmas instituições, a exemplo de Raul Silva e do Dr. Gastão Guimarães, já citados nesse estudo⁴¹. Nesse sentido, podemos pensar que essas redes de solidariedade contribuíram, também, para que alguns grupos da sociedade feirense ampliassem seu campo de atuação política e social, fortalecendo não somente as instituições que representavam, assim como a si próprios.

Para que possamos promover um exercício historiográfico sobre a temática em questão, será necessária uma discussão compreendendo a origem dos Montepios, seguido pelo nascimento desta instituição em Feira de Santana e a atuação de Arnold no Montepio feirense, principalmente através das atas referentes ao momento em que ele foi presidente, sem desprezar a articulação desta Sociedade com outras instituições na cidade. Caminho semelhante percorreremos com a Santa Casa de Misericórdia, analisando também a importância que estas instituições tinham a partir das relações sociais de poder estabelecidas na urbe sertaneja no período proposto.

A origem dos montepios remonta ao século XV na Itália, a partir da ação dos franciscanos como forma de combater a usura. Estas eram instituições de caridade e sociedades privadas de ingresso voluntário, para prover empréstimos de menor escala em condições mais apazíveis que as do mercado, em troca de uma promessa. Assim, os menos favorecidos poderiam tanto adquirir uma soma de dinheiro e penhorar suas posses para satisfazer as suas necessidades, como buscar subsídio em situação de enfermidade, cárcere ou impossibilidade de ganhar, ou ainda deixar uma pensão após o falecimento para sua família⁴².

Tânia Regina de Luca (LUCA,1990), ao investigar o mutualismo em São Paulo e Santos, identificou a presença deste desde a primeira metade do século XIX e definiu tais

⁴¹Ver capítulo I, p. 36 e 42, respectivamente.

⁴² Ver Silva (1998), capítulo II.

associações como entidades que, pelo ato de um pagamento regular feito de forma mensal, garantiam aos filiados toda assistência médica e previdenciária aos mais necessitados, fossem enfermos, idosos, viúvas ou inaptas para o trabalho, minimizando a situação destes proletários sem apreensões no tocante à estrutura social em voga, sendo esta forma de solidariedade mútua um meio de amparo a milhares de trabalhadores brasileiros.

O primeiro dos montepios baianos foi a Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia, fundada, em Salvador, no dia 16 de dezembro de 1832. Castellucci, sobre a gênese desta Sociedade, afirma que:

Nasceu como entidade laica e tinha, como critério associativo, os ofícios artesanais e não a nacionalidade, a cor, a etnia ou a religião, embora também possuísse um santo padroeiro (Nossa Senhora de Santana) e fosse proprietária de carneiros⁴³, no Cemitério da Quinta dos Lázarus, pertencente às irmandades católicas (CASTELLUCCI, 2010, p. 44-45).

A partir do pioneirismo deste Montepio, Castellucci afirmou que ocorreram desdobramentos dessa entidade mutualista no momento em que:

Outras associações foram criadas através da iniciativa dos trabalhadores, de seus patrões (caso típico das fábricas têxteis, de calçados, de cigarros e de charutos e das ferrovias), da Igreja Católica, de elementos de destaque das elites locais ou mesmo do Estado e de suas autoridades. Essas entidades congregavam operários de um ou mais ofícios, de uma empresa, de uma fábrica ou de uma oficina, de uma cidade ou de um bairro ou eram organizações étnico-nacionais – de negros e de imigrantes (espanhóis, portugueses, italianos, franceses, alemães e suíços). (CASTELLUCCI, 2010, p. 45-46).

Segundo estudo de Castellucci (2010) sobre 145 associações autodenominadas como de auxílio mútuo, beneficentes, filantrópicas e cooperativas, na capital baiana e em várias cidades do interior do estado, fundadas entre 1832 e 1930, disseminaram-se várias associações, a exemplo da Sociedade Montepio dos Artistas Nazarenos em Nazaré (1861), da Sociedade Montepio dos Artistas Cachoeiranos em Cachoeira (1891), da Sociedade Montepio dos Artistas Amargosenses em Amargosa (1895) e da Sociedade Montepio dos Artistas Iraraenses em Irará (1903). Contudo, nos interessa conhecer um pouco mais sobre a segunda Sociedade Montepia mais antiga do interior da Bahia, a Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses (SMAF), de Feira de Santana.

Quanto à SMAF e seus fins, o seu estatuto (SOCIEDADE..., 1930, p. 1) nos informa:

⁴³O termo refere-se a um tipo de construção, num cemitério, usada para sepultar várias pessoas de uma mesma família.

Art. 1º — A Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses, instalada nesta cidade de Feira de Santana, do Estado da Bahia, a 08 de Setembro de 1876, é, sem distinção de sexo e nacionalidade, uma reunião de ilimitado número de artistas e pessoas que, exercendo qualquer atividade, se interessam pelo desenvolvimento das artes e, principalmente pelo bem estar dos artífices.

Esta Sociedade foi fundada pelo Padre Ovídio, jovem de origem abastada, representante de uma prestigiada instituição social/religiosa da cidade, instalou-se na rua Direita, importante lugar comercial e de entretenimento da urbe, que atendia aos artistas, os que hoje são chamados prestadores de serviços, como carpinteiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, pintores etc., categoria social que, na transição da Monarquia para a República, era fundamental para a manutenção do desenvolvimento das atividades econômicas urbanas. A respeito da gênese desta instituição, o jornal *Folha do Norte* (1927c, p.1) relata:

Deve-se à iniciativa benéfica do piedoso varão que foi o Padre Ovídio Alves de São Boaventura a fundação desta útil associação que tão relevantes serviços tem prestado à causa de seus membros quando infelicitados e as suas respectivas famílias. A Sociedade Monte Pio dos Artistas Feirenses é uma das instituições mais vetustas da cidade, tendo sido instalada em 08 de setembro de 1876, com 25 sócios fundadores. [...] Tem edifício próprio, sito À rua Direita e, apesar de seu pequeno patrimônio, cumpre inteiramente quanto dispõe seus estatutos no tangente a socorros e auxílios.

Esta instituição tinha prestígio social, já evidenciado pelos adjetivos veiculados na nota e principalmente pelo objetivo que se propunha segundo seu estatuto (SOCIEDADE..., 1930, p. 1):

Art. 2º — A Sociedade manterá uma escola primaria gratuita para operários e filhos de operários sejam ou não associados; e aos associados que necessitarem de auxílio prestará socorro na adversidade, na moléstia, na invalidez e na morte.
§ Único: Quando o socorro de que trata este artigo se estende à família do associado falecido, em forma de subsídio segundo prescreverão os presentes estatutos, a Sociedade velará porque os beneficiários menores procurem aprender um ofício ou arte; e orientará persistente ação, no mesmo sentido sobre os menores matriculados na escola primária.

A preocupação com a instrução não era algo recorrente nos tempos do Império, mas, no alvorecer da República, essa lógica foi invertida, sendo que a instituição que se propusesse a ajudar nessa guerra contra o analfabetismo normalmente era bem vista e benquista. A garantia de acesso à escola em um contexto de escassas oportunidades em unidades de ensino é um forte indício de que esta instituição angariaria apoio e simpatia da imprensa, dos governos e das elites econômicas da cidade. Noticiar ações em prol da educação escolar, no contexto das primeiras décadas do século XX, era fortalecer a luta contra a ignorância e a

imagem de uma instituição que prima pela valorização dos trabalhadores, da família e, por tabela, de valores sociais como solidariedade, harmonia, união, pilares essenciais para a constituição de uma nação republicana. Sobre essa iniciativa de educar, narra-nos à *Folha do Norte* (1919b, p.1):

Escola dos pobres

Já se acha funcionando a escola acima, sob a regência do provecto e inteligente preceptor Geminiano Alves da costa, auxiliado pelos confrades vicentinos, no edifício do Montepio dos artistas feirenses, das 06 às 08 e meia da noite.

Uma instituição que valoriza o trabalho preocupa-se com os pobres, presta um serviço social às famílias, prepara e orienta para o mercado de trabalho e ainda movimentava a cidade com eventos culturais beneficentes que auxiliam na formação e disciplinarização de sujeitos era um lócus especial para se estabelecer relações de poder e servir como termômetro de prestígio na sociedade para figuras que almejavam um lugar na política ou para intelectuais que desejavam um espaço para efetivamente reverberar uma prática a favor do modelo de progresso. Por isso, mais uma vez, a *Folha do Norte* faz a propaganda pró-Montepio:

As agremiações operárias, no seu sentido próprio, isto é, daqueles que vivem apenas da ferramenta, sejam elas para combate ao analfabetismo, com a criação de escolas; para a luta contra a indigência, quando beneficentes, não devem desaparecer, e é da obrigação, não somente de quantos ganham o pão por aquele modo, mas também daqueles que sabem lhes dar o valor, porque eles são precisos sempre, reanimá-las, torná-las mais fortes, ampliando-lhes o campo de ação, ou criar novas, prósperas, eficientes pela sua vontade. (JORNAL..., 1927a, p. 1).

[...] Nesta urbs, onde se contam em grande número as almas dadas ao bem, os capitalistas, que em nada perdem dando o seu óbulo de caridade, o Montepio é a única agremiação do gênero e, desde quando a pequeninaeconomia do operário não vai para outra, pode caminhar para seu cofre. (JORNAL..., 1927a, p. 4).

Para que possamos entender o porquê de estar atrelado ao Conselho Administrativo SMAF, como sinônimo de poder e/ou status, para além do prestígio já citado da referida Sociedade, precisamos conhecer e problematizar algumas funções exercidas no Montepio por Arnold. Conforme Art. 17º do Estatuto da SMAF (SOCIEDADE..., 1930, p. 4), a SMAF em seu “Conselho administrativo era composto por 9 membros: 1 Presidente, 1 Vice-Presidente, 2 Secretários (1º e 2º), 1 Tesoureiro 1 Visitador 2 Recebedores e 1 Arquivista”. Além deste Conselho, a SMAF possuía um orador e uma comissão de contas composta de três membros, sendo que:

Art. 20º — Os membros do conselho administrativo e da comissão de contas, bem como o Orador, poderão ser reeleitos; todavia não continuarão obrigados a aceitar a escolha depois de 4 anos de exercício contínuo em qualquer dessas funções. (SOCIEDADE..., 1930, p. 5).

Arnold iniciou sua trajetória no Montepio no ano de 1912, aos 18 anos, como orador. A função de um orador nas instituições, de um modo geral, é a de falar em público de forma estruturada e deliberada, com a intenção de informar, influenciar ou entreter os ouvintes. Conforme o Art. 35 §1º (SOCIEDADE..., 1930, p. 1), “Ele deve fazer como voz do órgão da Sociedade, as suas manifestações internas e externas”, ou seja, é o interlocutor da instituição na comunidade. Para um intelectual, essa é uma tarefa das mais oportunas, haja vista que a disseminação de valores em uma sociedade predominantemente analfabeta, pobre e cristã seria muito mais eficaz através da oralidade do que pela via da difusão escrita, notadamente pelos jornais.

Caridade⁴⁴ e trabalho em favor do progresso. Essa foi a tônica do discurso de posse do orador Arnold Silva. Partindo do pressuposto de que a mola mestra do desenvolvimento da sociedade capitalista é o trabalhador e a sua base de sustentação, a família, esta também recebe assistência. Tornava-se fundamental que uma associação como esta merecesse atenção da urbe feirense, desde os capitalistas até grupos culturais que poderiam e deveriam beneficentemente ajudar no progresso não apenas material, mas também espiritual destes sujeitos e suas famílias, e assim dar sustentação ao projeto republicano de progresso:

Ao meio dia, achando-se o edifício social, que ultimamente passou por grandes reparos, repleto de Exmas. Senhoras e cavalheiros, com a presença de autoridades locais e de representantes da imprensa, de diversas congregações religiosas, das sociedades Vitória e 25 de Março e dos grupos Taborda e Arthur Azevedo, realizou-se a benção do prédio. [...] O vigário Tertuliano concedeu a palavra ao orador oficial, nosso colega de redação Arnold Silva. O orador, depois de uma saudação aquele teto pobre e nu que, há trinta e seis anos, obscuro e humilde, protege e abriga homens de caridade e de amor, agradeceu sua escolha para o cargo de que se empossara e perdurou num apelo, a todos os consócios, em favor do progresso e do engrandecimento da gloriosa associação que o Padre Ovídio nos legou. (MONTE, 1912, p. 1).

Arnold foi eleito como 1º secretário para o mandato referente ao ano de 1914 a 1915. Sobre essa função, selecionamos algumas das suas competências:

Art. 27 º — Ao 1º Secretário compete:
§ 1º — Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos passando o exercício ao 1º Secretário quando, por sua vez, estiver impedido de funcionar.

⁴⁴ Princípio caro à sociedade cristã católica.

§ 2º — Lavrar em livros próprios e ler nas sessões seguintes as atas de Assembleia Geral, preparando toda correspondência e expediente relativo às decisões de mesma assembleia.

§ 6º — Acompanhar o Presidente com o 2º Secretario em manifestação externa da Sociedade.

§ 8º — Ter sob sua guarda e responsabilidade os concernentes ao seu trabalho, papéis do expediente e correspondente. (SOCIEDADE..., 1930, p. 10).

Além da importância de suceder ao presidente, trata-se daquele que tem acesso aos canais de comunicação interinstitucionais, o que tem contato direto com documentos que trazem a dinâmica cotidiana da instituição, que acompanha o Presidente nos eventos, que tem acesso às informações das mais diversas atividades que irão ocorrer na cidade. Assim, enquanto intelectual, pode manifestar-se com propriedade sobre os problemas que a instituição enfrenta, seja de ordem financeira ou administrativa, tendo também seu nome veiculado inúmeras vezes no jornal, haja vista que cabe ao secretário divulgar as ações, os eventos, as vendas, os comunicados à sociedade.

Ele também foi vice-presidente entre 1916 e 1917. No entanto, preferimos dar maior ênfase na sua atuação de presidente nos anos de 1918 e 1919, haja vista que encontramos registros de apenas duas reuniões do seu exercício como vice-presidente. Sobre algumas atribuições do cargo mais alto na administração do Montepio, o estatuto relata:

Art. 25º — Ao Presidente compete:

§ 5º — Presidir os trabalho e manter a ordem, durante as sessões, fiscalizar os debates, dirigir a votação e proclamar as decisões, podendo:

Anunciar, suspender a discussão e votação de propostas requerimentos e relatórios;

Rejeitar as matérias claramente contraria a letra dos Estatutos;

§ 7º — Nomear diretor e professores para a escola e contratar quaisquer serviço de escrita ou outros necessários à boa marcha da vida social.

§ 11º — Representar a Sociedade em atos externos conjuntamente com os Secretários. (SOCIEDADE..., 1930, p. 9).

A SMAF era o lócus de relações sociopolíticas, por meio de atividades socioculturais através das quais foram expandidos os propósitos políticos dos grupos dirigentes da cidade, articulando-se com outras várias instituições. Podemos perceber indícios de que as instituições dialogavam entre si em uma rede de solidariedade já na posse de Arnold na presidência:

À noite, o Montepio, que, sem dúvida alguma, muito carece do amparo e do auxílio da sociedade feirense, fará um espetáculo de benefício, no cinema Vitória, com a exibição de escolhidos filmes. A banda musical da sociedade 25 de Março, sempre na vanguarda de todas as ideias e atos de beneficência, prestará seu apreciado concurso à missa, a sessão de posse e ao espetáculo, fazendo-se ouvir em escolhidas partituras. (JORNAL..., 1918c, p. 1).

A partir desta nota, verificamos que a Filarmônica 25 de Março possuía, entre os membros da sua direção, pessoas que também pertenciam à elite econômica, intelectual e política da cidade. Estes participavam direta e indiretamente das ações do Montepio, haja vista que o vice-presidente na gestão de Arnold era conselheiro municipal, o orador era um dos professores e intelectuais mais respeitados da cidade, proprietário de uma escola particular (uma das primeiras do município) e outros integrantes, a exemplo do Cel. Álvaro Simões, eram importantes pecuaristas e influentes políticos locais. A nota sobre a composição do Montepio ilustra tal situação:

A sociedade montepio dos artistas feirenses elegeu, anteontem, a diretoria que vai lhe gerir os destinos durante o período de 1918-1919. Essa diretoria é assim composta: presidente – Arnold Silva; vice-presidente – Filinto Marques de Cerqueira [...] orador – prof. Geminiano Alves da Costa. (JORNAL..., 1918c, p. 1 grifo nosso).

A participação interna também era recorrente. Na busca para angariar capital simbólico junto à população, muitos membros do conselho administrativo, entre eles o filho do Cel. Agostinho Froes da Mota e irmão de Eduardo Froes da Mota, também como uma importante liderança política local, promoviam atividades públicas em prol do Montepio, conforme a seguir:

O Sr. Presidente comunicou que o Sr. Augusto Froes recolhera aos cofres desta sociedade a quantia de cinquenta e dois mil reis, resultado líquido de um espetáculo por ele promovido (ARQUIVO..., 1919a, p. 86).

A atribuição do Presidente, que consta no Artigo 25º §7º (SOCIEDADE..., 1930) citado anteriormente, demonstra que existiam relações de poder e interesse entre sujeitos e, também, instituições, por existirem poucas escolas na cidade. As raras que disponibilizavam o serviço educacional tinham uma importância significativa no processo de educação científica, mas também de valores propugnados pela classe dirigente. Ter o controle de quem irá dirigi-la e lecionar na unidade de ensino é, em determinada escala (ainda que modesta), uma forma de poder também sobre os setores médios da sociedade local, visando a reprodução/manutenção desses segmentos médios, haja vista que o número atendido de trabalhadores era pequeno:

O professor Geminiano Alves da Costa rege, nesta cidade, no prédio do Montepio dos Artistas Feirenses, um curso primário gratuito para adultos e crianças com o título de Escola dos Pobres, o qual conta uns 85 alunos matriculados. (VIDA..., 1939, p. 1).

A relação entre a SMAF e a filantropia era intensa. Encontramos nas Atas das reuniões do conselho administrativo (na gestão de Arnold), ofícios da Associação das Senhoras de Caridade e da Santa Casa de Misericórdia de Feira convidando para eventos, organizando atividades sociais em conjunto, além destas agremiações e outras entidades culturais e religiosas. Estes grupos dialogavam constantemente entre si e com Arnold, sendo que, em sua maioria, Arnold os conhecia bem, uma vez que ele participou de boa parte das mesmas:

Presidência do Sr. Arnold Silva

O expediente consta do seguinte: ofício do secretário do Grêmio Rio Branco, desta cidade convidando a direção desta sociedade para a sessão de posse da nova diretoria do referido grêmio; ofício da secretaria do apostolado da oração; circular do primeiro congresso dos trabalhadores baianos; ofício da secretaria Soc. Phil. 25 de março – convite para a sessão de posse de sua nova diretoria. (ARQUIVO..., 1919a, p. 85).

Apesar de tamanha influência e prestígio no meio social, a SMAF também passou por dificuldades, desde suas instalações encontrarem-se em condições insalubres:

Usando a palavra o Sr. Presidente explicou a casa que o motivo de ser interrompida a marcha em que movimentava-se esta Sociedade, notificando-se o longo espaço decorrido entre a última sessão e a de hoje, foi simplesmente pelo anormal estado sanitário local, o que não é a todos desconhecido. (ARQUIVO..., 1918, p. 69).

Até caso de corrupção, ocorrido com o desvio de rendimentos da SMAF por parte de seu tesoureiro:

O Sr. Presidente, falando aos presentes que o motivo principal daquela sessão era tomar conhecimento do estado financeiro da Sociedade, apresentou à mesa o documento acima referido⁴⁵, lastimando registrar um fato semelhante, em suma um desfalque promovido pelo ex-serventuário Francisco Pimentel, o que, de chofre, veio em parte interromper a marcha sem sacrifícios em que ia a Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, confiava na boa vontade de seus companheiros de conselho e demais consócios. (ARQUIVO..., 1919b, p. 79).

Apesar do significativo prejuízo causado, esta instituição possuía alguns imóveis, reservas financeiras, recebia aluguéis e contava com o apoio em dinheiro de inúmeras pessoas abastadas na cidade, os denominados sócios beneméritos, que, além de um quadro com sua imagem na sede do Montepio, gozavam de uma bela vitrine para fortalecer suas futuras

⁴⁵ O documento refere-se a uma nota promissória que o tesoureiro da entidade assinou informando o débito que tinha com a SMAF, fruto de um desfalque feito por ele.

campanhas eleitorais enquanto pessoas caridosas e preocupadas com o bem-estar social dos trabalhadores e suas famílias.

Outra instituição importante para se compreender a dinâmica das relações de poder na urbe feirense foi a Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana. A gênese das Santas Casas remonta à Irmandade de Nossa Senhora, mãe de Deus, virgem Maria da misericórdia, que foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela da Catedral de Lisboa. Conforme Russell-Wood (1981, p. 1), “segundo a tradição, os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário. Estabeleceram-se os estatutos e o número inicial de membros foi limitado a cinquenta nobres e cinquenta plebeus” e tinham como objetivo fornecer ajuda material e espiritual a quem precisasse. Russell-Wood (1981, p. 11) nos afirma ainda que “as irmandades consagradas a Nossa Senhora da Misericórdia existiam em toda a Europa, estabelecendo-se em Portugal, antes de 1498, uma tradição de irmandades de caridade”.

A observância religiosa, a participação de homens e mulheres católicos de boa reputação de diferentes classes sociais caracterizavam estas confrarias europeias. No tocante à Misericórdia, algumas irmandades chegavam a manter seus próprios hospitais e conforme Russell-Wood (1981, p. 2):

Sua administração ficava com uma junta governativa cujo mandato expirava depois de um ano. A junta atribuía deveres aos membros, que executavam diversos serviços de caridade num sistema rotativo. Comum a todas essas irmandades era a provisão do bem-estar social dos irmãos e de suas famílias. Essa provisão consistia de dotes, esmolas, auxílio-encarceramento, tratamento hospitalar e funeral.

De origem modesta, a irmandade conhecida popularmente como a Santa Casa de Misericórdia, espalhou-se por todo mundo de fala portuguesa. “As filiais iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 1). Esta irmandade na América, chegou primeiro a Olinda (1539) e, na Bahia, foi fundada em Salvador (1549). Sobre a irmandade em questão, Santana (2012, p. 76) nos informa que:

O surgimento da Santa Casa de Misericórdia em terras brasileiras foi parte importante no processo de ocupação e demarcação dos elementos religiosos, expansionistas e políticos do reino português [...] No Brasil a instituição se fez presente e atuante no campo social e político, estabelecendo paradigmas e servindo de modelo para outras irmandades que coexistiam nos núcleos urbanos, perpetuando-se na vida coletiva das vilas e cidades.

As Santas Casas caracterizam-se por obedecer a um conjunto de regras dispostas em um estatuto, geralmente aprovado em uma reunião ou assembleia geral dos fundadores da

instituição. As misericórdias desde sua gênese, em Lisboa, não escaparam a essa regra. Segundo Cerqueira (2007, p. 87), as irmandades eram organizações compostas por indivíduos que, perante uma dada realidade social desigual, movidas pelo cristianismo, “celebravam um pacto através do qual, coletivamente, pretendiam alcançar objetivos previamente definidos, de servir à comunidade mediante a prestação de serviços ao próximo”. Na ausência do Estado, a parca assistência à saúde era prestada, segundo Cerqueira, por “entidades privadas associativistas, como os montepios, a exemplo da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, ou pelas entidades associativistas e filantrópicas, como os hospitais fundados e mantidos pelas misericórdias” (CERQUEIRA, 2007, p. 130-131).

Sob tais princípios, o nascimento da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (SCMFS) aconteceu a partir de um movimento da elite local com o intuito de construir um hospital que atendesse às necessidades da comunidade, haja vista que esta, além de não possuir um espaço que atendesse às demandas de atendimento médico, vinha sofrendo com uma epidemia de cólera *morbus* iniciada em 1855. Durante a visita do imperador a Feira de Santana (1859), importantes lideranças políticas e econômicas sensibilizam o monarca da necessidade de um hospital e este dispôs de uma doação de 2 contos de réis, o que propiciou a fundação do Imperial Asilo dos Enfermos no ano de 1865 (nome em homenagem ao seu maior benfeitor), sendo posteriormente mudado o nome para Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana.

Além do hospital, existia uma outra preocupação por parte do governo local: encerrar o costume de enterrar os cadáveres na Matriz; até porque a área do pátio da paróquia não deveria se prestar para isso. Em consequência da epidemia, além de proibirem-se os enterros na matriz,

A medida que mais alterou os costumes feirenses foi, sem dúvida, a criação do cemitério local. Até o advento do cólera, pelo menos no perímetro da cidade, os enterros continuavam a ser feitos na igreja matriz, fato que já se tornara alvo das críticas das autoridades. A emergência da epidemia e o perigo da contaminação pelos miasmas nas igrejas tornaram imprescindível, portanto, a criação do cemitério. (SILVA, 1997, p. 59).

Sobre a fundação deste é importante observar que:

O rápido crescimento da área urbana muitíssimo brevemente transformaria a área do cemitério em zona central da cidade e muito ainda se discutiria sobre sua incômoda proximidade. A respeito disso o cemitério, que receberia o nome de Piedade, persiste em seu lugar, inicialmente sob a responsabilidade da Câmara (que se encarregara de sua construção), e depois, a partir de 29 de outubro de 1864 até o

presente, sob a administração da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana (FOLHA DO NORTE *apud* SILVA, 1997, p. 60).

Assim, seria de grande utilidade os serviços prestados pela Santa Casa de Misericórdia, haja vista que se trata de uma organização leiga, estreitamente ligada à Igreja católica, combinando as atividades caritativas com as hospitalares e as vantagens do enterro para seus associados e, na maioria dos casos, a Santa Casa de Misericórdia administra o hospital e o próprio cemitério. “Em Feira de Santana, a referida instituição, com o auxílio do governo provincial, construiu o único hospital do município, enquanto por outro lado dirige o cemitério municipal.” (SILVA, 1997, p. 102).

A concepção cristã de caridade pretendia amenizar e corrigir as desigualdades sociais, mas nunca suprimi-las. A caridade envolvia a salvação dos ricos e a santificação dos pobres. Já “a filantropia pregava uma assistência científica e pedagógica, capaz de manter o controle e a ordem social” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 233). Por isso, a construção de um novo hospital tornava-se iminente para o momento em que vivia a sociedade local. Tratava-se de um espaço em que o conhecimento científico buscava predominar sobre as crenças e julgamentos populares no tocante à saúde, uma luta da ciência contra a ignorância. O hospital tornou-se uma atração turística da cidade, uma passagem obrigatória para os visitantes ilustres. Pelas suas dependências, passaram, além dos pacientes de Feira e de toda região, políticos de projeção nacional, juristas, religiosos e autoridades militares. “Muitos deixaram sua mensagem registrada em um Livro de Visitas, cujo termo de abertura foi datado de 08 de outubro de 1917.” (CERQUEIRA, 2007, p. 145).

A construção do hospital, sob a administração da Santa Casa em Feira e sua gestão, remete-nos à economia de caridade. Sobre esta, Rodrigues (1998, p. 21) informa que:

Esta se trata de um conjunto de ideias e práticas assistenciais privadas e públicas que atuaram entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX, possuindo como objetivo comum: resolver o problema social e operário.

A principal característica da economia de caridade é uma associação informal entre Estado e as instituições privadas de cunho assistencial, onde as instituições públicas e privadas se aproximam e participam de um esforço comum para tentar resolver os problemas originados da questão social e operária.

Desde os tempos da colonização lusitana, como nos afirma Wood, “a prática administrativa portuguesa normal era passar a obrigação de fornecimento de assistência social da coroa ou das autoridades municipais para organizações privadas como irmandades ou ordens religiosas” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 66). Essa organização leiga e não governamental impregnada de filosofia humanitária e princípios cristãos constituiu-se

enquanto um dos mais importantes estabelecimentos de filantropia da cidade e referência em tradição no tocante à caridade. Prova disso é que, nas famílias nobres da Bahia, “fazer parte da Misericórdia era uma tradição de família” (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 91). Na família Silva essa tradição também era mantida, haja vista que as senhoras Veridiana da Silva Lima e Vicência da Silva Lima (irmãs visitadoras), bem como o Major Juvêncio Erudilho da Silva Lima (vice-provedor), eram respectivamente avó, mãe e tio de Arnold Silva (JORNAL..., 1918g).

A administração da Santa Casa cabia “a uma mesa, composta de um provedor, de um secretário, de um tesoureiro, de um procurador geral e de doze visitadores” (MUSEU..., [1980?], p. 2). O caçula dos Silva iniciou sua trajetória nesta entidade, no ano de 1918, na condição de irmão visitador⁴⁶, cargo que possuía como principais incumbências:

Art. 45 - Aos visitadores incumbe:

§1º velar por meio de amiadadas visitas sobre o regime, asseio, e salubridade dos estabelecimentos da irmandade; inspecionar o comportamento dos respectivos empregados, adverti-los, e dar parte ao provedor de suas omissões e abusos.

[...]

§ 5º conhecer das dúvidas e obstáculos que nos estabelecimentos da irmandade encontrem em sua execução o presente compromisso e os regulamentos dados pela mesa, e comunicar ao provedor o resultado de suas observações.

[...]

§ 8º fazer ao visitador que lhe suceder uma abreviada exposição por escrito do pessoal e material dos estabelecimentos, com declaração da despesa feita no mês, da que se acha paga, e da que ainda se deve satisfazer. (MUSEU..., [1980?], p. 42).

Em uma sociedade onde o controle sobre tudo aquilo que oferecesse perigo à saúde pública tornava-se uma obrigação, a função do irmão visitador era de fiscal e, ao mesmo tempo, de guardião da salubridade e da higiene no hospital, do exercício da caridade, na administração do cemitério, já que não seria possível estabelecer um conjunto de práticas sanitaristas e de reordenação urbana se a cidade tivesse uma população doente. Por isso, assumir publicamente o compromisso de fiscalizar o andamento das práticas da irmandade, demonstrava para a sociedade uma preocupação com o outro e com a coletividade.

No ano de 1919, no período em que ele também era presidente da SMAF, Arnold ocupou o cargo de secretário da irmandade. Sobre esta função é instituído, no Art. 37, que:

Art. 37 O secretário tem por dever:

§1º reger a secretaria e contadoria, inspecionar a conduta de seus empregados, e adverti-los quando careçam, tudo nos termos do respectivo regimento dado pela mesa, na conformidade deste compromisso.

§2º assinar o devido expediente e dar-lhe a devida direção

⁴⁶Ele também ocupa esta função nos anos de 1920 e 1921.

§3º ter em boa guarda os livros, títulos, e mais papéis, pertencentes ao arquivo, tudo com o necessário método, e ordem.
 [...] §9º convidar ou fazer convidar os irmãos para todos os atos da irmandade (MUSEU..., [1980], p. 42).⁴⁷

Ocupar o cargo de secretário era importante para Arnold por dois motivos. O primeiro refere-se ao contato próximo ao dividir atividades com figuras de prestígio e importância política e econômica na cidade, a exemplo do Cel. Bernardino Bahia, uma vez que, no seu mandato como secretário, era o patriarca dos Bahia, cujo nome ocupava a função de provedor daquela instituição, isso poderia lhe garantir, futuramente, significativo prestígio social. Se o primeiro motivo poderia estar atrelado a possíveis pretensões políticas, o segundo poderia estar ligado a sua atividade enquanto jornalista, sendo que, a priori, livros, títulos e papéis pertencentes ao arquivo da Santa Casa ficavam sob sua tutela; enfim, uma documentação significativa para servir como alicerce documental da história da cidade e embasar suas produções escritas no jornal *Folha do Norte*, principalmente na *Crônica feirense*⁴⁸ e, depois, na *Coluna da vida feirense* ou nas inúmeras apresentações orais nas mais diversas instituições e eventos.

De 1923 a 1925, Arnold foi vice-provedor da SCMFS e, em 1926, 1928 e 1929, foi provedor. A respeito deste cargo, o compromisso nos informa:

Art. 35. Ao provedor compete:
 § 1º velar na guarda e execução do compromisso, assim como dos regulamentos expedidos pela mesa, apresentando a esta as dúvidas, e os obstáculos que em seu cumprimento ocorrerem, para serem removidos.
 [...]
 § 3º propor a mesa os indivíduos, que devam ser nomeados para os empregos estipendiados, e a demissão dos que os servirem, quando seja reclamada pelos interesses da irmandade.
 [...]
 §9º mandar admitir no hospital os enfermos miseráveis, e desvalidos, que para ele pretenderem entrar, ouvido o irmão visitador do mês respectivo, e o médico da casa.
 [...]
 §13º dirigir ofícios, e representações, em nome da mesa, com a sua assinatura, e a do secretário, a todas as pessoas, autoridades, e corporações... (MUSEU..., [1980?], p. 28).⁴⁹

Ser provedor da SCMFS possibilitava ao indivíduo grande respaldo e influência com as instituições locais, uma vez que ela era um dos braços do catolicismo na cidade e a instituição que detinha parte significativa do controle sobre as formas de insalubridade causadas pelos vivos (hospital) ou pelos mortos (cemitério), controles necessários para uma

⁴⁷Capítulo IX, Art. 37, p.31.

⁴⁸Ver Jornal *Folha do Norte* de 1 dez. 1923; 10 nov. 1923; 11 ago. 1923; 21 jul.1923; 9 jun. 1923; 19 mai.1923; 17 mar. 1923.

⁴⁹Capítulo VIII, Artigo 35.

classe dirigente que desejava implementar a urbanização. Por essa influência e prestígio político, muitos sujeitos buscavam ocupar o mais alto cargo da irmandade, sendo comum encontrarmos nomes de ex-provedores enquanto prefeitos ou ocupantes de lugares no legislativo local, estadual ou até federal.

Direcionemos o nosso olhar para o mandato de Arnold na SCMFS relativo a 1928⁵⁰. O “relatório dos provedores sobre esse ano mostra a realidade dos diversos estabelecimentos da instituição, ou seja, de todo o conjunto da santa casa, possibilitando uma visão sobre o cotidiano institucional” (SANTANA, 2012, p. 39-40). Esse relatório é composto de uma breve apresentação escrita pelo próprio provedor em torno do que ocorreu no período da sua gestão, seguido da descrição do patrimônio, das contribuições dos visitantes e protetoras, dos novos irmãos e irmãos falecidos, dos nomes dos eleitos para compor a mesa administrativa do ano seguinte e de todo o corpo da irmandade, do balancete da tesouraria e do parecer da comissão de contas.

Na abertura do relatório, podemos averiguar que, mesmo tratando-se de uma instituição filantrópica de prestígio e que tinha um trabalho social relevante, ocorriam atrasos no repasse das subvenções federais, o que alimentava a rede de solidariedade não apenas das instituições culturais através dos eventos beneficentes para com a SCMFS, mas também de membros da aristocracia local (entre eles o próprio Arnold), além do auxílio de instituições financeiras, como o donativo destinado pelo Banco de crédito popular da Feira 200\$000, quatro vezes maior que o 2º maior donativo dado pelo Pe. Mario Pessoa da Silva. Sobre esse quadro de dificuldades nos informa o relatório:

Agora mesmo, obras indispensáveis, não propriamente de asseio e melhoramento, porque apenas de segurança, temos de realizar em seu edifício, e na capela do cemitério Piedade.

Essas obras nos obrigarão a despesas que as rendas normais quase não comportam e teremos de apelar, mais uma vez, certamente não embalde, para a generosidade do povo e dos governos.

Ainda não conseguimos obter que nos fossem pagas, entretanto, as subvenções federais relativas a 1927 e 1928, subvenções que fazem parte, como sabemos, dos recursos que atendem habitualmente ao custeio e manutenção dos serviços hospitalares. A falta de qualquer dessas subvenções origina sempre compromissos para ulterior liquidação.

Aos ilustres representantes do distrito na câmara federal, a generosidade e ao prestígio de tão distintos coestaduanos, entregamos a justa causa e pedimos, pleiteiem junto a quem de direito, o pagamento de um auxílio que é pequeno, porém se torna indispensável a uma casa que, podemos dizer sem modéstia, é uma casa de caridade na ampla e nobre acepção do termo (SANTA..., 1928, p.3).

⁵⁰ O relatório foi apresentado no ano de 1929. Tratamos da sua gestão referente a 1928, porque foi o único relatório a que tivemos acesso no tocante aos períodos em que Arnold foi provedor.

Três eixos norteadores nos auxiliam a compreender o desenvolvimento das relações sociais e de poder em Feira. O primeiro é o associativismo dos trabalhadores; o segundo, a filantropia, a partir da saúde pública; e o terceiro, a justiça, a partir da atividade de rábula. Com a mudança de regime político, era necessário voltar a atenção para o segmento pobre e trabalhador que nela residia, estabelecendo um processo de disciplina dos costumes e hábitos sociais desse segmento. A necessidade de saneamento era grande, mas a preocupação com a saúde e com o fator estético fazia parte de tal concepção higienista. O urbanismo contava com as práticas sanitaristas e higienistas que visavam modernizar Feira no plano material.

Já no tocante às práticas, havia o interesse das elites em controlar a vida da população pobre, composta por muitos mestiços, negros e analfabetos. Isso poderia acontecer também pelo viés do direito, através das leis, dos códigos de posturas e das sanções impostas pela justiça nos tribunais do pequeno e grande júri, nas atuações dos advogados e dos rábulas, como veremos a seguir.

3.4 UM HOMEM DE ELITE, RÁBULA DOS POBRES?

Ao finalizar o terceiro capítulo desta dissertação, procuraremos conhecer o exercício da atividade de rábula praticada por Arnold Silva e o cotidiano feirense a partir do judiciário exposto na coluna da vida forense. Para isso, será necessário definir o ofício do rábula, bem como a importância deste para a sociedade brasileira. Apresentaremos, em seguida, casos defendidos por Arnold; período de atuação, notas no jornal e, por fim, os aspectos gerais da coluna da vida forense; período, assuntos, supostas intenções de Arnold e a articulação entre esta atuação, sua vida intelectual e política.

Devido a sua extensão territorial, caracterizada por um vasto interior, o Brasil, que ainda estava em processo de abertura de suas primeiras academias jurídicas, não possuía ainda profissionais para formar a tríade da justiça: acusação, defesa e julgador. De acordo com Rebouças (2009, n.p.) “pessoas um pouco mais esclarecidas que a grande massa analfabeta da população serviam então para postular em nome alheio”. Durante o período colonial, “os profissionais de Direito na América Portuguesa dividiam-se, basicamente, entre dois tipos: bacharéis ou provisionados” (EQUIPE..., 2005, p. 17), popularmente conhecidos também como rábulas. Poucos eram os bacharéis no Brasil Colônia e no Império, basicamente, no início, eram formados pela Universidade de Coimbra/Portugal.

Devido ao número reduzido de diplomados em Direito, havia naturalmente a adesão destes profissionais às carreiras públicas como Magistratura, Ministério Público, além de

ocupações no executivo e no legislativo. Desta forma, acentuava-se a carência no interior do Brasil de bacharéis que pudessem exercer a advocacia, sendo necessário, para atender às necessidades, uma decisão do governo português em 1713, a de que, fora da Corte, podia ser advogado qualquer pessoa idônea, ainda que não formada, tirando ela uma licença, chamada de provisão.

Para se tornar provisionado ou rábula, “a pessoa tinha que obter a provisão, conferida pelo presidente da relação, autoridade judicial da época. A licença tinha validade de um a dois anos, renováveis, mediante exames teóricos e práticos” (REBOUÇAS, 2009, n.p.), de acordo com a escassez de profissionais formados e da conveniência da administração da justiça. Sobre o campo de atuação do rábula, Rebouças (2009, n.p.) alerta que “o poder postulatório estava restrito à primeira instância e a atuação era predominante na área criminal, onde, naquela época, quase tudo era julgado através da instituição do júri popular, hoje restrito somente aos crimes dolosos contra a vida”.

A partir do século XIX, quando o Brasil se tornou independente, os dirigentes do Império brasileiro atentaram para a necessidade da criação de cursos jurídicos. Estes foram instituídos através de uma lei imperial de 1827 sendo os dois primeiros bacharelados em Direito nas cidades de Olinda e de São Paulo. A partir daí o advogado tornou-se estratégico para a política do Império, principalmente na constituição de uma elite própria, que indicasse modelos que desvinculassem em definitivo o estatuto colonial que seguiu o território até então. Coube às duas primeiras escolas de Direito do Brasil o surgimento de dirigentes políticos e administrativos. “Uma vez instaladas, as Escolas de Direito de São Paulo e do Recife e, posteriormente, a do Rio de Janeiro propiciaram a gradual substituição dos rábulas pelos bacharéis.” (EQUIPE..., 2005, p. 17).

No entanto, ainda no final do século XIX e início do século XX, o Brasil não tinha advogados suficientes. A sua falta continuou a ser suprida pelos rábulas, autodidatas com conhecimentos jurídicos e, muitas vezes, com dons de oratória, autorizados a advogar. Alguns deles fizeram sucesso na área criminal e enriqueceram na profissão, outros não tiveram grande êxito econômico, mas tornaram-se até mais famosos do que muitos advogados. De acordo com Santos (2011, p. 188):

O título, embora não proporcionasse o *status* no mesmo âmbito daquele conferido aos raros bacharéis de direito, possibilitava ao portador alguma distinção em relação à população em geral, por resultar de clara demonstração de conhecimento e/ou astúcia e poder de convencimento. Portanto, dava ao novo rábula maior chance de mobilidade na sociedade da época.

Um dos motivos que tenham levado Arnold a começar a exercer o papel de rábula a partir do ano de 1918, segundo notícias do *Folha do Norte*, foi justamente essa possibilidade de ampliar ainda mais seu prestígio atuando no campo jurídico e atendendo aos desfavorecidos, aos réus pobres. Sua atuação também começa em um momento no qual ele já tinha exercido ou exercia a função de orador de importantes instituições sociais da cidade (o que lhe dava desenvoltura e experiência na oratória) e da carência de profissionais da área das ciências jurídicas, principalmente de magistrados, chegando até a interferir no andamento dos julgamentos, como nos relata a *Folha do Norte* (1918d, p. 1):

Vem a propósito assinalar que há um ano se abriu, nesta cidade, a última sessão do grande jury. Ora, nessa sessão houve réus que, condenados ou absolvidos em sessões anteriores e mandados a novo jury, não puderam ser julgados por falta de juiz. Quer isto dizer que eles esperam, coitados, há dois ou três anos... a caridade do julgamento!!!

Ao atender gratuitamente a população pobre e sempre na condição de defensor, Arnold dispôs importantes elementos na trama de construção e consolidação de sua imagem junto à sociedade e ao poder público. Uma nota do jornal nos apresenta sua primeira atuação veiculada pela imprensa:

Julgou-se, em primeiro lugar, o réo preso Firmino Fellipe de Carvalho, acusado de haver, há seis meses, no districto desta cidade, ferido com uma enxada a Maria Ignez e por tal pronunciado no art. 303 do Cód. Penal. Defendido pelo nosso companheiro de redação Arnold Silva foi unanimemente absolvido. Em seguida passou a ser julgado o réo afiançado, João Maia Sobrinho, pronunciado no mesmo artigo do Cód. Penal por ter, há mezes, no districto de Santa Barbara, devido a questões de amores, ferido a João Ribeiro Nunes. Tendo o réo apenas 19 anos o juiz nomeou-lhe curador o Sr. Arnold Silva, que obteve do Jury a absolvição do criminoso por 3 votos contra 1. (JORNAL..., 1918a, p. 2).⁵¹

O jornal *Folha do Norte* teve uma coluna denominada Tribunal do Pequeno Jury, que também poderia vir com o nome de Tribunal do Grande Jury, sendo que era comum anunciar datas de julgamentos, citar nomes de réus e advogados de acusação e defesa, reproduzir convocação de cidadãos para comparecerem ao sorteio para compor o corpo de jurados que deveriam ser pessoas idôneas e de reconhecido prestígio. Assim como os jurados, o referido rábula era tratado pelo jornal, na descrição dos julgamentos, como alguém notável:

Ontem, presente número legal de jurados, instalou-se o tribunal, sob a presidência do exmo. sr. dr. Juiz de direito da comarca, Jacintho Ferreira da Silva, ocupando a

⁵¹ Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana: Estante 02, Caixa 34, Documento 582.

cadeira da acusação o sr. dr. Promotor público, Elpídio Raymundo da Nova, e servindo de escrivão o respectivo funcionário sr. Cap. Godofredo de Figueiredo. Compareceu o réu João dos Reis de Freitas, pronunciado no art. 294 & 2º do Cód. Pen. Por ter, na noite 10 de janeiro do corrente ano, no lugar denominado Tapera, distrito de Santa Bárbara, deste termo, morto a enxadadas, supondo tratar-se de um bicho⁵², o menor de nome José, de 8 anos de idade, filho de Joaquim Cordeiro.

A promotoria estreou com uma acusação criteriosa e calma, que, desde logo, revelou os seus merecimentos não comuns. Defendido pelo Sr. Arnold Silva, o réu foi unanimemente absolvido.

Em seguida, o mesmo conselho, sob a presidência do digno juiz municipal de Riachão do Jacuípe, dr. Manoel Satyro Ribeiro, passou a julgar o réu Olympio José de Sant'Anna, pronunciado no art.268 combinado com os arts. 272 e 273 & 2º do Cód. Pen. Por ter, no dia 1º de novembro de 1913, no distrito de S. Vicente, deste termo, estuprado a sua sobrinha, de 14 anos, Jacintha Ribeiro.

Ocupou a cadeira de defesa o sr. Arnold Silva. Os debates acaloraram-se, havendo réplica e tréplica. O jury condenou o réu a 1 ano e 2 meses de prisão celular, sendo ele posto em liberdade por já haver cumprido a pena. (JORNAL..., 1918b, p.1)⁵³.

O periódico utilizou-se de recursos sutis, como a valorização do trabalho da promotoria, para enaltecer e valorizar ainda mais a vitória alcançada pelo Sr. Arnold Silva no primeiro caso citado e mesmo na derrota referente ao segundo caso, o semanário destacou a luta pela defesa da liberdade do acusado em uma batalha oral composta por réplica e tréplica. Na citação dos dois primeiros casos na nota anterior, quanto nestes dois casos citados, refere-se a crimes que sensibilizavam demais a opinião pública por possuírem caráter passional ou atentar contra mulher e criança, todos jovens moradores de distritos e lavradores, conforme averiguamos nos processos crimes, e isso ajudaria muito a reproduzir uma imagem fundamental para qualquer homem público, fosse ele intelectual ou político, a preocupação com os pobres, com a justiça e com a liberdade.

O nome de Arnold aparece de forma esporádica na coluna Tribunal do pequeno ou do grande júri nos anos seguintes a 1918, mas sem nenhum destaque a alguma atuação de sua parte, sendo encontrado novo registro no ano de 1927, último do seu segundo mandato consecutivo à frente do executivo municipal:

Ontem, entrou em julgamento pela segunda vez José Braz, acusado de homicídio na pessoa de Luís Rei de França, fato ocorrido a porta da Usina elétrica, nesta cidade em o ano passado. Presidiu a sessão o sr. Dr. Alfredo Manoel da Costa, juiz de direito desta comarca.

Fez a acusação o sr. Dr. Promotor público. Ocupou a tribuna da defesa com indiscutíveis galhardia e brilhantíssimo nosso prestimoso chefe e amigo sr. Arnold Ferreira da silva. O órgão do ministério público replicou volvendo o advogado da defesa a sustentar os argumentos expostos anteriormente.

⁵² Segundo o processo, o acusado justificou que atentou contra a vida do menino por ter o confundido com um bicho/animal, pois o local estava com pouca visibilidade e, ao questionar quem fazia barulho, o ser não respondeu.

⁵³ Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade Estadual de Feira de Santana: Estante 03, Caixa 78, Documento 1491.

O conselho dos srs. Jurados absolveu o acusado por 5 votos contra 3. O juiz presidente apelou, porém, desse julgamento para o Tribunal Superior de Justiça. (GRANDE..., 1927, p.1).

Os adjetivos dados ao rábula na nota, o poder de argumentação que o defensor dativo demonstrou no julgamento e o cenário não mais rural, mas de uma urbe que tem como cenário do delito uma usina elétrica foram aspectos que auxiliavam, no ano de 1927, a solidificar uma imagem que iria para além de um intelectual, partícipe da cultura local, defensor dos pobres pelo viés da filantropia e do direito, tratava-se de uma importante liderança política. Mudanças já tinham ocorrido na cidade no decorrer destes nove anos, mas algo se mantinha: Arnold; mais uma vez como intercessor dos desvalidos e como um homem que lutava pela liberdade do pobre mesmo quando as instâncias superiores resistiam.

A partir de 06 de julho de 1929, o jornal *Folha do Norte*, através de Arnold Silva inaugura uma coluna por nome *Vida forense*. Nela, o caçula dos Silva apresenta o cotidiano do judiciário local, relata processos em andamento, casamentos, arrolamento, partilha, penhora e inventário de bens, expedição de alvará para venda, comunicados do Tribunal Superior de Justiça do Estado, testamentos, intimações, resultados de audiências e ordem de *habeas corpus*.

Com quais intenções essa coluna foi escrita e veiculada na Folha? Além de buscar informar a população sobre o cotidiano do judiciário, podemos elencar também outros dois possíveis motivos para tal produção. O primeiro pode ter sido por interesses pessoais e, ao mesmo tempo, políticos. Na citação em que faz menção a Mario Saback de Oliveira, expõe um ex-aliado político e agora inimigo, enquanto alguém que não estava cumprindo minimamente o dever de cidadão, que é pagar os impostos. Com isso utilizava-se da coluna para enfraquecer seu adversário perante a opinião pública:

Na audiência de 09 do corrente, foi lido e publicado pelo Dr. Juiz de direito o despacho proferido nos autos da ação executiva em que é exequente a fazenda estadual e executado Mario Saback de Oliveira, cujo despacho julgando procedente o pedido na inicial de folhas, condenou o executado no pagamento dos impostos devidos. (VIDA..., 1929, p. 1).

E também para enaltecer amigos e aliados:

O Dr. Elpidio Raymundo da Nova impetrou uma ordem de habeas-corpus, a favor de Manoel Pereira que fora preso no campo do gado tendo o Dr. Delegado feito corpo de delito em virtude de ter sido o mesmo espancado pela polícia. (VIDA..., 1930a, p. 1).

A citação acima é uma amostra das reiteradas vezes que Arnold cita Elpidio da Nova, seu sucessor, na sua coluna, apresentando ações de alguém que era eficiente e muito prestigiado, e com o qual possuía relações pessoais muito próximas, conforme podemos constatar pela notícia:

Efetou-se, anteontem, 15 do corrente, o enlace matrimonial de nosso prestigioso chefe e excelente amigo Sr. Arnold Ferreira da Silva, com a gentilíssima senhorinha Maria Bereniza de Barros Bahia, estremecida filha de nosso ilustre e grande amigo Sr. Cel. Bernardino Bahia.

[...] Paraninfaram a solenidade: da parte do noivo – o Sr. Dr. Elpidio Raymundo da Nova e sua senhora, exma. Sra. D. Perolina Bahia Nova. (VIDA..., 1930b, p. 1).

Deixar em evidência positiva o então chefe do executivo municipal, identificando seus clientes como importantes lideranças políticas locais, como era o caso de Eduardo Fróes da Motta, era uma possível estratégia por parte do presidente do conselho municipal para manter publicamente boas relações com alguém fundamental na engrenagem do poder em Feira de Santana.

Além das questões pessoais/políticas, existiam os interesses econômicos em voga. O *Folha do Norte* veiculou, por diversas vezes, propagandas em prol do Banco de Crédito popular, do qual Arnold era gerente e também um dos sócios. No entanto, além destas propagandas, outras formas de veicular uma imagem positiva no tocante à instituição financeira em questão foram desenvolvidas no decorrer do tempo, de forma direta, através do apoio financeiro que o banco dava à filantropia na cidade, como doações à Santa Casa de Misericórdia, e, também, de forma indireta, mas que induzia o leitor a utilizar os serviços de crédito do banco⁵⁴, principalmente atrelando as necessidades a boas causas como apresenta a *Vida forense* (1930c, p. 1):

Joaquim Alves de Araújo requereu ao Dr. Juiz de direito, um alvará de autorização para levantar no Banco de crédito popular da Feira de Santana, a quantia de 1:00\$000, pertencente aos seus filhos menores Manfredo e Esther.

A *Vida forense* continuou a ser publicada até 03 de março de 1934, no entanto, voltamos o nosso olhar para os dois primeiros anos desta publicação por tratarem-se do período a que esta pesquisa contempla. A carreira de Arnold Silva, enquanto intelectual e político, teve, nas instituições sociais da cidade de que tratamos, grupos de teatro, grêmios lítero-dramáticos, filarmônicas, SMAF, SCMFS, tribunais do pequeno e grande júri, campo

⁵⁴ Em Feira de Santana, existia, nesse período, enquanto outras opções, a instituição financeira, o Banco do Brasil e diversas cooperativas de crédito, como crédito mútuo predial, cearense, operária, Sant'Anna.

de relações de poder, instâncias nas quais acumulou capital político/social. A partir destas, Arnold conseguiu força para atuar em outras áreas/projetos, sendo que a *Folha do Norte* foi talvez o mais importante meio para a reverberação e a consolidação de sua atuação enquanto intelectual, político ou ambas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo em se tratando de um intelectual, membro de uma aristocracia rural vinculada a tradicionais famílias e tendo sido importante político da cidade de Feira de Santana, conseguir dar conta minimamente de um recorte da trajetória intelectual e política de Arnold Ferreira da Silva foi um instigante desafio. Primeiro, porque a urbe feirense não possui uma política de preservação⁵⁵ de sua história/memória, negligenciando o cuidado com a documentação, sendo assim muito comum o extravio, a má conservação ou até a destruição de fontes históricas. Segundo, devido aos desafios impostos pela própria natureza de um trabalho biográfico e como este ainda é visto com certa resistência por parte daqueles que possuem relação direta com o personagem biografado, dificultando muitas vezes o acesso a arquivos privados.

Feita esta ressalva e entendendo que este trabalho teve a intenção de dar segmento às discussões em torno da biografia histórica e de contribuir para a diversificação de objetos de pesquisa que tenham Feira de Santana como lócus de estudo, prosseguiremos nas constatações a que chegamos com esse exercício historiográfico. A primeira delas é que a tradição familiar exerceu forte influência sobre a vida de Arnold Silva, seja pelo envolvimento com o comércio, haja vista que o seu pai era um reconhecido comerciante, seja pelo envolvimento com a filantropia e artes através dos seus irmãos e seu tio Juvêncio Erudilho, também um importante político local.

Outra constatação foi sobre a importância que o jornalismo teve na trajetória do nosso objeto de pesquisa. Através da arte da escrita, nas páginas do jornal *Folha do Norte*, ele reproduziu sua preocupação com a história/memória da cidade através da *Crônica feirense* e depois a *Vida feirense*, mas também demonstrou engajamento político e soube defender um projeto de progresso capitaneado por Bernardino Bahia. Demonstrou ser um amante das artes, do teatro, da ciência, do direito, além de defensor dos pobres. Mas foi ele tudo isso por interesse político ou por caridade? Provavelmente pelos dois motivos. Tanto era um estudioso da ciência jurídica que desde cedo lia autores da área e materializou uma pequena parte do que conhecia do cotidiano do judiciário através da *Vida forense*.

As produções intelectuais de Arnold Silva tiveram uma relação estreita com o projeto político de poder/progresso do grupo(s) político de Tito Ruy que depois passou para as mãos

⁵⁵Salvo raras exceções a acervos que estão sob a tutela da Universidade Estadual de Feira de Santana, ou de instituições privadas e acervos particulares.

de Bernardino Bahia. Desde o teor dos primeiros escritos como Aristeu Nemésio e, depois, como Gil Moncôrvo nas *Effigies* em oposição ao governo de Abdom Alves, até uma defesa concatenada de ideias em torno do progresso e civilidade na urbe, seja por intervenções físicas ou por civilizar os padrões de sociabilidade da cidade. Arnold, ao atuar como orador, presidente/provedor, secretário, tesoureiro de algumas instituições sociais da cidade, como a Filarmônica 25 de Março, o Montepio, a Santa Casa e o grêmio Rio Branco, participava administrativa e intelectualmente da engrenagem cultural e social de Feira, o que também estreitou seus laços com importantes lideranças políticas municipais.

A proximidade ideológica com o grupo político dominante, reproduzida repetidas vezes pelo seu periódico, atrelado à vinculação familiar conquistada pelo viés do casamento com uma das herdeiras do então intendente municipal e o prestígio acumulado pela presença constante nos diversos meios sociais, possibilitaram um intelectual e aristocrata em ascensão inserir-se em uma oligarquia política/econômica. O que foi além de escrito, verbalizado em vários discursos pela cidade, teve sua prática executada enquanto prefeito (algumas vezes questionada pela imprensa da capital), seja pela mudança na feição arquitetônica da urbe com o Paço Municipal, avenidas, mercado modelo, mas também no educar as sociabilidades, através da Escola Normal, do posto de saneamento rural, instalação da luz elétrica.

Ao nos depararmos com a figura de Arnold Silva, um coronel do sertão/agreste nordestino da Primeira República, a primeira imagem que imaginamos foi de alguém rude, patriarcal, violento ou coisa que equivalha. Mas, no caminhar da pesquisa, percebemos que sua identidade não é fixada nesse modelo estanque e engessado de líder político, que o trato com as letras, artes e filantropia não era um detalhe mínimo nas microrrelações de poder, mas uma das formas de dinamizar a prática em torno do progresso e da civilidade em Feira de Santana.

FONTES

Acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia

A Capital 1926 (Secção de periódicos)

A Ordem 1909 (Secção de periódicos)

A Tarde 1924 (Secção de periódicos)

BOAVENTURA, Alberto Alves. Cronifatos. Feira de Santana, 1983.

_____. Estórias e Fatos (prosas) – Troar de Ilusões (poemas). Feira de Santana, 1980.

O Democrata 1923 (Secção de periódicos)

O Imparcial 1927 (Secção de periódicos)

Acervo da Família Silva

Discurso proferido por Arnold Ferreira da Silva em ocasião da posse do seu segundo mandato enquanto Intendente de Feira de Santana, em 1º de janeiro de 1926. Feira de Santana, [s.n.] 1958.

Acervo do Museu Casa do Sertão/ Universidade Estadual de Feira de Santana

Carta de Monsenhor Renato Andrade Galvão 1970-1980

Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana. Feira de Santana, Papelaria Silva e irmãos, 1916.

Discurso de Joselito Amorim na Câmara Municipal de Feira de Santana 2005

Folha da Feira 1934

Folha do Norte 1909 – 1930

O Município 1908

Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana. Feira de Santana, Papelaria Silva e irmãos, 1929.

Acervo Particular de Lélia Vítor Fernandes

FERNANDES, Lélia Vítor. Legisladores feirenses. Feira de Santana: [s.n.], 2013.

_____. As primeiras damas de Feira de Santana. Feira de Santana: [s.n.], 2011.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, Feira de Santana, ano I, n. 01, 2004.

Tribuna Popular 1968

Acervo da Sociedade Filarmônica 25 de Março

Estatuto da Sociedade 25 de Março 1921

Livro de Ata do Conselho Administrativo da Sociedade Filarmônica 25 de Março, 1930 - 1940

Arquivo Público de Feira de Santana

Livro de décimas urbanas n. 62, 1930

Livro de Ofícios Expedidos pelo Conselho Municipal nº503 de 1912-1930

Arquivo da Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses

Estatuto da Sociedade Montepio de Artistas Feirenses, 1930

Livro nº02 de ata do conselho administrativo da sociedade Montepio dos artistas feirenses 1919

Centro de Documentação da Universidade Estadual de Feira de Santana

Processo Cível Inventário 1920-1931, doc. 1455, Estante 4, Caixa 113, p. 23.

REFERÊNCIAS

A BALANÇA de pesar gado. **Jornal A Tarde**, Salvador, ano XII, nº 4845, p. 01, 15 mar. 1924.

A CAIXA rural. **Jornal Folha do Norte**, ano XVII, n. 798, p.1, 01 jul. 1925.

A FEIRA. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, p. 1, 4 fev. 1922.

A ORDEM. Cachoeira, p. 2, 29 set. 1909.

A NOVA avenida. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIII, n.600, p. 1, 8 dez. 1921.

AÇUDES neste município. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano X, n.433, p. 1, 20 jul. 1918.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **Algazarra nas ruas**: comemorações da independência na Bahia, 1889-1923. Campinas: Ed. da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A História**: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ARQUIVO DA SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES. **Livro nº02 de ata do conselho administrativo da sociedade Montepio dos artistas feirenses**. Ata de 25 julho. 1919a.

_____. _____. Ata de 22 maio. 1919b.

_____. _____. Ata de 7 dezembro. 1918.

ARQUIVO DA SOCIEDADE 25 DE MARÇO. **Estatuto da Sociedade 25 de Março**, de 30 de novembro de 1921.

ARQUIVO PÚBLICO DE FEIRA DE SANTANA. **Livro de Ofícios Expedidos pelo Conselho Municipal de 1912-1930**, Feira de Santana, n. 503, p.93, ano 1930a.

_____. **Livro de décimas urbanas**, Feira de Santana, n. 62, p. 27-28, ano 1930b.

ASPIRAÇÃO tornada realidade – O Banco de Crédito Popular. **Jornal Folha do Norte**, ano XVIII, n. 945, p. 1, 20 ago. 1927.

BARBEARIA Moderna. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIII, n.580, p. 3, 21 mai. 1921.

BARROS, Jose D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASES de uma reconstrução fecunda. **Jornal O Democrata**, Feira de Santana, ano IX, n. 2585, p. 1, 27 jan. 1926.

BATENDO o “Record” da velocidade. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 877, p. 1, 1 mai. 1926.

BOAVENTURA, Alberto Alves. **Cronifatos**. Feira de Santana: s/ed., 1983.

_____. **Estórias e fatos**. Feira de Santana: [s.n.], 1980.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

BONFIM FILHO, Honorato. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 918, p. 1, 12 fev. 1927a.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 931 p. 1, 14 mai. 1927b.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (Orgs.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. **Casa Civil**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 fev. 1891.

BRASIL e Portugal. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, p. 1, 30 jun. 1923.

BRITO, Jonas. **A Bahia dos Calmon: um ás no jogo político da I República (1920 - 1926)**. – Salvador: UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014. Dissertação (mestrado) – UFBA.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. **Anais do museu paulista**, Jun 2005, vol.13, no.1, p.59-97.

CAP. Amâncio Ferreira da Silva. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano IX, n. 388, p. 1, 25 ago. 1917.

CARNEIRO, Ana Marília. Historiografia dos intelectuais no Brasil contemporâneo. In: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Contribuições à história intelectual do Brasil republicano**. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. A luta contra a adversidade: notas de pesquisas sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: **Revista Mundos do trabalho**, vol. 02, nº04, ago-dez. 2010.

CAZAES, Melira Elen Mascarenhas. **No ritmo do compasso, a melodia das filarmônicas em harmonia com o tempo: um estudo sobre a Lyra Ceciliana e a Minerva Cachoeirana**

(1960-1980) Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (CEDOC). **Processo Cível Inventário 1920-1931**, doc. 1455, Estante 4, Caixa 113, P 23. CEDOC/UEFS: Feira de Santana, 1931.

CERIMÔNIA da posse do Intendente. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XII, n. 510, p. 1, 17 jan. 1920.

CERQUEIRA, João Batista de. **Assistência e caridade**: a história da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana de 1859 a 2006. Feira de Santana: UEFS, 2007.

CONSÓRCIO Arnold Silva/Maria Bereniza Bahia. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXI, n. 1087, p. 1, 17 mai. 1930.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIII, n. 584, p. 1, 18 jun. 1921.

COSTA, Livia Gozzer. Capitães da Feira e outras crianças: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

CUNHA, Nayara Fernandes de Almeida. **Os coronéis e os outros**: sujeitos, relações de poder e práticas sociais em Feira de Santana (1907-1927). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

CURRAES aos bois. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano X, n. 423, p. 1, 11 mai. 1918.

DE FEIRA a Santo Amaro em automóvel. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XV, n. 669, p. 1, 1 fev. 1923.

DEL PRIORI, Mary. **Biografia**: quando o indivíduo encontra a história. Topoi, v. 10, n. 19, jul-dez. 2009.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DISCURSO proferido por Arnold Ferreira da Silva em ocasião da posse do seu segundo mandato enquanto Intendente de Feira de Santana, em 1º de janeiro de 1926. Feira de Santana, [s.n.] 1958.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: EDUSP, 2009.

É MAIS DIFÍCIL pegar-se um coxo... **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 929 p. 1, 30 abr. 1927.

EQUIPE DA ASSESSORIA DA MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO MINEIRO. **Nota histórica**. Os rúbulas. IN: JURISP. Mineira, Belo Horizonte, a. 56, n° 173, p. 13-18, abril/junho 2005.

Disponível em: <<http://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/611/1/NHv1732005.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

ESTRADA de rodagem. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIV, n. 656, p. 1, 11 nov. 1922.

FERNANDES, Lélia Vítor. **Legisladores feirenses**. Feira de Santana: [s.n.], 2013. p. 80.

_____. **As primeiras damas de Feira de Santana**. Feira de Santana: [s.n.], 2011.

FILARMÔNICA 25 DE MARÇO. **Estatuto**. Feira de Santana, 1921.

FOI INAUGURADA a primeira balança para o mercado de gado em pé. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 909, p. 1, 11 dez. 1926.

FOOT-BALL vagabundo. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIII, n. 579 p. 2, 14 mai. 1921.

GINZBURG, Carlo. **A microhistória e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1989.

GOOF, Jacques Le. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1984, p. 293- 363.

GRANDE jury. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIX, n.956, 12 nov. 1927.

GRÊMIO Rio Branco. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, p. 1, 23 set. 1913.

GRÊMIO Taborda. **Folha da Feira**. ano III, n. 313, p. 4, 8 out. 1934.

GRUPO Taborda. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, p. 1, 23 mar. 1912.

GUIMARÃES, Gastão Clóvis de Souza. Os subúrbios que sofrem. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana**, Feira de Santana, ano I, n. 01, 2004, p. 145.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19-26.

HOMENAGEM justíssima. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, p.1, 8 jun. 1912.

JORNAL FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, p. 1, 1938.

_____, Feira de Santana, ano XIX, n.957, p. 1, 19 nov. 1927a.

_____, Feira de Santana, Ano XIX, n. 951, p. 1, 8 out. 1927b.

_____, Feira de Santana, ano XIX, n. 948, p. 1, 17 set. 1927c.

_____, Feira de Santana, Ano XVIII, n. 924, p. 1, 26 mar. 1927d.

_____, Feira de Santana, Ano XIV, n. 625, p. 1, 8 abr. 1922.

_____, Feira de Santana, Ano XI, nº469, p. 1, 29 mar. 1919a.

_____, Feira de Santana, Ano XI, nº468, p.1, p. 1, 22 mar. 1919b.

_____, Feira de Santana, Ano XI, n.501, p.01, 01 nov. 1919c.

_____, Feira de Santana, Ano X, n. 447, p. 2, 26 out. 1918a.

_____, Feira de Santana, Ano X, p.01, nº 443, 28 set. 1918b.

_____, Feira de Santana, Ano X, nº438 p. 1, 24 ago. 1918c.

_____, Feira de Santana, Ano X, nº438, p. 1, 15 jun. 1918d.

_____, Feira de Santana, Ano X, n. 423, p. 1, 11 mai. 1918e.

_____, Feira de Santana, Ano X, n. 422, p. 1, 4 mai. 1918f.

_____, Feira de Santana, Ano X, nº 415, p. 1, 9 mar. 1918g.

_____, Feira de Santana, Ano X, n. 411, p. 1, 9 fev. 1918h.

_____, Feira de Santana, Ano VI, nº 221, p.2, 16 mai. 1914.

_____, Feira de Santana, 16 mai. 1914.

JUSTA reclamação. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XII, n.527, p. 1, 15 mai. 1920.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: _____. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1998.

LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira (Org.). **Capítulos de história da Bahia: novos enfoques, novas abordagens**. São Paulo, SP: Annablume, 2009.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e infortúnios nas primeiras décadas da Bahia Republicana**. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. **E a Bahia civiliza-se: Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína. (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. RJ: UFRJ, 1996.

LIMA, Carlos Alberto Alves. **De Luzes e Becos: cartografias, itinerários e imagens do Complexo Rua do Meio (1940-1960)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-graduação em História, 2014.

LINS, Rafael Quintela Alves. **A cidade ferve e o bicho espreita: os dominantes e a política em Feira de Santana (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana. 2014.

LORIGA, Sabrina. **O pequeno X: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. A história nos, dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **O sonho do futuro assegurado**. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). **História da Educação na Bahia**. Salvador: Arcádia, 2008. v. 1, p. 243.

MELHORAMENTOS locais. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano V, n.150, p. 1, 4 jan. 1913.

MONCÔRVO, Gil. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVI, n.727, p. 1, 14 mar. 1924.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XV, n.672, p. 1, 03 mar. 1923a.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XV, n.676, p. 1, 31 mar. 1923b.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XV, n.680p. 1, 28 abr. 1923c.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano VI, n.206, p. 1, 24 jan. 1914.

_____. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano IV, n.133, p. 2, 24 ago.1912.

MONTE Pio dos Artistas. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano IV, n.136 ,p. 1, 14 set. 1912.

MORAIS, Ana Angélica Vergner de. **Sant'Anna dos Olhos D'Água: resgate da Memória cultural e literária de Feira de Santana (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

MUSEU CASA DO SERTÃO. Pasta de Referência. **Carta de Monsenhor Renato Andrade Galvão**. Feira de Santana [1980?].

_____. Pasta de Referência. **Discurso de Joselito Amorim na Câmara Municipal de Feira de Santana**. Feira de Santana, 2005.

_____. Biblioteca Setorial Monsenhor Renato Galvão. **Coluna Vida Feirense**. Livro 1, p. 69, Ano de referência 1905, nº 1520, Feira de Santana, 27 ago. 1938.

_____. Biblioteca Setorial Monsenhor Renato Galvão. **Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Feira de Santana**. Capítulo 1, Art. 2, p. 2. Feira de Santana, 1916.

NECESSIDADE que se impõe: Apelo ao civismo. **O Município**. Feira de Santana, ano I, n.4, 12 jun. 1908, p. 1.

NEMÉSIO, Aristeu. **Jornal Folha do norte**, Feira de Santana, ano I, n.5, p. 2, 15 de out. 1909a.

_____. **Jornal Folha do norte**, Feira de Santana, ano I, n. 3, p. 1, 01 out. 1909b.

_____. **Jornal Folha do norte**, Feira de Santana, ano I, n.2, p. 2, 24 de set. 1909c.

NOTA de falecimento. **Correio de São Félix**, São Félix, 14 ago. 1910, p. 4.

NOVAES, João Reis. **De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)** Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2009.

O CALVÁRIO da justiça. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XV, n.679, p. 1, 21 abr.1923.

O GRÊMIO Rio Branco em atividade. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano X, n.454, p. 1, 14 dez. 1918.

O GRUPO Dramático Taborda ao público. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano IV, n.117, 4 mai. 1912.

O IMPARCIAL em fralda de camisa. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIX, n. 932, p. 4, 21 mai. 1927.

O PEQUENO lavrador e as caixas rurais. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVII, n. 796, p. 1, 24 jun. 1925.

O PROGRESSO. **Tribuna Popular**, Feira de Santana, p. 3, 29 ago. 1968.

O PROGRESSO do interior. **A Capital**, Salvador, ano I, n. 54, p. 8, 23 nov. 1926.

OBRAS municipais. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, Ano IX, n. 360, p. 1, 3 fev. 1917.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. Ruas retas, lugares esquecidos: Eurico Alves e a urbanização de Feira de Santana (1920-1932). In: SILVA, Aldo Morais (Org.). **História, poesia, sertão**. Feira de Santana: UEFS, 2010.

_____. **De Empório à Princesa do Sertão: Utopias Civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)**. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, 2000.

OLIVEIRA, Lélia Vitor Fernandes de. **Legisladores feirenses**. Feira de Santana: Edições ALBA, 2013.

OLIVEIRA, Maria Leny Souza. **Feira de Santana no contexto da urbanização brasileira e a questão da moradia na favela**. Feira de Santana: UEFS, 2014.

OLIVEIRA, Renan Pinto de. **Sant'Ana dos Olhos D'água: fé e celebração entre a Igreja e o Largo (1930-1987)** Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

ORA, ahi está. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano XIX, n. 930, p. 1, 7 mai 1927.

ORIEUX, J. A arte do biógrafo. In: FERREIRA, C.V. **História e Nova História**. Lisboa: Teorema, [s.d.] p. 39-47.

OS SÁBADOS do “Grêmio Rio Branco”. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano X, n. 455, p. 1, 21 dez. 1918.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PARABÉNS a Feira. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano X, n. 409, p. 1, 26 jan. 1918.

PARTIDO Republicano. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XX, n. 1006, p. 1, 27 out. 1928.

PÉ DE GUERRA. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano XV, n. 693, p. 1, 23 jul. 1923.

PELA CIDADE. Infração ao Código de posturas. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, p. 1, 19 mar. 1921.

PELO AFORMOSEAMENTO da cidade. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, p. 1, 16 out. 1920.

PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PINHO, Adeitalo Manoel. **Uma história da literatura de jornal: O Imparcial da Bahia Tese**. (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008, p. 65.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PORCOS nos quintaes. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIII, n. 571, p. 1, 19 mar. 1921.

POSTO de Saneamento Rural. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XVIII, n. 877, p. 1, 1 mai. 1926.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. Rábulas do Direito. In: **Jornal Carta Forense**. 03 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.carteforense.com.br/conteudo/artigos/rabulas-do-direito/3440>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016

RECLAMAÇÕES justas. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano IX, n. 379, p. 1, 23 jun. 1917.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um “homem de cor” em feira de Santana (1856-1922) Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2012.

REVISTA DOS MUNICÍPIOS. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIX, n. 931, p. 4, 14 mai.1927.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos**: histórias da cidade do recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida Salvador 1900 - 1940**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual**: as conferencias Reitch de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia da Primeira República**. Uma política de acomodação. Salvador, Centro Editorial e didático da UFBA, 1975.

SAMPAIO, Maria Izabel da Silva. **Dimensão social do teatro em Feira de Santana (1898-1912)**. Monografia. (Especialização em Teoria e Metodologia da História. Feira de Santana). UEFS, 2000.

SANTA Casa. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, p. 3, 28 mai. 1921.

MUSEU CASA DO SERTÃO. Biblioteca Setorial Monsenhor Renato Galvão. Santa Casa de Misericórdia. **Relatório**. Feira de Santana: Papelaria Silva e irmãos, 1929.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa 1862-1934**. Feira de Santana: UEFS, 2012.

SANTANA. Charles d' Almeida. **Musicalidades Baianas**: As Filarmônicas do Recôncavo. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_I/charles_almeida.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SANTOS, Aline Aguiar Cerqueira dos. **Diversões e civilidade na “Princesa do Sertão” (1919-1946)**. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade de Feira de Santana, Feira de Santana: [s. n.], 2012.

SANTOS, Anderson de Rieti Santa Clara do. **Músicas nos Coretos: Ruídos nos Palacetes: o cotidiano das filarmônicas de Santo Amaro da Purificação – Bahia (1898-1932)**. Feira de Santana, UEFS, 2009.

SANTOS, Grazyelle Reis dos. **Literatura e Cultura em Feira de Santana: práticas, usos e tendências em impressos da Folha do Norte (1951-1969)**. Dissertação. Mestrado. Literatura e Diversidade Cultural. UEFS. Feira de Santana. 2008.

SANTOS, Mônica Celestino. **As trincheiras do Major Cosme de Farias (1875-1972): a interface entre atuação na imprensa e ações de caridade em Salvador (BA) no alvorecer da República**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. **Natal, outra cidade!:** o papel da intendência municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana (1904-1929) Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, letras e artes. Natal, 2012.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: Ética e narrativa biográfica. Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História – “História e Ética”. Fortaleza, 2009.

_____. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In: **História Unisinos**, v.8, n.10, p.131-142, jul.; dez.2004.

_____. Biografia e regimes de historicidade. In: **Revista MÉTIS: história & cultura, Cidade**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan-jun. 2003, p.67

_____ (Org.). **O Biógrafo: perspectivas interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso**. História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à era do Rádio. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Aldo José Morais. **Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana:** elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia, 1833-1937. Dissertação. Mestrado. História. UFBA. Salvador. 2000.

_____. **Terra de Sa natureza:** a construção do ideal de cidade saudável em Feira de Santana (1833-1920). Feira de Santana, 1997.

SILVA, Arnold. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, ano XIX, n. 948, p. 2, 19 set. 1927.

_____. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, ano XVIII, n. 882, p. 1, 5 jun. 1926.

_____. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, ano XV, n. 671, p. 1, 24 fev. 1923.

_____. **Jornal Folha do Norte,** Feira de Santana, ano XIV, n. 614, p. 2, 21 jan. 1922.

_____. **Correio de São Félix,** São Félix, p.1, 14 ago. 1910.

SILVA, Kelman Conceição. **QUEM MANDA NA FEIRA?** Política, classe e rearranjos de poder em Feira de Santana na Era Vargas (1930 – 1945). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em História Regional e Local – Uneb – Santo Antônio de Jesus, 2012.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. **O montepio dos artistas:** elo dos trabalhadores em Salvador. Salvador, Ba: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. **Os homens da Princesa do Sertão:** modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1928) Dissertação (mestrado em história) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

SOARES, Marcela Rodrigues. 4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários, 4, 2010, Feira de Santana. **Anais.** Feira de Santana: UEFS, 2013.

SOCIEDADE 25 DE MARÇO. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, ano XV, n. 669 p.1, 10 fev. 1923.

_____. **Jornal Folha do Norte.** Feira de Santana, ano IV, n.113, p. 1, 30 mar. 1912.

SOCIEDADE FILARMÔNICA 25 DE MARÇO. Ata da sessão do conselho administrativo da Sociedade Filarmônica 25 de Março, 12 mar. 1933.

SOCIEDADE MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES (SMAF). **Estatuto da Sociedade Montepio de artistas feirenses,** 1930.

SOUSA, Ione Celeste de Jesus. **Escolas ao povo:** experiências de escolarização de pobres na Bahia oitocentista-1870/90. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2008.

SOUSA, Ione; CRUZ, Antônio Roberto. **Escolas Normais na Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2012.

SOUZA, Adriana Barreto de. Biografia e escrita da História: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universitária Rural: Série Ciências Humanas**. Seropédica, RJ: EDUR, v.29, n.1, p.27-36, jan-jul., 2007.

TEATRO – Grêmio Arthur Azevedo. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano IV, n.122, 8 de junho de 1912, p.1.

TELEGRAMAS. **Jornal O Democrata**, ano IX, nº1993, p. 1, 20 out. 1923.

THEATRO – Grupo Taborda. **Jornal Folha do Norte**. Feira de Santana, ano IV, n.113, p. 1, 30 mar. 1912.

UMA ENGENHOSA invenção do intendente de Feira. **Jornal O Imparcial**, Salvador, ano X, n. 2636, p. 8, 18 mai. 1927.

UMA EXPLICAÇÃO oportuna. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XIX, n.931 p. 1, 14 mai. 1927.

VALENTIM, Anacleto. **Jornal O Imparcial**, Salvador, ano X, n. 2630, p. 2, 11 mai. 1927.

VIDA feirense. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXXV, n. 1799, p. 1, 1 jan. 1944.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXX, n. 1577, p. 1, 30 set. 1939.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXIX, p.1, 8 out. 1938.

VIDA forense. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXI, n.1090, p. 01, 7 jun.1930a.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXI n.1086, 17 mai.1930b.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XXI, n.1073, p. 01, 8 fev.1930c.

_____. **Jornal Folha do Norte**, Feira de Santana, ano XX, n.1043, p. 01, 13 jul.1929.

ANEXO A

FOTOGRAFIA DE LINDAURA SILVA, IRMÃ DE ARNOLD, RAUL E DÁLVARO
(ACERVO PARTICULAR DE CARLOS MELO)



ANEXO B**FOTOGRAFIA DOS IRMÃOS SILVA: RAUL, ARNOLD E DÁLVARO****(ACERVO DA FAMÍLIA SILVA)**

O. CARIA & PHOTO. F. FEIRA

ANEXO C

FOTOGRAFIA DE ARNOLD SILVA AOS 23 ANOS
(ACERVO DA FAMÍLIA SILVA)



ANEXO D

FOTOGRAFIA DE ARNOLD SILVA EM 1927
(ACERVO DA FAMÍLIA SILVA)



ANEXO E
HOMENAGEM DA ESCOLA BERNARDINO BAHIA EM 1934 NO JAZIGO DE SEU
PATRONO EM 1934
(ACERVO DA FAMÍLIA SILVA)



ANEXO F

HOMENAGEM FEITA PELO JORNAL FOLHA DO NORTE AO GRUPO DE TEATRO
TABORDA EM 1912
(ACERVO DE CARLOS MELO)



ANEXO G

FOTOGRAFIA DE ARNOLD SILVA COM SUA ESPOSA BERENIZA BAHIA
(ACERVO DA FAMÍLIA SILVA)



ANEXO H

ARNOLD SILVA E UM GRUPO DE JOVENS EM 1912

(ACERVO HUGO NAVARRO, EXTRAÍDO DO LIVRO MEMÓRIA FOTOGRAFICA DE FEIRA DE SANTANA, p.216)



